



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LUCIANE APARECIDA BOLDA

**AÇÃO COLETIVA NA PERIFERIA DE VITÓRIA-ES:
O CASO DO TERRITÓRIO DO BEM**

VITÓRIA-ES

2023

**AÇÃO COLETIVA NA PERIFERIA DE VITÓRIA-ES:
O CASO DO TERRITÓRIO DO BEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo na linha pesquisa Instituições, Participação e Políticas Públicas como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Euzeneia Carlos

VITÓRIA-ES

2023

Luciane Aparecida Bolda

**“AÇÃO COLETIVA NA PERIFERIA DE VITÓRIA/ES: O CASO DO TERRITÓRIO
DO BEM”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 30 de novembro de 2023.

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Euzeneia Carlos (UFES)
Orientadora e Presidente da Sessão

Prof^a. Dr^a. Julia Moretto Amâncio (UFLA)
Examinadora Externa

Prof^a. Dr^a. Manuela Vieira Blanc (UFES)
Examinadora Interna





Ficha de Aprovação - Luciane Aparecida Bolda

Data e Hora de Criação: 23/11/2023 às 20:03:10

Documentos que originaram esse envelope:

- Ficha de Aprovação - Luciane Aparecida Bolda.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: aeda6f27bd4bdc0740da5116da1c2fdfe93261099f7a5b99a82797d60a3c7af4

[SHA512]: e87209b1c7ab4f62a326cf1258d4959aea52f34927c9ce47b4aabe63c1e816b87ced177eefd357c3f5bca37a1e970a2a882ca2edb619064ccbf21eb05d6f25fd

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Euzeneia Carlos (euzeneia.carlos@ufes.br)

Data/Hora: 01/12/2023 - 12:55:35, IP: 177.97.116.11

[SHA256]: 636032e364479e9b2a030d4147e182b96ae3120b711168cca26e53dfc925267



ASSINADO - Julia Moretto Amâncio (jumorettoamancio@gmail.com)

Data/Hora: 04/12/2023 - 06:04:22, IP: 179.183.26.10, Geolocalização: [-19.920564, -43.938464]

[SHA256]: 333fb218e8974488e390dc890b4136a720faf624559e4f903936a8fc008b41



ASSINADO - Manuela Vieira Blanc (manu_uenf@yahoo.com.br)

Data/Hora: 01/12/2023 - 10:09:48, IP: 187.36.171.72

[SHA256]: e74c34ea071877bd9a618f7c47397d1efa6d94ef180315771fc94be90b2e2033

Histórico de eventos registrados neste envelope

04/12/2023 06:04:22 - Envelope finalizado por jumorettoamancio@gmail.com, IP 179.183.26.10

04/12/2023 06:04:22 - Assinatura realizada por jumorettoamancio@gmail.com, IP 179.183.26.10

01/12/2023 12:55:35 - Assinatura realizada por euzeneia.carlos@ufes.br, IP 177.97.116.11

01/12/2023 10:09:48 - Assinatura realizada por manu_uenf@yahoo.com.br, IP 187.36.171.72

01/12/2023 08:40:36 - Envelope registrado na Blockchain por penha.goggi@ufes.br, IP 200.137.65.107

01/12/2023 08:40:35 - Envelope encaminhado para assinaturas por penha.goggi@ufes.br, IP 200.137.65.107

23/11/2023 20:03:11 - Envelope criado por penha.goggi@ufes.br, IP 179.95.218.51

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B687a Bolda, Luciane Aparecida, 1972-
Ação coletiva na periferia de Vitória-ES : O caso do Território do Bem / Luciane Aparecida Bolda. - 2023.
113 f. : il.

Orientadora: Euzeneia Carlos.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Movimentos sociais. 2. Periferias. I. Carlos, Euzeneia. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

Aos meus pais,
Gumercindo (*In Memoriam*) e Valdeia
sempre presentes

AGRADECIMENTOS

Meu profundo agradecimento à Euzeneia Carlos pela escuta atenta e orientação incansável, sempre compreensiva e generosa nos momentos adversos. Foi um grande aprendizado e um privilégio desenvolver este trabalho sob sua orientação.

Agradeço, também, às professoras Julia Moretto Amâncio e Manuela Vieira Blanc pelas contribuições no exame de qualificação e na banca de defesa. A tese de doutorado de Julia foi a inspiração para este trabalho.

Às lideranças do Território do Bem, minha enorme gratidão por disponibilizarem seu tempo e compartilharem seu saber, confiando-me o registro de suas histórias e de sua luta, tornando este trabalho possível.

Sou grata, ainda, às palavras de estímulo de minha sobrinha Juliana e amigas Ângela e Joana e ao apoio de toda minha família. Aos meus pais, Gumercindo (*In Memoriam*) e Valdeia, pelo exemplo de retidão e determinação.

Por fim, meu eterno agradecimento aos meus filhos, Artur e Jader Luiz, pela compreensão por minha ausência e olhares carinhosos, e, especialmente, ao meu marido Jader pelo incentivo e apoio persistentes que não me deixaram desistir. Minha gratidão e meu amor.

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa qualitativa que teve como objetivo analisar como a ação coletiva se mobiliza na periferia urbana para a conquista de direitos e acesso a serviços públicos, examinando suas configurações no período de restrições sanitárias com a pandemia da Covid-19, e de restrições políticas com o enfraquecimento dos espaços de participação institucional nos governos municipal de 2013 a 2022. As categorias analíticas mobilizadas foram seus repertórios de ação, suas redes de relações e enquadramentos interpretativos em um diálogo conciliatório entre a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais sob a perspectiva da sociologia relacional. O estudo foi realizado em um território de periferia localizado predominantemente nos morros de uma região central de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, denominado Território do Bem. Por meio da técnica da bola de neve, identificamos uma densa rede de atores composta por uma diversidade de organizações que atuam em defesa dos interesses do Território, compartilham problemas comuns e acionam uma combinação de repertórios de ação tradicionais com inovações construídas nos processos interativos. A violência policial é a pauta predominante dos protestos, que ganham novas performances com a difusão das redes sociais digitais. Em um contexto de enfraquecimento dos espaços de participação popular na gestão pública a partir de 2013, predomina a política de proximidade com atores com maior poder de influência, como a Defensoria Pública. A ausência do Estado na periferia é especialmente denunciada por um repertório que se consolida na ação coletiva deste território: a gestão social. Ações antes empreendidas sob o signo da caridade são agora politizadas e ressignificadas, assim como a ação solidária, repertório acionado no período pandêmico. Verificamos, portanto, que o contexto de restrições não imobiliza a ação coletiva na periferia urbana, mas conduz a novas configurações e performances criativas.

Palavras-chave: movimentos sociais, periferia urbana, repertórios, redes sociais, enquadramentos.

ABSTRACT

This dissertation is the result of qualitative research that aimed to analyze how collective action is mobilized in the urban suburb to achieve rights and access to public services, verifying its configurations during the period of health restrictions with the Covid-19 pandemic, and of political restrictions with the weakening of spaces for institutional participation in municipal governments from 2013 to 2022. The analytical categories used were their repertoires of action, their networks of relationships and in the frames of collective action in a conciliatory dialogue between the Theory of the Contentious Politics and the Theory of New Social Movements from the perspective of relational sociology. The study was carried out in a suburban territory located predominantly in the hills in a central region of Vitória, capital of Espírito Santo, called Território do Bem. Using the snowball technique, we identified a dense network of people composed of a diversity of organizations who act in defense of the Território's interests, share common problems and activate a combination of traditional action repertoires with innovations built in interactive processes. Police violence is the predominant topic of protests, which gain new performances with the spread of social networks. In a context of weakening spaces for popular participation in public management since 2013, the policy of proximity to agents with greater power of influence, such as the Public Defender's Office, predominates. The absence of the State in the suburb is especially denounced by a repertoire that is consolidated in the collective action of this territory: social management. Actions previously undertaken under the sign of charity are now politicized and given new meanings, as is solidarity action, a repertoire activated during the pandemic period. We verified, therefore, that the context of restrictions does not immobilize collective action in the urban suburb, but leads to new configurations and creative performances.

Keywords: social movements, urban suburb, repertoires, social networks, frames.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Limite do Território do Bem e localização em Vitória	15
Figura 2 – Mapa do município de Vitória com destaque para as Poligonais do Programa Terra Mais Igual e Zonas Especiais de Interesse Especial – ZEIS 1 e 2..	56
Figura 3 – Convite para encontro com a Defensoria Público do Espírito Santo para debate sobre a abordagem policial publicado no Instagram do Fórum da Juventude em 28/07/21	80
Figura 4 – Convites para reunião e atos contra a violência policial publicados no Instagram do Coletivo Beco em 22/06/20 e 25/06/21 e no Facebook do Fórum da Juventude em 18/02/20.....	82
Figura 5 – Campanha do Coletivo Beco para denúncia da violência policial publicada no Instagram em 15/05/20	84
Figura 6 – Nota de repúdio publicada no Instagram do Coletivo Beco em 27/06/2023	84
Figura 7 – Primeiro “Bate Papo com Açaí” realizado em 07/06/2019, publicado no Instagram em 10/06/19 e 02/07/21.....	93
Figura 8 – Divulgação dos projetos “Conectando Mulheres” e “Se Conecta Juventude” do Coletivo Beco no Instagram em 05/02/21 e 15/05/21.....	95
Figura 9 – Divulgação dos projetos “Rolê das Pretas” e “Incidência Feminina” do Coletivo Beco no Instagram em 08/07/21 e 06/06/22.....	95
Figura 10 – Campanhas para arrecadação de recursos do Fórum da Juventude, Grupo Nação e Coletivo Beco publicadas no Instagram em 05/04/21, 25/04/21 e 28/08/2019	
Figura 11 – Convites para live e programa de rádio publicados no Instagram do Coletivo Beco em 21/03/20 e 26/05/20	98

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Marcha contra o extermínio da juventude negra no Território do Bem publicada no Instagram do Grupo Nação em 19 e 20/11/21.....	83
Foto 2 – Banco Comunitário de Desenvolvimento – Banco Bem localizado no bairro São Benedito.....	87
Foto 3 – Hortas comunitárias na comunidade de Jaburu	89
Foto 4 – Murais e paradas para o áudio tour no bairro São Benedito.....	91
Foto 5 – Rota de São Benedito e ponto mais alto do bairro.....	91
Foto 6 – Núcleo de Memória em Jaburu	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organizações civis dos atores entrevistados	57
Quadro 2 – Atores da sociedade civil no Território do Bem, segundo a forma organizacional	59
Quadro 3 – Prioridades do Fórum Bem Maior	63
Quadro 4 – Problemas ou demandas, apontados nas entrevistas, que mobilizam a ação coletiva no Território do Bem.....	69
Quadro 5 – Rede de relações do Território do Bem – apoiadores	71
Quadro 6 – Repertórios de ação do Território do Bem	74

LISTA DE SIGLAS

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CRJ – Centro de Referência da Juventude

FAPES – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo

FBM – Fórum Bem Maior

FEJUNES – Fórum Estadual da Juventude Negra

FUNCULTURA – Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NUME – Núcleo de Memória

OSC – Organizações da Sociedade Civil

SECRI – Serviço de Engajamento Comunitário

TMR – Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP – Teoria do Processo Político

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Especial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - UMA LEITURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DE SEUS REPERTÓRIOS DE AÇÃO	22
1.1. Introdução às teorias dos movimentos sociais.....	22
1.2. Movimentos sociais na perspectiva da Teoria do Processo Político: repertórios e oportunidades políticas	26
1.3. Repertórios de interação e estruturas relacionais	33
1.4. Redes e enquadramentos na construção de repertórios	36
CAPÍTULO 2 – AÇÃO COLETIVA NA PERIFERIA URBANA.....	41
2.1. O debate brasileiro sobre a ação coletiva na periferia urbana	41
2.2. Repertórios de ação em contextos de crise	50
CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTOS, REDES E REPERTÓRIOS DE AÇÃO NO TERRITÓRIO DO BEM	55
3.1. O território como construção política – atores coletivos e enquadramentos no Território do Bem	55
3.2. Redes de relações – apoiadores e opositores	70
3.3. Repertórios de ação no Território do Bem	73
3.3.1. Participação institucional	76
3.3.2. Política de proximidade.....	78
3.3.3. Protestos e ação direta	81
3.3.4. Gestão social	85
3.3.5. Ação solidária	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
ANEXO I.....	110
ANEXO 2.....	112

INTRODUÇÃO

Como os moradores da periferia urbana se mobilizam para a conquista de direitos e acesso a serviços públicos, especialmente em contextos de crise? Quem são estes atores e suas redes de relações, o que motiva sua ação e como se organizam? As restrições políticas e sanitárias provocaram mudanças em suas formas de organização e em suas interações com o Estado para reivindicar suas demandas? Estas são as questões que procuramos responder neste trabalho.

Inicialmente, é necessário delimitar de que periferia estamos tratando. Entendemos a periferia, aqui, como expressão da segregação socioespacial que envolve separação e desigualdade de acesso a oportunidades e serviços como processos mutuamente constituídos (MARQUES, 2005). Embora com restrita mobilidade social, estes territórios se desenvolveram de forma bastante heterogênea nos últimos 40 anos. Conforme demonstra Feltran (2010), suas populações foram submetidas a profundas transformações, como: novas configurações no mundo do trabalho, como o desemprego, a flexibilização e a precarização; novas sociabilidades com gerações nascidas nas favelas, abstraídas dos ideários do migrante e muitas marcadas por violências e mercados ilícitos outrora não vivenciados; novos arranjos familiares condicionados pela produção de deslocamentos sociais; e múltiplas filiações religiosas que sobrepujaram o monopólio do catolicismo. Tratam-se hoje de territórios consolidados, com infraestrutura básica, antes inexistente, ainda que marcada pela autoconstrução e baixa qualidade (FELTRAN, 2010). No entanto, não estamos falando apenas de limites territoriais, ou de atributos sociais fixos, tampouco de territórios homogêneos. Trata-se de uma categoria marcada por valorações diversas, de significados compartilhados, que de um lado colocam parcelas da população à margem dos direitos e/ou atribuem-lhe o estigma da violência e da incivilidade, e por outro lado definem-se pelo signo da resistência e da luta, da denúncia da contradição social e do conflito, da valorização de suas construções culturais e do combate à estigmatização. Trata-se de uma delimitação social, mas também política e cultural (CUNHA; FELTRAN, 2013; D'ANDREA, 2020).

Propomos um olhar sobre um território localizado predominantemente nos morros em uma região central de Vitória, capital do Espírito Santo, o chamado Território do Bem,

que compreende os bairros e comunidades Bonfim, Consolação, Gurigica, Itararé, Penha, São Benedito, Jaburu, Floresta e Engenharia.

Figura 1 – Limite do Território do Bem e localização em Vitória



Fonte: <https://earth.google.com/web/> (elaboração própria)

Este território concentra cerca de 10% da população do município, composta majoritariamente por famílias pobres, onde mais de 40% dos domicílios vivem com uma renda de até dois salários-mínimos (IBGE, 2010). São famílias que ocuparam as áreas de morro da cidade a partir dos anos 1920 em razão da segregação socioespacial produzida com a consolidação da expansão urbana desordenada, impulsionada pelo declínio da economia cafeeira e pelos grandes projetos industriais no Espírito Santo, associada à expulsão dos pobres das áreas de maior interesse para o desenvolvimento do capital e de maior valor imobiliário.

Território do Bem é uma denominação criada pelos próprios moradores locais para uma poligonal delimitada pela Prefeitura de Vitória, em 1998, face ao desenvolvimento de um programa de urbanização de assentamentos subnormais. Além das especificidades organizativas de cada bairro, as relações que se formaram desde

então, inclusive com instituições políticas, produziram uma identidade coletiva no território para o enfrentamento das diversas expressões das desigualdades urbanas e para afirmação de sua cidadania. Algumas iniciativas criadas a partir do ano de 2005 promoveram a integração destes bairros e a consolidação de uma rede de relações que fortaleceram a ação coletiva local, destacando-se a constituição do Fórum de Desenvolvimento Comunitário do Território do Bem, ou Fórum Bem Maior, que reúne organizações comunitárias para o debate de problemas em comum e articulação de ações conjuntas, formulação e execução de projetos de iniciativa popular e estratégias de interação com o Estado para a reivindicação das demandas do território. Estas iniciativas têm terreno fértil na parte mais alta do território, na comunidade Jaburu e no bairro São Benedito, cujas lideranças compõem a coordenação do Fórum Bem Maior. Não por acaso, Jaburu e São Benedito constituem o ponto focal de estudo desta pesquisa.

Buscamos aqui retomar o olhar para a mobilização coletiva na periferia urbana, agenda de pesquisa profícua nas décadas de 1970 e 1980, que produziu debates acadêmicos entre abordagens estruturalistas e culturalistas sobre a emergência e o caráter dos movimentos sociais. As interpretações dos analistas gravitavam entre posições otimistas e pessimistas quanto ao potencial transformador dos movimentos, conquanto predominassem as visões maniqueístas sobre a sua relação com o Estado (KOWARICK, 1987).

A proliferação das instituições participativas a partir dos anos 1990, no entanto, ressignificou as arenas de interlocução com o Estado e reconduziu as estratégias de ação dos movimentos, exigindo-lhes concentração de energia para ocupação destes espaços, reconduzindo também as agendas de pesquisa (GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA 2011) para análises sobre o funcionamento destes espaços participativos e seus impactos na democratização e na produção de políticas públicas no nível setorial e macroterritorial (AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011; AVRITZER, 2007; DAGNINO, 2002; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Os movimentos sociais microterritoriais, que não possuem uma pauta setorial específica, pois sua reivindicação está circunscrita a um território que expressa a exclusão e ausência de direitos em diferentes áreas e acionam diversos tipos de repertórios para a mobilização e execução desta pauta, perderam centralidade nas agendas de pesquisa (AMÂNCIO, 2013).

Se nos anos 1970 e 1980 debater sobre a periferia urbana significava debater a politização de seu cotidiano e os movimentos sociais pautados no ideário dos direitos de cidadania, a partir dos anos 1990, as intervenções estatais pulverizadas e terceirizadas para organizações da sociedade civil instrumentalizaram as lideranças da periferia e reconfiguraram a ação coletiva e as relações com o Estado, redirecionando a produção acadêmica para segmentações temáticas sobre estes territórios (CUNHA; FELTRAN, 2013). Alexis Cortés (2021) argumenta que a partir desta década, a explosão da violência atribuída às favelas dos grandes centros urbanos no Brasil e os projetos de urbanização por ela legitimados invisibilizaram a ação coletiva da periferia e ainda neutralizaram atores, na medida em que os transformaram em principais mediadores na implementação de políticas públicas. Feltran (2010) acredita que a relação da periferia com o sistema político passa a ser mediada pela gestão social e pela violência, com a redução do caráter político e universal das políticas públicas e a criminalização da questão social.

Este novo contexto nos desafia, portanto, a refletir sobre como os moradores da periferia urbana vêm se mobilizando para a conquista de direitos e o acesso a serviços públicos. Quais os seus repertórios de interação com o Estado? Para responder a esta questão tomamos como ponto de partida o conceito de repertório de ação de Charles Tilly enquanto um conjunto de performances que se constroem nas interações conflituosas, condicionadas pelas raízes culturais e pelo contexto político (TILLY, 2008). Não um contexto objetivado e externo, mas produzido na disputa política, pela agência de múltiplos atores, conforme análise crítica de Abers, Silva e Tatagiba (2018a). Para apreender as interações colaborativas com o Estado, acionamos as elaborações teóricas de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) que incluem, nos repertórios dos movimentos sociais, a participação institucional, a ocupação de cargos na burocracia e a política de proximidade. Para as autoras, esses repertórios de interação ampliaram as possibilidades de acesso e influência dos movimentos no Estado, resultantes da experiência histórica de algumas áreas das políticas públicas, mas também do ativismo institucional que se desenvolveu a partir de meados dos anos 1980 no Brasil.

Estes diversos repertórios – contenciosos e colaborativos – são mobilizados conforme as redes de relações produzidas e reproduzidas reciprocamente no processo de construção de enquadramentos e identidades coletivas. Tratamos aqui movimentos

sociais, portanto, a partir da abordagem de redes sociais proposta por Mario Diani (1992). Enquanto a Teoria do Processo Político deu centralidade à análise da relação entre as estratégias da ação coletiva e o contexto político, e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais preocupou-se em analisar o processo de formação das identidades coletivas dos atores, a perspectiva analítica de redes sociais permite apreender a múltipla e complexa rede de relações que compõe um movimento social e, por sua vez, suas relações com o sistema político (CARLOS, 2011). Nesta perspectiva, um movimento social não se restringe a uma ação de protesto, tampouco a uma organização formal como previa a Teoria da Mobilização de Recursos (CARLOS, 2011), mas a uma multiplicidade de indivíduos, grupos ou associações, que se relacionam e se identificam em torno de interesses e conflitos comuns (DIANI, 1992). Esta abordagem teórica sobre os movimentos sociais concilia categorias das teorias clássicas (ALONSO, 2009), apresentando, no entanto, a heterogeneidade e abrangência dos movimentos como alternativa às fronteiras das organizações, e conciliando as ações extrainstitucionais com as iniciativas institucionais (CARLOS, 2011). Para Diani (2003), os movimentos sociais consistem em atores inseridos em contextos territoriais ou sociais específicos, com identidades e objetivos comuns, em um vínculo que ultrapassa protestos, organizações ou eventos pontuais. Suas fronteiras são definidas pelo reconhecimento mútuo, intrinsecamente volúvel, porque construído nas interpretações e narrativas que ligam atores, iniciativas e eventos.

Estas interpretações compreendem a produção de significados compartilhados sobre a realidade que dá sentido e orienta a ação, ou seja, os enquadramentos interpretativos, que são construídos quando os atores (i) compartilham a identificação de um problema e suas causas, o alvo responsável por esta situação e o desejo de transformação; (ii) definem as alternativas de enfrentamento ou solução e; (iii) articulam as estratégias para mobilização. Estas etapas compreendem as tarefas centrais dos quadros de ação coletiva que mobilizam o consenso e a ação e são denominadas por Benford e Snow (2000), respectivamente, de enquadramento diagnóstico, prognóstico e motivacional. A compreensão destas etapas envolve a apreensão dos processos discursivos, estratégicos e conflitivos, que se constituem nas redes sociais, nas interações entre agência e estrutura enquanto mútua constituição. Maryjane Osa (2003) confere centralidade às redes na mobilização da

ação coletiva, porque são capazes de construir e reconstruir identidades, enquadramentos e repertórios, mesmo em contextos de crise.

O contexto da pandemia da Covid-19 retomou os olhares para as ações de solidariedade mobilizadas na periferia urbana, seus repertórios, suas pautas e relação com o Estado no enfrentamento da crise sanitária. De acordo com Abers e Bülow (2021), a construção destas redes de solidariedade pode promover uma conexão dos enquadramentos, retomando e fortalecendo pautas políticas destes atores. Numa mútua constituição de processos interativos e culturais, os movimentos constroem e reconstroem seus enquadramentos e seus repertórios de interação. Esta é a perspectiva que orienta este trabalho, voltado a captar as redes de interações da periferia, como os significados sobre problemas, demandas, e prioridades são construídos nestas redes e quais as estratégias escolhidas para o seu enfrentamento ou reivindicação, de modo a compreender como a ação coletiva se configura em contextos de restrições. Alguns estudos voltaram-se para a análise da ação coletiva na periferia e seus repertórios de interação com o Estado, porém a partir da delimitação de um sistema de política pública (AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011), ou um tipo de coletivo, como as associações de moradores (ABREU; AMÂNCIO, 2017). Este estudo retoma o olhar para um território, suas redes de relações e, a partir dos problemas que os mobilizam, analisa os repertórios acionados. Analisamos como a ação coletiva se mobiliza na periferia urbana para a conquista de direitos e acesso a serviços públicos, tendo como categorias analíticas seus repertórios de ação, suas redes de relações e enquadramentos interpretativos, a partir do estudo de caso do Território do Bem. Porém, inspiradas por Magalhães (2017), partimos das práticas empreendidas pelos atores, sem pressupostos determinados ou uma perspectiva normativa. O trabalho considera, ainda, o contexto municipal posterior a 2013 como restritivo à participação institucional da sociedade civil, haja vista as gestões de direita e de extrema direita, mas também as restrições sanitárias impostas pela pandemia da Covid-19.

Para tanto, delimitamos os seguintes objetivos específicos: a) identificar as ações coletivas locais, voltadas para o acesso a direitos e serviços públicos no território e rede de relações; b) examinar o enquadramento interpretativo da ação coletiva, de modo a identificar quais os problemas e alternativas de soluções que motivam sua ação, objetivos e meios para atingi-los; c) identificar e contextualizar os repertórios de

interação acionados para o acesso a serviços públicos; d) identificar as configurações da ação coletiva no contexto de restrições políticas e sanitárias, verificando as transformações ocorridas nos repertórios de ação.

Para compreender como os moradores do Território do Bem se mobilizam para acessar os serviços públicos e reivindicar direitos, buscamos não analisar um coletivo, movimento, fórum ou associação específicos, previamente determinados, mas olhar para o território e identificar nele as redes de atores atuantes, tendo como ponto focal atores da comunidade Jaburu e do bairro São Benedito, coordenadores do Fórum Bem Maior. O estudo foi iniciado com estes atores e desencadeado de acordo com as indicações de suas redes de relações, conforme a técnica da bola de neve, até apreender a diversidade de organizações no território que desenvolvem ações voltadas para o acesso a direitos e serviços públicos. Foram realizadas 10 entrevistas com 13 lideranças, sendo, portanto, realizadas três entrevistas com a participação de dois atores do mesmo coletivo, contemplando organizações de sete bairros e comunidades do Território. O roteiro semiestruturado para as entrevistas (anexo 1) levantou a rede de relações dos ativistas, a gênese dos coletivos que participam, as motivações para sua criação, dinâmica organizacional, problemas e alternativas de soluções que motivam sua ação, objetivos, e repertórios de interação acionados para acesso a direitos e serviços públicos e as principais transformações durante a pandemia da Covid-19. Para complementação ou esclarecimento de informações coletadas nas entrevistas, realizamos pesquisas em publicações em sites das organizações, notícias em jornais e nas redes sociais digitais dos atores entrevistados. Este estudo permitiu o mapeamento de uma densa rede composta por associações de bairro, associações comunitárias, fóruns e organizações não governamentais que se mobilizam em defesa dos interesses dos bairros e comunidades do Território do Bem e uma diversidade de parceiros de associações civis, associações religiosas e órgãos governamentais. Este mapeamento baseou-se fundamentalmente nas entrevistas realizadas, não esgotando, portanto, o universo de atores ou parceiros do Território.

A análise e interpretação dos dados baseou-se na técnica de análise de conteúdo, considerando as etapas propostas por Bardin (1977): seleção dos documentos e formulação de hipóteses, objetivos e indicadores; codificação do conteúdo a luz do referencial teórico, ou seja, recortes em unidades de registro, definição das regras de

contagem e classificação e agregação em categorias analíticas; e finalmente o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Parte-se do pressuposto de que a fala dos atores e o olhar do pesquisador estão situados em um contexto histórico, político e socioeconômico, não isento de sua visão de mundo e que suas conclusões não esgotam a realidade (MINAYO, 1994).

Além desta Introdução e das Considerações Finais, a dissertação será estruturada em três capítulos. No primeiro Capítulo apresentamos as perspectivas teóricas sobre os movimentos sociais, enfatizando a Teoria do Processo Político que fundamenta as formulações sobre repertório de ação e o papel do contexto político nos processos de mobilização e desmobilização da ação coletiva e as produções teóricas sobre as interações socioestatais. Entendendo que os repertórios se constituem a partir do enquadramento da ação coletiva construídos em redes de relações, apresentamos um debate da literatura acerca dos enquadramentos e das redes sociais na mobilização da ação coletiva. O capítulo seguinte expõe o debate brasileiro sobre a ação coletiva na periferia urbana e como a nova perspectiva analítica sobre as interações socioestatais influenciaram as interpretações sobre os movimentos sociais urbanos e conduziram novas agendas de pesquisa face à propagação das instituições participativas no Brasil. Os efeitos das conjunturas de crise sobre a ação coletiva também são aqui analisados, pois a pandemia da Covid-19 reacendeu o foco sobre a periferia urbana. O Capítulo três, por fim, dispõe sobre o resultado da pesquisa empírica, as redes de interações do Território do Bem, os enquadramentos que conduzem sua ação e seus repertórios de ação para o acesso a direitos e serviços públicos no contexto de crise política e sanitária.

CAPÍTULO 1 - UMA LEITURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DE SEUS REPERTÓRIOS DE AÇÃO

Neste capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos que norteiam a construção de nosso problema de pesquisa. Tomamos como ponto de partida a teoria do processo político nas formulações de Charles Tilly, especialmente sua elaboração sobre repertórios de ação, suas reformulações a partir do debate com abordagens culturalistas e as variações no conceito introduzidas por outros pesquisadores. Como nosso objeto de estudo é a ação coletiva na periferia urbana, apresentamos na segunda seção uma síntese das análises produzidas no Brasil desde a década de 1980 sobre os chamados movimentos populares urbanos e, em seguida, trazemos as formulações teóricas mais recentes sobre o associativismo de bairro.

1.1. Introdução às teorias dos movimentos sociais

Até a década de 1960, os estudos sobre os movimentos sociais voltavam-se para suas bases estruturais, sendo as classes sociais a principal categoria de análise em um contexto de relevância do movimento operário (TILLY; TARROW, 2015). Esta tradição foi questionada pelas abordagens psicológicas de perspectiva microssocial, que explicavam a ação coletiva como uma ação irracional, expressão de frustrações individuais, estratégia para resolução de tensões pessoais, ou motivada por recompensas externas, por estímulos mútuos ou a partir da comparação com outros grupos sociais, conforme as teorias do ressentimento, versões freudianas, teorias da escolha racional, das multidões e da privação relativa (ALONSO, 2009; JASPER, 2016). No entanto, o ressurgimento das mobilizações sociais nos anos de 1960 – constituídas por atores não mais voltados para a tomada do poder estatal, ou para a melhoria das condições materiais de vida, mas para mudanças processuais na sociabilidade e na cultura, trazendo para o debate questões como etnia, gênero e meio ambiente, de forma “concatenada, solidária e ordeira” – coloca estas explicações à prova, demandando novas abordagens analíticas (ALONSO, 2009).

As explicações da ação coletiva a partir de motivações mentais e emocionais são, desta forma, substituídas por análises sobre fatores estruturais e culturais. As principais produções científicas desta abordagem reúnem-se em três teorias: Teoria

da Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A Teoria da Mobilização de Recursos, elaborada em um período de efervescência de mobilizações sociais, principalmente nos países do norte, concentrou-se em explicar como se dava o processo de mobilização destes movimentos, privilegiando a racionalidade e a organização no lugar das ideologias e valores, ignorando assim, seu aspecto subjetivo. Para estes teóricos, a ação coletiva ocorre somente por meio de organização e com a disponibilidade de recursos humanos e materiais, não a partir de uma irracionalidade emotiva, como defendido pelas abordagens psicológicas, mas a partir de uma decisão racional dos indivíduos baseada na análise de vantagens e desvantagens. Os movimentos são comparados a uma organização empresarial, cujo grau de burocratização aumenta conforme a sua longevidade. Para esta perspectiva, a tradição associativa ou a existência de uma robusta estrutura organizacional é determinante para a emergência de novas mobilizações sociais (ALONSO, 2009).

Esta teoria norte-americana, com adeptos como John McCarthy e Mayer Zald (1977) teve pouca expressão na Europa e na América Latina. O abandono da cultura e da subjetividade e a centralidade no aspecto racional e estratégico da ação coletiva, constituída por atores individuais e não a partir da construção de uma identidade coletiva; uma análise dos movimentos apenas conjuntural e desvinculada de processos históricos e macroestruturais; e o determinismo da profissionalização e organização na emergência de novos movimentos sociais são algumas das críticas a esta teoria destacadas por Angela Alonso (2009).

Assim como a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político explica como os movimentos sociais agem para atingir seus alvos. Porém, a TPP concentra-se na mobilização política e em entender como os movimentos se mobilizam, baseando-se fundamentalmente na análise de seus repertórios e das oportunidades ou restrições criadas de acordo com o contexto político e institucional. Estes conceitos evoluíram com os estudos empíricos, e o diálogo com a perspectiva culturalista flexibilizou o viés estruturalista de Charles Tilly, um dos principais expoentes desta teoria. Tilly passou a incorporar elementos culturais em suas análises, reconhecendo que processos culturais também constituem uma parte fundamental das transformações históricas. Seu conceito de repertório foi se transformando ao longo do tempo. Antes apenas descrevia a forma de ação. A

introdução da ideia de performance passa a captar os sentidos da ação, ou seja, seu aspecto subjetivo (JASPER, 2016).

Jasper (2016) acredita que há uma convergência entre a ênfase na estrutura de oportunidades políticas da Teoria do Processo Político e a centralidade nos recursos como condição necessária à ação coletiva da Teoria da Mobilização de Recursos, pois quanto maior a disponibilidade de recursos de um grupo, maiores as chances de aberturas de oportunidades. Porém, Polleta e Jasper (2001) destacam que a ênfase dos teóricos da mobilização e do processo político no “como” da mobilização ao invés do “porquê”, seu foco no Estado como alvo da ação e sua dependência de imagens racionalistas da ação individual deixaram questões importantes sem exame. Ambas se concentram nos meios, mas ignoram as motivações da ação coletiva (JASPER, 2016). Em resposta a essas limitações, os estudiosos recorreram à identidade coletiva para responder questões relacionadas às motivações da ação coletiva e fatores que influenciam as escolhas estratégicas dos movimentos.

Esta é a proposta da Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Para seus principais expoentes, Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, os movimentos sociais da sociedade pós-industrial tornam-se portadores de um projeto cultural, sem uma base social específica, na medida em que buscam afirmação de identidades coletivas e transformações culturais no âmbito da sociedade civil e não a democratização do Estado ou mudanças no mundo do trabalho (ALONSO, 2009; JASPER, 2016).

Para Alberto Melucci, a identidade coletiva é construída na interação entre os atores, que envolve dimensões cognitivas e emocionais. Nesta interação, os atores formam um “nós” orientados para os fins, meios e ambiente, ou seja, para o sentido da ação para o ator, para as possibilidades e limites da ação e para o campo de ação. “Os atores produzem a ação coletiva porque são capazes de definir-se e de definir sua relação com o ambiente (outros atores, recursos disponíveis, possibilidade e obstáculos)” (MELUCCI, 2001, p. 46). De acordo com Jasper (2016), é por esta interpretação que os movimentos sociais produzem significados e impõem sua visão de mundo. As identidades coletivas, que compreendem o sentimento de pertencimento a um grupo, são portadoras de significado que indicam os atores que farão o enfrentamento aos problemas identificados pelo movimento social, ou ao que foi denominado pela literatura de enquadramento interpretativo. A identidade coletiva

e o enquadramento interpretativo, que consistem na dimensão simbólica da ação coletiva, são, portanto, categorias desenvolvidas pelos teóricos para absorver a dimensão cultural da ação coletiva, que permitem compreender como os movimentos sociais interpretam a realidade social, os problemas sociais e suas soluções, as razões que motivam sua ação e como se mobilizam, suas estratégias de ação, identificação de oponentes e aliados e os fatores que unificam os atores. Jasper, estudioso contemporâneo desta teoria, acredita que o eixo central que envolve todas as explicações sobre os movimentos sociais é a dimensão cultural. Cultura entendida não como um processo dado, mas como algo construído no processo de ação coletiva, como resultante da interação entre os atores, incluindo os oponentes.

Admitindo que cada teoria é portadora de uma verdade, Jasper (2016) propõe uma conciliação entre elas a partir de uma abordagem dos mecanismos causais, num nível observável, microssocial, de indivíduos e suas interações para incorporar a cultura. Em vez de encará-las como teorias distintas, sugere transformar as percepções de cada uma em mecanismos ou variáveis, e reuni-los para entender o protesto: mecanismos psicológicos como as emoções; mecanismos estruturais, como os recursos e as regras das arenas; mecanismos históricos, como as diferenças entre cidades e mídias modernas e pré-modernas; mecanismos racionalistas, como a busca de objetivos.

O conceito de movimentos sociais elaborado por Della Porta e Diani (2006) também busca consolidar este debate teórico. Para os autores, estes atores políticos caracterizam-se pela combinação de três elementos - conflito, identidade coletiva e redes informais, constituindo-se em uma ação coletiva conflituosa com oponentes específicos, voltada para promover ou se opor a transformações sociais, conectada por uma identidade coletiva e por densas redes informais. Este conceito, conforme explica Alonso (2009, p. 73), busca conciliar categorias presentes nas teorias clássicas dos movimentos sociais. Ele “ambiciona abarcar dimensões estratégicas e simbólicas da ação coletiva, a formação de identidades coletivas e os incentivos e constrangimentos sociopolíticos à mobilização, sua estruturação e seu caráter fluido”. Incorporam-se os sentidos e interpretações às estruturas de oportunidades políticas e à identidade coletiva é adicionada uma dimensão relacional, que se constrói no processo de ação coletiva, vista como “fluxo contínuo de interação social”.

Nesta perspectiva, para responder nossa questão de pesquisa, baseamo-nos na articulação entre os conceitos de repertório e oportunidades políticas desenvolvidos originalmente por Charles Tilly e suas modificações e adaptações influenciadas pelo debate culturalista.

1.2. Movimentos sociais na perspectiva da Teoria do Processo Político: repertórios e oportunidades políticas

De origem norte-americana, a Teoria do Processo Político foi desenvolvida principalmente por Charles Tilly (1975) e Sidney Tarrow (1993), ambos com estudos de movimentos europeus, e por Doug McAdam (1982), que se deteve nos movimentos sociais dos Estados Unidos.

Diferente da TMR, em que há uma organização preexistente que determina a emergência dos movimentos sociais, na TPP os atores se constituem na política contenciosa, em redes de solidariedade, de acordo com oportunidades políticas favoráveis ou restritivas. Nesta perspectiva, o conflito ocorre entre detentores do poder e desafiantes, em que Estado e movimentos sociais não são entidades coesas e monolíticas, mas formas de ação coletiva construídas no processo histórico-estrutural, ainda que o Estado tenha vantagens sobre os opositores porque detêm os meios coercitivos e pode impor regras sobre as reivindicações coletivas (TILLY; TARROW, 2015; TILLY, 2008; ALONSO, 2009).

De acordo com Charles Tilly e Sidney Tarrow, a política contenciosa supõe a união de três características: contenção, ação coletiva e política. A contenção ou confronto compreende reivindicações que afetam os interesses dos atores envolvidos, tendo de um lado o sujeito que reivindica e de outro o alvo da reivindicação. Quando esta interação envolve o Estado, entra-se no campo da política. Quando há a coordenação de esforços voltados a objetivos comuns, tem-se uma ação coletiva. Porém, as três dimensões são independentes, ou seja, nem toda ação coletiva implica conflito ou relação com o Estado e nem toda reivindicação tem como alvo o poder estatal. A interseção entre elas resulta no que os autores denominam de política contenciosa. Para que ocorra esta interação, um conjunto de mecanismos e processos é acionado, os quais envolvem uma variedade de atores ou reivindicações, mas também uma regularidade nos arranjos contenciosos, produzindo diferentes resultados de acordo

com as bases sociais e o contexto político em que se desenvolvem (TILLY; TARROW, 2015; TILLY, 2008).

Os mecanismos compreendem elementos recorrentes ao longo do tempo que produzem os mesmos efeitos em diferentes circunstâncias, enquanto os processos são sequências regulares de mecanismos que produzem transformações semelhantes desses elementos, normalmente mais complexas e contingentes. Tilly e Tarrow sugerem que a análise de uma política contenciosa implica: a) na desagregação dos processos em seus mecanismos, de modo a verificar a centralidade de determinado mecanismo e como o processo é acionado; b) na comparação entre o desenvolvimento de processos equivalentes em contextos diferentes para compreensão dos impactos de cada um de seus mecanismos; e c) na verificação da existência de correlação entre mecanismos específicos e determinados resultados (TILLY; TARROW, 2015).

De acordo com Tilly e Tarrow (2015), mobilização e desmobilização são os principais processos de uma política contenciosa. A mobilização é a superação do estado de apatia ou inércia, quando os atores políticos se formam e agregam recursos para as reivindicações coletivas, enquanto na desmobilização ocorre uma redução destes recursos. Para os autores, fatores estruturais como a classe social ou as desigualdades econômicas, categorias de análise dos movimentos sociais até a década de 1960, são, por exemplo, insuficientes para explicar a mobilização. Seus estudos empíricos revelam a ocorrência de uma combinação de mecanismos semelhantes em diferentes contextos e situações de política contenciosa, como: a) a conexão entre lugares antes desconectados; b) a disseminação das formas de contenção de um lugar para outro; c) a ação coordenada ou a coalizão de atores relacionada às mesmas reivindicações; e d) o reconhecimento dos atores políticos e de suas reivindicações por autoridades externas. Estes mecanismos ativam-se mutuamente e permitem a ampliação de coalizões e de escala de ação e influência e, desta forma, a reprodução do confronto político. Por outro lado, a desmobilização supõe a interação de três mecanismos: a) a repressão do Estado, que pode se dar por meio de violência direta ou por diferentes estratégias para contenção dos desafiantes; b) a institucionalização; e c) a substituição de táticas extremas por formas mais moderadas de ação contenciosa (TILLY; TARROW, 2015).

Na combinação destes mecanismos, atores políticos surgem, mudam ou desaparecem. Estes atores ativam os limites das fronteiras das identidades coletivas, elemento que constrói a unidade ideológica e organizacional necessária para produzir um movimento social (TARROW, 2009). Isto significa dizer, conforme Tilly e Tarrow (2015), que não é possível a expansão do termo movimento social a toda política contenciosa. Os autores definem movimento social como uma campanha sustentada por organizações, redes, tradições e solidariedade, as quais constituem as bases sociais e a identidade política dos atores políticos. Estes elementos configuram a combinação necessária para a conexão de interesses comuns voltados a reivindicações coordenadas e de longo prazo, dirigidas diretamente a seus alvos. (TILLY; TARROW, 2015; TILLY, 2008). Portanto, como também destaca Tarrow (2009), um confronto político não se constitui, por si só, como um movimento social. Esta generalização compromete a identificação das diferenças entre as bases sobre as quais são construídas a política contenciosa e as campanhas, responsáveis por lançar estas políticas. Porém, a transição das bases sociais para as campanhas não é automática. Ela requer o desencadeamento de diferentes mecanismos e processos (TILLY; TARROW, 2015).

Para Tilly e Tarrow (2015), os movimentos sociais mobilizam-se não apenas em torno de reivindicações programáticas, mas também para afirmação e reconhecimento de sua posição enquanto ator específico e legítimo nas relações políticas, sociais e culturais e de sua identidade. Para os autores, as identidades coletivas comumente se formam fora da política contenciosa. Elas compreendem as fronteiras entre “nós” e “eles”, as relações entre as fronteiras e no seu interior, acrescidas de significados compartilhados. A política contenciosa pode ativar ou desativar estas fronteiras, ou seja, identidades se formam e se transformam na interação entre os atores políticos, limitada pela estrutura de oportunidades políticas, pelos regimes e suas instituições e os repertórios disponíveis. A capacidade de produção de efeitos das reivindicações está relacionada ao grau de reconhecimento das identidades e posições dos movimentos sociais.

Inovações, sucessos ou fracassos afetam episódios posteriores relacionados a questões semelhantes e, por outro lado, as variações de repertórios e no caráter das contenções resultam também das características gerais de um regime e suas instituições. Estas características se diferenciam de acordo com o grau de capacidade

governamental medido conforme: a) a extensão em que as ações do governo afetam as pessoas; b) atividades e recursos em seu território de gestão; e c) o grau de democracia, medida por elementos como participação política ampla e com igualdade e proteção dos participantes de ações arbitrárias. Cada tipo de regime delinea as reivindicações prescritas, toleradas e proibidas. Oposições clandestinas, por exemplo, ocorrem em regimes não democráticos de alta capacidade governamental, em que manifestações públicas de oponentes são tratadas com controle e violência. Enquanto a maioria das guerras civis é registrada em regimes não democráticos de baixa capacidade, pois há grande espaço para centros de poder autônomo. Por outro lado, regimes democráticos, porém, de baixa capacidade, são suscetíveis a ações violentas e ameaças de derrubada do controle governamental (TILLY; TARROW, 2015; TILLY, 2008).

Estas características produzem oportunidades ou ameaças, ou o que os autores denominam de estrutura de oportunidade política, a qual é analisada de acordo com: a) a multiplicidade de centros de poder; b) abertura à participação para novos atores; c) instabilidade dos alinhamentos políticos vigentes; d) disponibilidade de aliados influentes; e e) grau de abertura a reivindicações coletivas. Múltiplos espaços de poder ampliam as possibilidades de negociação com forças mais receptivas às demandas dos desafiadores e alinhamentos políticos instáveis ampliam as chances de articulação de aliados. A estrutura de oportunidade, portanto, varia para cada ator político e molda os repertórios de contenção. Os movimentos sociais podem transgredir fronteiras proibidas ou assumir formas mais contidas, de acordo com o regime e suas instituições. Podem produzir reivindicações dentro das instituições ou contra instituições, institucionalizando alguns movimentos e radicalizando outros. Em regimes autoritários, os atores políticos escolhem repertórios mais transgressivos, enquanto os regimes democráticos oferecem um ambiente mais favorável aos movimentos sociais, pois dispõem de estruturas de oportunidades políticas mais abertas. De acordo com Tilly e Tarrow (2015), as relações entre instituições, oportunidades, ameaças e repertórios de confronto se reconstróem mutuamente de acordo com os processos de democratização e de desdemocratização (TILLY; TARROW, 2015).

Tilly (2008) analisa o impacto de uma campanha sobre campanhas subsequentes, a partir da análise das mudanças produzidas na estrutura de oportunidades políticas,

nos repertórios disponíveis e na conexão entre os atores. Uma campanha pode remodelar uma estrutura de oportunidades políticas por meio da alteração de um ou mais de seus elementos, desencadeando alianças, adesões e concessões, por exemplo – as quais, por sua vez, têm impacto sobre as campanhas seguintes.

As oportunidades políticas compreendem, portanto, dimensões situacionais do ambiente político que proporcionam incentivos à ação coletiva, na medida em que afetam as expectativas em relação ao sucesso ou fracasso. Por outro lado, as escolhas das estratégias podem abrir as portas das estruturas políticas (TARROW, 2009). As características de um regime que conformam a estrutura de oportunidades políticas definem as oportunidades e ameaças aos movimentos sociais, mas, por outro lado, a ação contenciosa depende dos repertórios disponíveis e das conexões internas dos movimentos ou de suas bases sociais.

A mobilização se concretiza por meio de uma série de performances que se agrupam em repertórios, ou seja, a existência de um repertório supõe que os opositores possuem mais de uma forma de manifestar suas reivindicações. Tilly e Tarrow analisam a interação entre os repertórios de contenção, os regimes e as instituições para explicar o processo de mobilização e desmobilização (TILLY; TARROW, 2015; TILLY, 2008).

Na publicação “*Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834*” Charles Tilly conceitua repertório como um conjunto limitado de rotinas que são apreendidas, compartilhadas e executadas a partir de escolhas relativamente deliberadas, adaptadas às circunstâncias e às reações dos opositores, aliados ou outros atores envolvidos no confronto político. Nesta produção, reconhece que sua primeira teorização de repertório negligenciou seu caráter relacional, ou seja, os repertórios não pertencem a atores isolados, mas a atores em conflito. Expressam características culturais constituídas ao longo do tempo, não peculiares a um grupo, mas às relações de conflito, que emergem da luta e não de uma filosofia abstrata (TILLY, 1995). Nesta perspectiva, conforme destaca Sidney Tarrow, repertório é cultural, mas também estrutural, pois os limites do aprendizado “restringem as opções disponíveis para a interação coletiva e estabelecem as bases para futuras escolhas”, pois envolvem “não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam” (TARROW, 2009, p. 51).

Entendendo que a política contenciosa envolve um fluxo contínuo de interação, porque pressupõe não somente reivindicações coletivas, mas recrutamento, organização e estratégia, Tilly está preocupado em compreender estas interações, em como e por que os repertórios se reproduzem, mudam ou desaparecem. (TILLY, 2008). Para tanto, o autor sugere a identificação dos conjuntos de interações entre desafiadores e oponentes que compõem os episódios contenciosos e, a partir do estudo detalhado destas interações, a identificação das performances e como elas se agrupam em repertórios, para então analisar, como uma campanha, ou uma série coordenada de episódios que envolvem reivindicações semelhantes, voltadas a alvos semelhantes, afetam uma campanha seguinte ou como ocorrem as mudanças incrementais.

Sidney Tarrow (2009) destaca que o surgimento dos movimentos sociais está associado às mudanças nos repertórios de conflito no século XIX, quando eles se tornam cosmopolitas, autônomos e modulares em vez de provincianos, dependentes de rituais herdados e particulares, ou seja, concentrando-se em algumas rotinas-chave, podem aglutinar atores com objetivos diferentes e ser difundidos em vários tipos de confrontos. Os repertórios modulares reproduzem-se em diferentes ambientes, com performances diferenciadas de acordo com as especificidades culturais e o contexto político (TARROW, 2009). Como destaca Tilly, não há performances que se espelhem perfeitamente. Elas são moldadas pelos atores conforme a interação com outros participantes, os objetos das reivindicações e a reação dos opositores, introduzindo, assim, pequenas inovações, que podem se espalhar ou desaparecer com os eventos. Os repertórios constituem-se, portanto, na relação entre as partes, com o ambiente, com a experiência e com performances improvisadas. Como explica Tilly, com transformações incrementais semelhantes à evolução da linguagem. Repertórios e performances são, portanto, fenômenos causal e simbolicamente coerentes, pois resultam dos mesmos mecanismos e produzem efeitos semelhantes (TILLY, 2008).

A capacidade de reprodução é o que mede a força de um repertório. Quando os participantes conhecem as performances e se organizam para executá-las; quando os atores fazem escolhas de performances em um repertório específico a determinados oponentes; quando os atores têm repertórios semelhantes porque têm histórias conectadas fora da contenção; quando as performances se agrupam em

tipos recorrentes e delimitados e sofrem poucas mudanças de um evento a outro são, de acordo com Tilly, alguns critérios que caracterizam um repertório forte, implicando em mudanças quase sempre incrementais. Novas performances podem surgir a partir da inovação daquelas existentes, mas tendem a se cristalizar em tipos recorrentes e impor limites à sequência de eventos, canalizando ações subsequentes (TILLY, 2008).

As mudanças de repertórios podem ser incrementais ou resultar de períodos de transformações políticas súbitas, as quais disseminam o desejo pela inovação, porém, são mais suscetíveis à repressão ou ao refluxo. As mudanças graduais, por sua vez, são mais comuns e duradouras. As causas das mudanças incrementais podem estar relacionadas a conexões entre cultura e organização social cotidiana, experiências cumulativas de contenções e intervenções do regime político. Ou seja, as transformações podem ocorrer no nível dos episódios individuais ou do contexto político ou econômico.

Os repertórios se desenvolvem com o tempo mediante interações repetidas, adequando-se às arenas e às oportunidades políticas, porém, de acordo com Jasper (2016), ambos se transformam em função das expectativas e ações dos atores, pois a ação política é sempre uma interação, é uma mútua construção, cujas escolhas são motivadas principalmente pelas emoções, pelo significado construído acerca do mundo a partir da interpretação. Esta interpretação está no cerne da cultura (JASPER, 2016).

Conforme demonstrado por Angela Alonso, o conceito de repertório sofreu sucessivas reformulações (ALONSO, 2012). Em *Contentious Performances*, publicado em 2008, a variação dos usos dos repertórios de acordo com as especificidades culturais, Tilly passa a denominar de performance. Suplantando a rotina como unidade de análise presente em sua primeira elaboração conceitual, repertório passa a ser designado como o conjunto de performances empreendidas nas interações dos confrontos políticos, cuja transferência é “processo relacional e disputado (pelos agentes em interações conflituosas), histórica e culturalmente enraizado (o peso da tradição) e condicionado pelo ambiente político nacional (as estruturas de oportunidade)” (ALONSO, 2012, p. 31). Performances e repertórios capturam em certa medida o caráter recorrente, aprendido, mas também improvisado, das interações da política contenciosa. A inclusão de performance foi a sua maneira de captar os sentidos da

ação e, portanto, seu aspecto subjetivo, adicionando uma perspectiva culturalista à análise dos movimentos sociais. Em *Contentious Performances*, Tilly destaca o eixo cultural da análise dos movimentos sociais de Francesca Polletta (2006), em que as motivações surgem das experiências individuais, do contexto cultural, que fornece os elementos que dão sentido à ação coletiva (TILLY, 2008; ALONSO, 2012).

Sob a influência do debate culturalista, Tilly (2008) enfatiza o elemento cultural e a agência em sua análise, substituindo a perspectiva estruturalista e racionalista presente na ideia original de repertório por um conceito relacional e interacionista, porém, mantém o conflito como eixo fundamental da ação coletiva e o regime político e o contexto histórico social como fator estruturante (ALONSO, 2012; NUNES, 2013).

Esta perspectiva relacional e as novas análises sobre a relação movimentos sociais e Estado produziu no contexto brasileiro uma ampliação do repertório tillyano restrito às interações de conflito e uma nova leitura quanto às estruturas de oportunidades, sobre as quais discorreremos na seção seguinte.

1.3. Repertórios de interação e estruturas relacionais

Abers, Serafim e Tatagiba (2014) argumentam que o novo cenário na relação com o sistema político no Brasil, a partir de meados da década de 1980 – quando os movimentos sociais passaram a ocupar a burocracia estatal e os espaços de participação institucional, como conselhos, conferências e orçamento participativo, criados com a redemocratização após a Constituição de 1988 –, exigiu novas leituras teóricas que permitissem apreender as relações colaborativas entre Estado e sociedade.

A partir de um estudo da participação dos movimentos sociais em um período da gestão do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal brasileiro, as autoras identificaram uma variedade de práticas de interação, capazes de ampliar as possibilidades de acesso e influência dos movimentos no Estado, que podem ser explicadas pela experiência histórica de algumas áreas das políticas públicas, mas também pelo ativismo institucional presente neste período, considerando a convergência de interesses entre estes atores. Estas práticas foram agrupadas nos seguintes repertórios de interação Estado e Sociedade no Brasil: “protestos e ação direta”, “participação institucionalizada”, “política de proximidade” e “ocupação de

cargos na burocracia”. O primeiro busca a negociação com o Estado por meio da publicização do conflito ou reafirmação de identidades e compromissos. Porém, não ocorrem apenas entre opositores. Pode ser uma estratégia para abertura ou restabelecimento de negociações com governos menos permeáveis às demandas dos movimentos sociais ou como parte do processo de negociação com governos aliados. A participação institucionalizada compreende a ocupação de espaços formais de diálogo, comumente por meio de representação e criados e conduzidos pelos atores estatais. Contatos pessoais diretos entre atores estatais e da sociedade para negociação de demandas e reconhecimento de direitos são denominados pelas autoras de política de proximidade, a qual, argumentam, não deve ser reduzida ao clientelismo, pois nela não ocorre troca de favores. Esta estratégia é facilitada quando militantes ou aliados dos movimentos ocupam cargos na burocracia, prática que passou a compor o repertório de interação dos movimentos sociais no Brasil quando da ascensão da esquerda no poder.

Esta inserção institucional, de acordo com Carlos (2015), desafiou as teorias dos movimentos sociais, pois tanto a Teoria do Processo Político como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais trataram a sociedade civil e o Estado como “esferas rigidamente separadas, estanques, autônomas e dicotômicas”, limitando as análises das múltiplas interações entre movimentos sociais e Estado (CARLOS, 2015, p. 16). Tatagiba (2007), Carlos (2015) e Carlos; Dowbor; Albuquerque (2017) argumentam que esta relação é mutuamente constituída e resulta não de uma característica intrínseca do movimento, mas de circunstâncias conjunturais que apontam possibilidades ou constrangimentos. O que lhes caracteriza é a combinação de diferentes estratégias de interação com o Estado, que podem ser colaborativas ou contenciosas, condicionadas por um conjunto de fatores como contexto e projetos políticos, dinâmica, experiência e agenda dos movimentos ou área da política pública.

Corroborando com esta perspectiva analítica, Abers e Von Bülow (2011) argumentam que a delimitação das análises à determinada ação coletiva oculta importantes atores que compõem as redes de movimentos sociais. Redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil por meio da ocupação de cargos em órgãos estatais e que não necessariamente descaracterizam a militância dos ativistas. Para as autoras, o desafio é mapear esta conexão e analisar como impactam os movimentos e o Estado.

Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017) operam com o conceito de encaixe institucional desenvolvido por Theda Skocpol, que compreende pontos de acesso e de influência mais perenes nas instituições do Estado, ou seja, quando ocorre a permeabilidade estatal às demandas populares. Tais encaixes podem ocorrer simultaneamente com outras estratégias de ação. Para Abers, Silva e Tatagiba (2018a, p. 112) entender a capacidade de influência dos movimentos sociais sobre as políticas públicas requer “apreender empiricamente as relações de colaboração entre movimentos sociais e instituições político-administrativas nos subsistemas de políticas públicas” a partir destes pontos de acesso, que os autores chamam de “ativismo institucional”.

Estas relações de interdependência entre diversos atores e instituições são denominadas por Abers, Silva e Tatagiba (2018b) de “estruturas relacionais” em substituição a um contexto político, de um lado, objetivado e externo que oferece constrangimentos ou oportunidades às ações dos movimentos sociais negligenciando sua agência e, de outro, visto como campo de reação destes atores, em que apenas sua agência importa, desconsiderando os agenciamentos recíprocos. Os autores destacam que a formulação original da noção de estrutura de oportunidade política foi revisada por seus autores, propondo a apreensão das oportunidades e ameaças a partir da interpretação dos ativistas, o que, para eles, recai igualmente no risco de negligenciar a ação de outros atores.

Na ideia de estruturas relacionais, historicamente construídas, a agência de um conjunto de atores em interação, incluindo as instituições, é uma agência interdependente, criativa, relacional e situada, que constitui um determinado contexto, e é por ele condicionada reciprocamente. Deste contexto, os autores apreendem duas dimensões necessárias à análise das relações entre movimentos sociais e políticas públicas: os regimes políticos e os subsistemas de políticas públicas. O acesso, capacidade de agência e influência sobre uma política pública variam de acordo com a posição que os atores ocupam nas relações de poder dos regimes e subsistemas, e conforme a capacidade criativa de construir novas relações. Nesta perspectiva, regime também é estrutura relacional. Não é externo aos atores que contestam, mas constituído na disputa política, rechaçando-se, assim, a formulação de tipologias de regimes, em que determinados tipos apresentam maiores oportunidades aos movimentos sociais, conforme apresentado por Charles Tilly. Do mesmo modo, os subsistemas de políticas públicas são arenas de disputa formadas por diversas

coalizões de defesa interligadas por ideias que se constroem e se transformam nestas interações. No interior de cada regime, conformam-se, portanto, várias configurações de poder em cada setor de política pública, que conferem diferentes condições de acesso e influência dos movimentos sociais. “Os movimentos sociais não se relacionam *com* o regime e *com* os subsistemas (...), mas *no* regime e *no* subsistema” (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018a, p. 38-39). Nesta perspectiva, a construção dos repertórios dos movimentos sociais é delineada, de modo geral, pelos regimes, mas com variações entre os subsistemas de políticas públicas.

De acordo com Carlos (2011), Maryjane Osa (2003), em um estudo sobre redes de oposição em um contexto de restrições impostas por um Estado autoritário, redireciona a centralidade no contexto político dada pela Teoria do Processo Político para as estruturas da rede de relações. Para Osa (2003, 78), as redes atuam como “estruturas mobilizadoras”, capazes de superar restrições à ação coletiva, por meio, por exemplo, da difusão da informação e articulação de recursos, o que pode contribuir para o aumento da solidariedade e a construção da identidade coletiva. Novas articulações permitem a construção de novos *frames* e estratégias de oposição ao Estado (OSA, 2003).

Della Porta (2015) propõe uma abordagem relacional, construtivista e dinâmica para análise dos movimentos sociais, que apreenda as interações dos múltiplos atores institucionais e não institucionais, que considere não apenas as oportunidades e ameaças externas, mas a agência dos atores nos conflitos, a qual é delineada pelas identidades coletivas e não são limitadas apenas pelos desafios contextuais e os recursos disponíveis, e reconheça o potencial transformador das ações dos movimentos sociais

1.4. Redes e enquadramentos na construção de repertórios

Redes de interação informal, engajamento em um conflito social e identidades compartilhadas são, de acordo com Mario Diani (1992), as dimensões necessárias para a configuração de um movimento social. Indivíduos ou organizações compartilham recursos práticos e simbólicos e negociam estratégias de ação por meio de mecanismos de articulação informal e da construção de acordos mútuos, independentes de regulamentação formal. Estão engajados em conflitos políticos e/ou

culturais com outros atores, como promotores ou opositores de transformações, entendendo-se por conflito a relação de oposição entre atores. Compartilham crenças e um sentimento de pertencimento, identificam-se e são identificados como parte de um esforço coletivo. Seus limites são definidos pelo reconhecimento mútuo, intrinsecamente volúvel porque foi construído nas interpretações e narrativas que ligam atores, iniciativas e eventos. Esta perspectiva teórica supera a visão de movimento social como organização, como preconizado pela Teoria da Mobilização de Recursos ou como sequência de protestos conforme a Teoria do Processo Político. Com fundamento na abordagem metodológica da análise de redes sociais e na sociologia relacional, concentra-se não nos atores individuais e seus atributos, mas nas relações entre os atores (HANNEMAN; RIDDLE, 2001), vistas como processos predominantemente contínuos e dinâmicos (EMIRBAYER, 1997). Trata-se de identificar como indivíduos ou organizações em suas múltiplas estruturas formais se relacionam e como ocorrem estas interações e os processos de construção de significado. As organizações de movimentos sociais não são, portanto, definidas por seus atributos, mas, conforme suas relações, seu pertencimento e identificação com o movimento. Este senso de pertencimento coletivo pode ser mantido mesmo em períodos de latência do movimento (DIANI, 1992; DIANI, 2003; DELLA PORTA; DIANI, 2006). Como explica Carlos (2011, p. 157), a ação coletiva dos movimentos sociais é um “*continuum* intertemporal”, podendo envolver “eventos de protesto e mobilização, mas também momentos de autorreflexão e produção cultural e de atuação intrainstitucional”.

As interpretações e narrativas compreendem a produção de significados compartilhados sobre a realidade, que dão sentido e orientam a ação e foram iluminadas pelo conceito de *frame* de ação coletiva, elaborado por David Snow et al (1986) a partir da teoria de Erving Goffman (1974), contribuindo, assim, para apreender os processos culturais responsáveis pela legitimação e mobilização da ação coletiva (CARLOS, 2011; BENFORD; SNOW, 2000). Enquadramento compreende, de acordo com Goffman (1974), um “esquema interpretativo” que simplifica e condensa o mundo e permite “localizar, perceber, identificar e rotular” eventos. Trata-se, segundo Benford e Snow (2000), de um processo dinâmico, interativo e construtivista de produção de significados que orientam a ação. Nesta perspectiva, os movimentos sociais são agentes envolvidos na construção de

significados, são “agentes significantes” e não portadores de ideias e significados, ou seja, trata-se de um processo dinâmico, que implica agência que produz e reproduz nas interações “quadros de ação coletiva” que organizam e orientam a ação.

Para a construção destes quadros, três tarefas centrais que mobilizam o consenso e a ação são realizadas: enquadramentos diagnóstico, prognóstico e motivacional. O enquadramento diagnóstico compreende a identificação compartilhada de um problema e suas causas, o alvo responsável por esta situação e o desejo de transformação. Segundo revisão de Benford e Snow (2000), ainda que não seja possível uma generalização a todos os quadros de ação coletiva, estudos empíricos demonstram que uma variedade de movimentos sociais, especialmente aqueles voltados para transformações políticas e ou econômicas, apresentam componentes de quadros de injustiça. O consenso sobre a natureza do problema, no entanto, não se replica sobre as fontes causais e os agentes responsáveis, tornando o enquadramento de adversários um processo que gera conflitos internos nos movimentos. A segunda tarefa envolve a definição de alternativas de enfrentamento ou solução do problema identificado, ou seja, o enquadramento prognóstico. De acordo com os autores, estudos apontam que este processo é restringido pelo enquadramento diagnóstico e construído e reconstruído na interação com os opositores. Também é reconhecido como um dos principais elementos que delimitam as especificidades de um movimento social. O enquadramento motivacional é o componente agêntico dos quadros de ação coletiva. É um apelo ao engajamento à ação coletiva, por meio da articulação de estratégias para mobilização, incluindo a construção de vocabulários motivacionais (BENFORD; SNOW, 2000).

Os enquadramentos podem variar, conforme o movimento, (i) no grau de abrangência de suas causas ou problemas; (ii) no nível de flexibilidade quanto à quantidade de ideias incorporadas; e (iii) na capacidade de ressonância, a qual está diretamente relacionada (i) à consistência do *frame*, (ii) à credibilidade de seus articuladores e das afirmações diagnósticas e (iii) à relevância do *frame* para os alvos da mobilização. De acordo com Benford e Snow (2000), a apreensão dos enquadramentos tornou-se central para a compreensão do caráter dos movimentos sociais.

Além do atendimento a estas tarefas básicas, o desenvolvimento dos quadros de ação coletiva envolve três processos que constituem a dimensão cultural dos movimentos: discursivos, estratégicos e conflitivos. Os processos discursivos compreendem as

falas, diálogos e comunicações escritas, os quais envolvem a articulação de eventos e a amplificação de elementos relevantes, ambos operando na conexão de experiências e construção e reconstrução de ideias. Quando os enquadramentos estão voltados à execução de um objetivo determinado, tem-se um processo estratégico. Os processos conflitivos materializam-se em contra-enquadramentos por oponentes, disputas internas e na construção dialética entre enquadramentos e eventos de ação coletiva. Este processo dialético também está presente na relação com as oportunidades e restrições políticas e culturais, que tornam a geração, o desenvolvimento e a reconstrução de enquadramentos processos dinâmicos e contínuos, ou seja, o contexto cultural e político e os quadros de ação coletiva constituem-se reciprocamente.

Carlos (2011) destaca que ao concentrar os estudos nos processos estratégicos e nas relações conflitivas com agentes externos, a literatura negligenciou a dinâmica discursiva e os conflitos internos dos movimentos, absorvendo, assim, uma cultura estática, porque alheia às interações entre agência e estrutura, enquanto mútua constituição. Na perspectiva de redes sociais apresentada por Ann Mische (2003), a análise da dimensão cultural dos movimentos sociais deve apreender esta dinâmica discursiva. Para a autora, as redes sociais compreendem processos de interações comunicativas culturalmente constituídas. (CARLOS, 2011; MISCHÉ, 2003). Segundo Mische (2003), é necessário analisar como as formas culturais, como identidades ou *frames*, são construídas e reconstruídas nas interações comunicativas, compreender os mecanismos responsáveis pela interação entre estruturas de rede e as formas culturais e pela sua transformação nos processos contenciosos. De acordo com a autora, muitos estudos tratam as redes sociais como espaços de promoção da coesão social, solidariedade, formação de identidade coletiva, dentre outros atributos valiosos. Enfatizam a coesão social e negligenciam as relações de poder e disputa política. Direccionam suas análises para a densidade das relações nas redes e negligenciam os efeitos da sobreposição de múltiplas redes. Mische (2003) defende que as redes não sejam vistas apenas como “condutos de formas culturais” e sugere o estudo de como ambas são construídas a partir do olhar sobre as interações comunicativas.

A escolha dos repertórios de ação compõe, portanto, este processo de enquadramento que se desenvolve na constituição de processos interativos e

culturais. Como os movimentos sociais da periferia não se restringem a uma pauta setorial específica, porque sua agenda está circunscrita em um território que expressa a exclusão e ausência de direitos em diferentes áreas, a análise das suas relações com as instituições políticas não pode se restringir a determinado espaço, repertório ou setor da política pública. De acordo com Amâncio (2013), estes atores recorrem aos mais diversos repertórios de ação, voltados para a provisão de serviços no território. Como seus pontos de acesso são variados e as instituições participativas atuam no nível setorial, as análises dos últimos anos não são suficientes para compreensão de suas dinâmicas na luta por acesso aos serviços públicos, especialmente porque o olhar sobre os movimentos sociais no nível microterritorial perdeu centralidade nas agendas de pesquisa quando as instituições participativas passaram a ser o espaço privilegiado de atuação dos atores sociais. Retomar o olhar para os movimentos sociais no nível microterritorial para uma análise dos repertórios de ação coletiva na luta por direitos, por acesso a serviços públicos, pode apontar caminhos para a compreensão dos rumos da participação e contribuir para análise da efetividade da participação institucional na formulação de políticas públicas para as camadas populares.

CAPÍTULO 2 – AÇÃO COLETIVA NA PERIFERIA URBANA

2.1. O debate brasileiro sobre a ação coletiva na periferia urbana

As periferias, favelas ou cortiços – que materializam a desigualdade social, econômica e política do espaço urbano ou a denominada “espoliação urbana”; a vulnerabilidade socioeconômica e civil no acesso aos direitos sociais, ao direito à igualdade e à integridade física – são historicamente o espaço de formação de atores coletivos voltados à conquista de direitos, onde, especialmente nos anos 1970 e 1980, se constituíram uma multiplicidade de lutas urbanas, originalmente voltadas à melhoria dos serviços urbanos (VILLAÇA, 2011; KOWARICK, 2009b).

Esta luta pelo direito à cidade e pelo acesso aos serviços públicos empreendida pelas periferias urbanas nas décadas de 1970 e 1980 foi objeto de muitos estudos acadêmicos, especialmente nos anos 1980. Conforme balanço realizado por Kowarick (1987), os estudos produzidos sobre os movimentos sociais urbanos neste período voltaram-se principalmente para os processos de organização associativa nas lutas por serviços públicos como creches, atendimento à saúde e melhorias nos serviços de transporte; mobilizações contra o aumento do custo de vida; lutas por moradia por meio de ocupações de espaços urbanos, reivindicações pela regularização de loteamentos clandestinos e urbanização de favelas; o papel da Igreja e dos partidos políticos nas organizações populares; e a relação com o Estado.

Estes estudos suscitaram debates teóricos sobre o caráter e emergência desses movimentos sociais enquanto expressão da luta de classes e das contradições urbanas, sua autonomia frente ao Estado e seu significado cultural e político na construção de novas formas de sociabilidade e na transição para o regime democrático.

Sob a influência de autores europeus como Castells, Borja e Lojkin no contexto da produção teórica da sociologia urbana (CARDOSO, 1984; JACOBI, 1987), a emergência dos denominados movimentos sociais urbanos foi associada às contradições urbanas próprias de uma sociedade capitalista. Emergem de problemas locais e imediatos, com demandas que se situam na esfera do consumo, por melhorias nas condições de vida no espaço urbano. A marginalização econômica do mercado imobiliário, o interesse em assegurar a permanência nos locais ocupados e acessar

os serviços urbanos básicos são os elementos em comum entre os membros destas organizações. O Estado era visto como o agente responsável pela mediação da reprodução da força de trabalho e da expansão do capital, tornando-se o principal alvo dos conflitos urbanos (CAMPANÁRIO, 1984; GOHN, 1982; MOISÉS, 1982; EVERS; MULLER-PLANTENBERG; SPESSARI, 1982).

Brant (1983) destaca o elemento político na emergência destes movimentos sociais. Segundo o autor, a repressão dos canais tradicionais de representação popular, como os partidos políticos e os sindicatos, estimulou relações de solidariedade na sobrevivência urbana, as quais, associadas a uma rede de apoio, criada especialmente pela Igreja Católica, foram fatores determinantes na emergência dos movimentos sociais urbanos. Constituídos enquanto uma alternativa às forças reprimidas ou cooptadas pelo Estado ditatorial, razão que os levavam a hesitar interferências externas, estes movimentos tornaram-se a base para a democratização, por um lado, por seu conteúdo popular e, por outro, pelas estratégias de participação criadas em suas bases. A resistência ao apoio de diferentes grupos sociais foi, ao final dos anos 1970, substituída pela percepção da necessidade de romper com o isolamento político e fortalecer a articulação com outros movimentos sociais. Doimo (1984) enfatiza que a forma de organização das CEBs – o significado ético-político de seu discurso voltado à prática política na defesa da igualdade e da justiça social – foi o sustentáculo da mobilização das organizações de bairro na década de 1970. Para a autora, a religiosidade e, portanto, as significações culturais, constituem-se, historicamente, fator de mobilização, coesão e construção da identidade do movimento social urbano.

Para Moisés (1982), o que dá unidade a estes movimentos sociais é uma identidade popular, constituída a partir de objetivos políticos comuns, cujo antagonista é o Estado. Diferem-se, assim, dos movimentos operários constituídos por uma classe homogênea formada nas relações do mundo do trabalho. Trata-se de um “coletivo socialmente heterogêneo”, formado a partir de uma ampla aliança social e política, designado de classes populares. Gohn (1982) acredita, porém, que sua composição heterogênea não descaracteriza sua gênese em um contexto de acirramento da divisão de classes produzida pela acumulação do capital, mas reforça a articulação de diferentes setores em torno de demandas comuns voltadas a melhorias na vida urbana e democratização dos processos de decisão sobre a cidade. Evers, Muller-

Plantenberg e Spessari (1982) também destacam o caráter de classe destes movimentos. Segundo os autores, tratam-se de mobilizações por melhores condições de reprodução que convergem com as lutas na esfera da produção, pois toda luta de classes supõe uma luta pela reprodução da classe trabalhadora. Em um estudo sobre movimentos associativos em seis capitais brasileiras, Boschi e Valladares (1982) igualmente destacam que há uma vinculação de classe subjacente nestes setores populares, mas o elemento de mobilização não é uma identidade de classe na dimensão do trabalho, mas uma identidade coletiva construída a partir da privação comum do acesso a bens e serviços no local de moradia, reforçada pela omissão do Estado.

Conforme análise de Telles (1987), para alguns pesquisadores, a heterogeneidade da base social destes movimentos passou a compor sua singularidade, marcada pela segregação urbana e identidades construídas na condição de morador pobre com interesses comuns na luta por direitos. Seu significado político estava na capacidade de articular interesses mais amplos que aqueles da esfera do trabalho. Por outro lado, em algumas produções teóricas estes movimentos permitiam articular, no plano da reprodução da força de trabalho, os interesses da classe trabalhadora.

Doimo (1984) acredita que a organização de novos setores das classes populares não se sobrepõe à contradição capital – trabalho ou à organização dos trabalhadores. O capitalismo monopolista produziu novas contradições e é fundamental uma articulação ampla para a construção do apoio mútuo entre os movimentos, sem perder as especificidades de cada um. O movimento operário tem maior organicidade e sua mobilização e organização ocorre com maior fluidez, o que, no entanto, não subtrai o potencial do movimento social urbano de questionar as contradições capitalistas. Prova disto são as tentativas de neutralização, controle e cooptação dos movimentos por parte do Estado. Uma contraofensiva que compreende a dinâmica de dois polos em oposição.

O Estado era, portanto, visto como o alvo das reivindicações e o adversário das organizações de bairro, visto que os resultados somente são alcançados mediante confrontação. Por sua vez, para o Estado, estas reivindicações têm caráter político e de oposição ao sistema. Segundo Evers, Muller-Plantenberg e Spessari (1982), as respostas do Estado variam estrategicamente entre postergação, ações repressivas e desarticulação e cooptação do movimento. Permanecem no limite da manutenção

da legitimidade do poder político, já que as reivindicações são incompatíveis com o processo de acumulação do capital. Estado e movimentos sociais são, nestas análises, forças que se destroem mutuamente (KOWARICK, 1987). Jacobi (1982) entende que o caráter reivindicatório original, que tinha o Estado como principal alvo, é esvaziado pelas transformações políticas pós 1964, seja pela cooptação e burocratização das relações com o Estado, seja pela repressão política. O autor acrescenta que no período de crise de legitimidade do regime militar, em meados da década de 1970, e com o trabalho de formação de lideranças locais desenvolvido pela igreja católica, constituem-se uma diversidade de atores coletivos voltados às lutas por melhorias nas condições de vida urbana, como movimentos de luta por creches, saúde, regularização de loteamentos clandestinos e urbanização de favelas em São Paulo, que buscam romper com práticas populistas e clientelistas e afirmar sua autonomia frente ao Estado e outros grupos sociais. Boschi e Valladares (1982), porém, entendem que estratégias de cooptação empreendidas pelo Estado com o discurso da participação e a tutela de agentes externos comprometem a mobilização e a autonomia do movimento.

No final dos anos 1980, novas reflexões são pautadas sobre o caráter destes movimentos, sua relação com o Estado e seu potencial transformador. Sader (1988) defende que a explicação da natureza dos movimentos sociais não pode ser deduzida das condições objetivas impostas pelo sistema capitalista, pois, este deducionismo negligencia as mediações simbólicas que constituem as necessidades sociais, os processos de atribuição de significados construídos nas relações entre os atores e que definem sua identidade coletiva. Revisando paradigmas, Jacobi (1987) pontua igualmente que a associação entre contradições urbanas e emergência de mobilizações coletivas não pode ser mecânica, mas mediada pela vivência e percepção dos atores. Como destaca Kowarick (1988), ainda que as condições estruturais objetivas sejam o pano de fundo da emergência destes movimentos sociais, não há uma determinação linear, pois são múltiplas tanto as formas de manifestação como as trajetórias e significados, que somente podem ser apreendidos a partir do estudo de suas experiências. Para Doimo (1984), considerar as contradições urbanas como a única categoria explicativa da emergência dos movimentos sociais representa uma postura maniqueísta, que tende a levar a debates pessimistas sobre o potencial dos movimentos sociais. Esta categoria é uma

referência indispensável, mas não é a única. É necessário apreender as especificidades dos movimentos, sua forma de organização, orientações ideológicas e níveis de articulação para compreender suas múltiplas determinações.

Segundo Sader (1988), a defesa da autonomia frente ao Estado, por ser visto comopositor dos movimentos sociais dado o seu papel na acumulação do capital, decorre deste determinismo estrutural. O autor também defende que os movimentos sociais não derivam de uma configuração de classe previamente definida. É necessário articular a noção de classe objetivamente dada, definida pelas condições reais de existência e a classe enquanto construção subjetiva a partir da organização política. Os novos movimentos sociais estão “no solo da condição operária”, mas configuram uma nova forma de representação e identidade coletiva.

A visão de que os setores populares são amorfos e vulneráveis à manipulação, reduzindo a sua relação com agentes externos à dependência, é, na análise de Krischke (1984), o que leva ao desconhecimento do pluralismo das organizações de bairros, das múltiplas influências que interagem mutuamente na sua constituição. O autor acredita que as relações com a igreja e os partidos políticos, por exemplo, contribuíram positivamente para a construção de formas de organização democráticas e pluralistas, as quais os potencializaram a manter uma relativa autonomia com estas mesmas instituições e o Estado. Não se trata de uma autonomia total, mas uma relação de mútua influência mediada por esta capacidade organizativa. Associado a isto, o autor entende que a unidade destes movimentos não provém de um conteúdo de classe, mas de uma convergência entre estas influências democráticas plurais, e de interesses comuns na ampliação de direitos.

De acordo com Telles (1987), a emergência de novos atores na cena política em espaços diferentes dos tradicionais – organizados a partir de demandas relacionadas à moradia e às condições de vida, em um contexto autoritário e marcado por práticas populistas, capazes de escapar do clientelismo político, porque capazes de auto-organização a margem do sistema político e contra o Estado – conferiu aos movimentos dos anos 1970, nas análises acadêmicas, o signo da novidade e do potencial para redemocratização da sociedade. É esta interpretação que confere centralidade à defesa da autonomia nos debates sobre estes movimentos. Eles foram vistos como agentes que davam visibilidade política ao social, tornando-se alternativa possível às práticas tradicionais dos sindicatos e dos partidos políticos na luta por

direitos e contra a opressão do Estado. A autora compreende que a dicotomia cooptação-autonomia, destacada nas análises quanto à relação destes movimentos sociais com o Estado, tem uma dimensão simbólica de denúncia da violência estatal e afirmação da legitimidade política dos novos sujeitos coletivos, colocando em debate público as experiências de privação e exclusão social do cotidiano da moradia. Experiências que ancoram a ação coletiva, não como determinação imediata, mas mediada pelos significados construídos pelos atores em seu tempo e lugar (TELLES, 1987).

No debate acerca da relação destes atores coletivos com o Estado, Cardoso (1984) acrescenta, ainda, que os pesquisadores negligenciaram a ação do Estado nas análises sobre a emergência dos movimentos sociais. De maneiras diversas, o Estado responde às reivindicações populares e a elaboração de políticas públicas e seus mecanismos de implementação têm consequências sobre as manifestações coletivas. A ação estatal, assim como sua omissão, também é fator de indução de demandas e reivindicações populares. Porém, as análises privilegiaram as manifestações contra o Estado repressor, pois era neste antagonismo que os estudiosos identificavam o seu potencial transformador.

De acordo com Oliveira e Dowbor (2021), as novas relações Estado e sociedade, analisadas a partir de uma abordagem relacional e da mútua constituição, conferem novos sentidos à autonomia. Os autores defendem que a autonomia deve ser contextualizada no tempo e no espaço sob uma perspectiva relacional enquanto negação e construção, ganhando, assim, múltiplos sentidos: negação da existência do Estado, de suas formas de organização e de suas políticas públicas historicamente desiguais ou insuficientes. Em contraposição, construção de formas de vida cotidiana à margem do Estado, de diferentes formas organizacionais e confronto extrainstitucional e de propostas alternativas às políticas públicas. O primeiro sentido compreende a negação de qualquer relação com o Estado, com a construção de práticas alternativas independentes da interferência das instituições estatais. Distintamente, no segundo sentido, os movimentos sociais pautam o Estado para o atendimento às suas demandas, porém, por meio de canais extrainstitucionais, ou seja, rejeitam a forma de organização do Estado e a participação institucional. A terceira forma de ação autônoma refere-se à rejeição das políticas públicas formuladas ou negligenciadas pelo Estado, com desdobramento na elaboração e

implementação de iniciativas independentes ou na inserção em espaços institucionais para influenciar na conformação das políticas. Nesta perspectiva analítica, portanto, a autonomia é mais do que negação da relação com o Estado. Esta rejeição por si só, inclusive, não assegura a ação autônoma, pois, para os autores, a autonomia pressupõe processos de negação e construção que se formam na mútua constituição dos atores envolvidos.

É necessário, portanto, superar interpretações reducionistas e dicotômicas que consolidaram categorias explicativas quanto à relação dos movimentos microterritoriais com as instituições políticas como o imediatismo, o clientelismo e a cooptação. A análise das dinâmicas associativa, política, institucional e socioeconômica deve ser feita sob uma perspectiva relacional e processual, apreendendo o “objeto” das ciências sociais como resultantes de relações sociais “constituintes de e constituídas por processos sócio-históricos” e não como “portadores de características intrínsecas e independentes do campo dinâmico de relação no qual e pelo qual, de fato, se constituem” (SILVA, 2007, p. 481).

O novo cenário na relação com o sistema político, a partir de meados da década de 1980, consolidou novas leituras teóricas sobre estes movimentos. As chamadas instituições participativas, conceituadas por Avritzer (2008, p. 45) como “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas”, tornam-se o espaço privilegiado de atuação dos movimentos sociais nas suas estratégias para conquistas sociais, especialmente com a ascensão de partidos de esquerda no poder em muitos municípios e no governo federal, quando ocorre uma ampliação destes espaços. A partir da segunda metade dos anos 1990, “a participação passou a ser, cada vez mais, participação-em-espaços-participativos e a literatura acadêmica migrou junto com os atores” (GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA 2011, p. 117). As instituições participativas ganham, portanto, centralidade nas pesquisas acadêmicas. O foco de estudo, concentrado principalmente no nível macroterritorial e setorial, em políticas públicas que dispunham de espaços públicos de controle social, eram questões como dinâmica de funcionamento e seus resultados (AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011). Variáveis que influenciam na capacidade destes processos participativos em produzir efeitos nas políticas públicas e na democratização da gestão pública, como grau de deliberação, representatividade e projeto político dos atores também foram analisadas

(AVRITZER, 2007; DAGNINO, 2002; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Algumas pesquisas também apontam que esta inserção institucional produziu alguns efeitos negativos sobre a dinâmica dos movimentos, incluindo a redução de sua capacidade de mobilização face ao dispêndio de tempo e energia exigidos para sua atuação e a tendência a uma postura mais conciliatória e menos conflitiva, especialmente quando há compatibilidade de projetos políticos com o governo (TATAGIBA, 2011; TRINDADE, 2018). Trindade (2018) aponta que, apesar dos inegáveis avanços obtidos, os resultados produzidos pelas instituições participativas estão aquém dos esforços empreendidos pelos movimentos sociais para inserção nestes espaços e sugere uma análise comparativa quanto às conquistas sociais alcançadas a partir da participação em espaços institucionais frente ao ativismo extrainstitucional, defendendo um conceito amplo de participação política que incorpore todas as formas de ação coletiva. A conjugação das diferentes formas de participação, por dentro e por fora do Estado, também é um caminho apontado no estudo de Szwako (2012).

Para Feltran (2007), “o nexó entre transformação política e mudança social perdeu sua capacidade explicativa”, pois os movimentos sociais das periferias urbanas convivem com a contradição entre a ampliação dos espaços de participação política na formulação das políticas públicas e a “instabilidade de um tecido social cada vez mais inseguro, tanto pelas novas formas de trabalho, cada vez menos afeitas a garantir direitos, quanto pela explosão da violência, que apareceu cada vez mais próxima dos cotidianos” (FELTRAN, 2007, p. 87). De acordo com Kowarick (2009b), as transformações no mundo do trabalho, que se traduziram na precarização do trabalho e no acirramento do desemprego, produziram um novo “desenraizamento social e econômico”. Originalmente desenraizado de seu meio rural, o trabalhador torna-se agora descartável no meio urbano.

Feltran (2010) argumenta que a expectativa do pleno emprego e do acesso a direitos e à representação política que mobilizou as famílias migrantes nas periferias das cidades foi frustrada, pois as desigualdades permanecem inalteradas. Sua inserção subalterna nos espaços institucionais e o novo perfil da dinâmica social desta população a partir das transformações no mundo do trabalho, nos núcleos familiares, nas bases religiosas e no consumo alteraram o sentido da mediação realizada pelos atores coletivos das periferias entre a população pobre e as instituições políticas e exigiu revisão dos projetos coletivos. Feltran (2010, p. 209) destaca que novos

mecanismos de mediação se colocam em cena, como a gestão social e a violência. De um lado, a violência dos agentes de segurança pública e, de outro, do próprio mundo do crime, disseminando-se uma violência intimamente associada à frustração do ideário de integração social, à exclusão da população periférica do “mundo do direito”. Ao mesmo tempo em que se amplia a repressão nas fronteiras das periferias, criminalizando seus moradores, busca-se minimizar as tensões por meio da gestão da segurança e dos territórios na forma da execução de projetos sociais em parceria com organizações da sociedade civil. A expansão desses projetos representa, também, a contenção do morador pobre nessas fronteiras, mascarado sob o discurso da garantia de direitos. O autor trabalha com a noção de fronteira para contribuir com a demarcação das clivagens entre periferias e política.

Della Porta (2015) assinala que a deterioração das condições socioeconômicas e o crescimento da desigualdade social e da pobreza colocam a dinâmica capitalista e as divisões de classe novamente no foco dos estudos sobre os movimentos sociais recentes. As mobilizações contra a austeridade e contra o capitalismo neoliberal retomam a linguagem de classe, porque envolvem aqueles afetados pela redução dos investimentos públicos e da proteção social. Seu principal ator é o “preariado”. Conforme conceituação de Guy Standing (2011), uma nova classe, constituída por aqueles que vivem a insegurança na relação com o capital e o Estado, carecendo de segurança do mercado de trabalho, de emprego, de renda, representação e identidade ocupacional. Trata-se de uma mobilização interclasses, pois os manifestantes não pertencem a uma classe precária específica, mas são movidos por uma aliança plural de cidadãos cuja existência se torna cada vez menos segura no neoliberalismo. Para compreender as bases sociais destas mobilizações, Della Porta baseia-se no conceito de clivagem desenvolvido por Stefano Bartolini e Peter Mair. Para estes autores, as clivagens são compostas pelos elementos socioestruturais, culturais e organizacionais. Nesta perspectiva, o capitalismo é um fator estruturante, mas não é o único. Ele afeta as bases sociais dos movimentos, mas em inter-relação com o conjunto de valores que constituem a identidade de determinado grupo social e com as interações individuais, institucionais e políticas na formação das clivagens (BARTOLINI, 2000).

O reconhecimento das estratégias de ação coletiva extrainstitucionais no campo da participação, o crescimento dos protestos nos centros urbanos, o esvaziamento das

instituições participativas, o contexto de restrições políticas e sanitárias e o acirramento da pobreza nos últimos anos provoca-nos a questão sobre a efetividade dos espaços de participação instituídos ao longo de 30 anos e como vem ocorrendo a interlocução com o Estado na luta por melhorias dos serviços públicos nos territórios da periferia, especialmente em uma cidade onde não há movimentos expressivos de lutas por políticas setoriais como saúde, assistência e habitação e os movimentos sociais das periferias têm papel central nas lutas por direitos.

A partir destas categorias de análise, este estudo pretende, portanto, responder à seguinte questão: como a ação coletiva se mobiliza na periferia urbana para a conquista de direitos e acesso a serviços públicos em contextos de crise?

2.2. Repertórios de ação em contextos de crise

De acordo com estudos de Della Porta (2022), contrariando as expectativas de que o contexto de restrições imposto pela pandemia do Covid-19 levaria à latência dos movimentos sociais, neste período foram presenciadas intensas mobilizações de ativistas e organizações de movimentos sociais já existentes e novas iniciativas, muitas vezes combinando suas causas sociais, trabalhistas, de gênero ou ambientais, por exemplo, com o direito à saúde. A pandemia não paralisou os movimentos sociais, mas os transformou, exigindo práticas alternativas adaptadas às novas condições, desafiando estruturas e rotinas existentes e pressupostos de estabilidade e previsibilidade. Neste contexto, as escolhas dos atores não são construídas em rotinas sólidas porque se deparam com circunstâncias desconhecidas. Os recursos e oportunidades já existentes perderam sua força na pandemia, práticas comuns tornaram-se inadequadas, redes foram interrompidas e novas ameaças produzidas. Cresce, portanto, a importância da agência, porque, diante da crise, estes atores experimentam novas alternativas. O compartilhamento da percepção dos riscos é capaz de promover alianças e fortalecer a solidariedade, intensificando os apelos por direitos. Conjunturas de crise, como pandemias, desastres naturais, recessões econômicas e guerras são, portanto, reconhecidas como catalisadoras de novos percursos para transformações progressivas, pois produzem efeitos ascendentes sobre a ação coletiva, a qual é influenciada pelas formas como um problema é enquadrado (DELLA PORTA, 2022).

Ao analisar as iniciativas da sociedade civil no enfrentamento da pandemia do Covid-19, Abers e Von Bülow (2021) sustentam que as respostas às crises envolvem uma recombinação de recursos e rotinas existentes com novas formas de ação. Almeida (2016) acredita que as ameaças podem catalisar a ação coletiva quando se dispõem no passado de bases organizacionais e redes sociais para a mobilização, construídas em contexto de oportunidades políticas. Frente à ênfase dos estudos sobre a influência das oportunidades políticas na mobilização da ação coletiva, o autor discute como formas específicas de ameaça produzem ações coletivas, como repressão estatal, políticas econômicas do Estado e danos ambientais.

Apesar de analisar um contexto de restrições impostas por um Estado autoritário, Osa (2003) oferece elementos para o exame da ação coletiva em um contexto de crise, como o imposto pela pandemia do Covid-19. Para a autora, a articulação do movimento social em contexto de restrição supõe a existência de uma estrutura de rede pretérita.

Como também pontuam Abers, Rossi e Von Bülow (2021), os argumentos de que as mobilizações coletivas ocorriam em regimes políticos receptivos às demandas dos movimentos sociais, foram posteriormente questionados pelos estudiosos. De um lado, questiona-se a ideia de que as oportunidades são externas aos movimentos sociais, entendendo-se pelo contrário que podem também ser construídas na ação coletiva, quando, por exemplo, atuam na burocracia estatal. De outro, oportunidades não são mais vistas como determinantes objetivos das ações do movimento, mas como significações constituintes dos processos culturais. Os movimentos sociais definem suas estratégias de ação a partir dos significados das interações políticas.

Conforme Daniel Cefaï (2009, 16) afirma, “mais do que ser coagido por estruturas de oportunidade política, o público redefine o horizonte de possíveis”, partindo da ideia de que “uma dinâmica de mobilização coletiva é um processo de codefinição e de codomínio de situações problemáticas”. Cefaï defende uma perspectiva pragmatista que parte das experiências e perspectivas dos atores, não submetidos a uma relação de dominação e subordinação, mas capazes de instaurar novos direitos e delegar novos poderes.

Em seu estudo sobre a ação coletiva contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro, Magalhães (2017) também pontua, baseando-se em Cefaï (2011), que, embora haja um campo de criatividade de acordo com as especificidades estratégicas de cada

situação, os atores acionam elementos de repertórios já experienciados em outras lutas urbanas.

Della Porta (2022) analisa o impacto da crise sanitária nos repertórios de ação, formas organizacionais e enquadramentos dos movimentos sociais progressistas. De acordo com a autora, os repertórios de ação não se limitam aos protestos nas ruas, mas são escolhidos de acordo com os recursos disponíveis a determinado grupo e conforme diferentes lógicas para impactar seus próprios atores, a opinião pública, seus aliados e seus oponentes. No período da pandemia, os movimentos sociais demonstraram a capacidade de adaptar-se às novas circunstâncias, consolidando tendências existentes, com inovações nas ações disruptivas, por exemplo, mas também produzindo novas redes e ideias. A produção de conhecimento alternativo e a disseminação de iniciativas solidárias, com a combinação de ações presenciais e por meio de tecnologias digitais, ganharam maior espaço nesta conjuntura de restrições. Os movimentos sociais utilizaram as redes sociais digitais como novos espaços públicos para a construção do conhecimento “a partir de baixo”, para a construção de contrainformação aos paradigmas dominantes e de narrativas alternativas sobre as medidas de prevenção e as políticas governamentais, para a denúncia da omissão e da violência estatal, articulando a crise sanitária com problemáticas estruturais nas áreas sociais e ambientais, por exemplo. Também revelando e denunciando a omissão ou a capacidade limitada do Estado, os movimentos sociais mobilizaram ações para a defesa de direitos e o fornecimento de bens e serviços, de modo a atender às demandas materiais da população pobre – ações que já vinham sendo implementadas no enfrentamento às políticas de austeridade à questão social. Distribuição de alimentos e produtos essenciais aos mais afetados pela crise sanitária, formação de grupos de apoio e orientação a mulheres vítimas de violência, assim como práticas auto-organizativas para respostas a diversas demandas sociais foram algumas das ações que desafiaram as narrativas de resposta individualizada à crise e publicizaram problemas antes tratados na esfera privada. Conforme análise de Martinez (2020), ações solidárias antes vinculadas a organizações não governamentais sob o rótulo da caridade foram ressignificadas para redes de apoio e ajuda mútua, envolvendo novos atores, muitos sem antecedentes em ações coletivas ou sem ligação com organizações formais, em um processo de reconstrução de comunidades urbanas e politização das demandas. Por outro lado, Della Porta (2022)

destaca que o uso de canais digitais se restringe aos mais conectados e que este novo mutualismo recai no desafio da limitação de recursos financeiros e humanos da ação voluntária face à crescente demanda e à provisão insuficiente do Estado.

O alcance e recrutamento de novos atores, e, por sua vez, a ampliação destas redes sociais foi facilitada pela adesão a novas tecnologias e às mídias sociais e por meio da disseminação de organizações em nível comunitário. Ou seja, o contexto de crise levou ao desenvolvimento de dinâmicas organizacionais específicas. Ao mesmo tempo em que a crise agiu na consolidação de tendências já existentes, ela impulsionou transformações organizacionais. Assim como os repertórios de ação são afetados e adaptados às novas condições impostas pelas restrições da pandemia, as respostas organizacionais podem, de um lado, ser fragmentadas e, de outro, coordenadas para o fortalecimento de ações em rede, face à escassez de recursos. De acordo com Della Porta (2022) a necessidade de dar respostas a problemas urgentes e comuns fortaleceu as alianças e construiu redes sociais, nutridas por uma identidade comunitária e formas de sociabilidade baseadas em processos participativos e horizontais. A autora conclui que houve, no período da pandemia da Covid-19, três tendências no desenvolvimento organizacional de movimentos sociais progressistas: surgimento de novas organizações de base, remobilização de organizações existentes e construção ou fortalecimento de redes sociais. Organizações de baixo para cima, inicialmente voltadas para atividades de ajuda mútua, mobilizadas por vizinhos e amigos, interagiram com organizações experientes no campo da disputa política, ampliaram sua área de atuação e estruturaram suas ações, formando a base para uma transformação organizacional posterior.

A partir de um amplo mapeamento das iniciativas de solidariedade da sociedade civil, frente à pandemia, Abers e Von Bülow (2021) examinam a ressignificação dos repertórios dos movimentos sociais e a construção de novas formas de ação e sua relação com os novos enquadramentos neste contexto de crise, verificando a forma criativa na junção de velhas rotinas a novas iniciativas, especialmente com a apropriação de ferramentas digitais. As autoras também constatam que, ao acentuar as desigualdades sociais, de gênero, étnicas ou geracionais, a crise sanitária reuniu esforços com ações emergenciais de solidariedade e com a retomada de mobilizações históricas e agendas programáticas, os quais construíram ou fortaleceram redes a partir da recombinação de enquadramentos.

Nas teorias dos movimentos sociais, os enquadramentos têm o papel de promover a transição da indignação à ação coletiva (Della Porta, 2022). De acordo com Abers, Rossi e Von Bülow (2021), o contexto de crise, como o causado pela pandemia, agrega novos elementos ao processo de construção de enquadramentos, face às incertezas e anseio por respostas às situações desconhecidas e para encontrar soluções apropriadas. Acentuam-se as disputas e criam-se outras, à medida em que os atores reinventam seus projetos.

De acordo com Della Porta (2022), os enquadramentos específicos da crise junto aos já disseminados pelos movimentos sociais progressistas construíram narrativas de injustiça sanitária e denúncias das desigualdades interseccionais e do projeto neoliberal, conectadas a reivindicações por direitos trabalhistas, direito à moradia, à educação e à assistência social e a pautas ambientais. A autora acredita que a crise da pandemia produziu oportunidades aos movimentos sociais como a abertura de um espaço de debate sobre a justiça social e a necessidade por transformações amplas, crescimento da intervenção estatal, construção de estratégias inovadoras de participação e de esferas públicas alternativas, ampliação da solidariedade popular e da identidade coletiva e fortalecimento de redes globais (DELLA PORTA, 2022).

Analisando os repertórios de ação coletiva, formas organizacionais e enquadramentos, Della Porta (2022) acredita que as inovações se basearam em tendências desenvolvidas em outras crises sanitárias, catástrofes naturais ou guerras. É possível confirmar a importância dos movimentos sociais progressistas nestes contextos de crise, ainda que seja prematuro avaliar seus resultados.

CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTOS, REDES E REPERTÓRIOS DE AÇÃO NO TERRITÓRIO DO BEM

Neste capítulo, apresentamos os atores coletivos que se mobilizam para acesso a direitos e serviços públicos no Território do Bem, seus enquadramentos e redes de interação, apreendidas a partir das entrevistas, e os repertórios acionados no contexto de restrição política e sanitária.

Além do contexto de crise sanitária, causada pela pandemia da Covid-19, os relatos apontam um crescente processo de restrição política a partir de 2013 no município de Vitória e seu aprofundamento na última gestão municipal, que, no entanto, não imobilizou os atores, mas aprofundou a articulação de novas alternativas à ausência do Estado. De acordo com os processos de enquadramentos e a estrutura de redes, os repertórios tradicionais como os protestos e denúncias públicas são acionados, ou insiste-se na participação institucional como alternativa de “encaixe”, predominante nos anos 1990. Porém, nestes territórios, prevalecem ações voltadas à gestão social, em substituição à “mediação de demandas” (FELTRAN, 2010) que caracterizou os movimentos da periferia dos anos 1980.

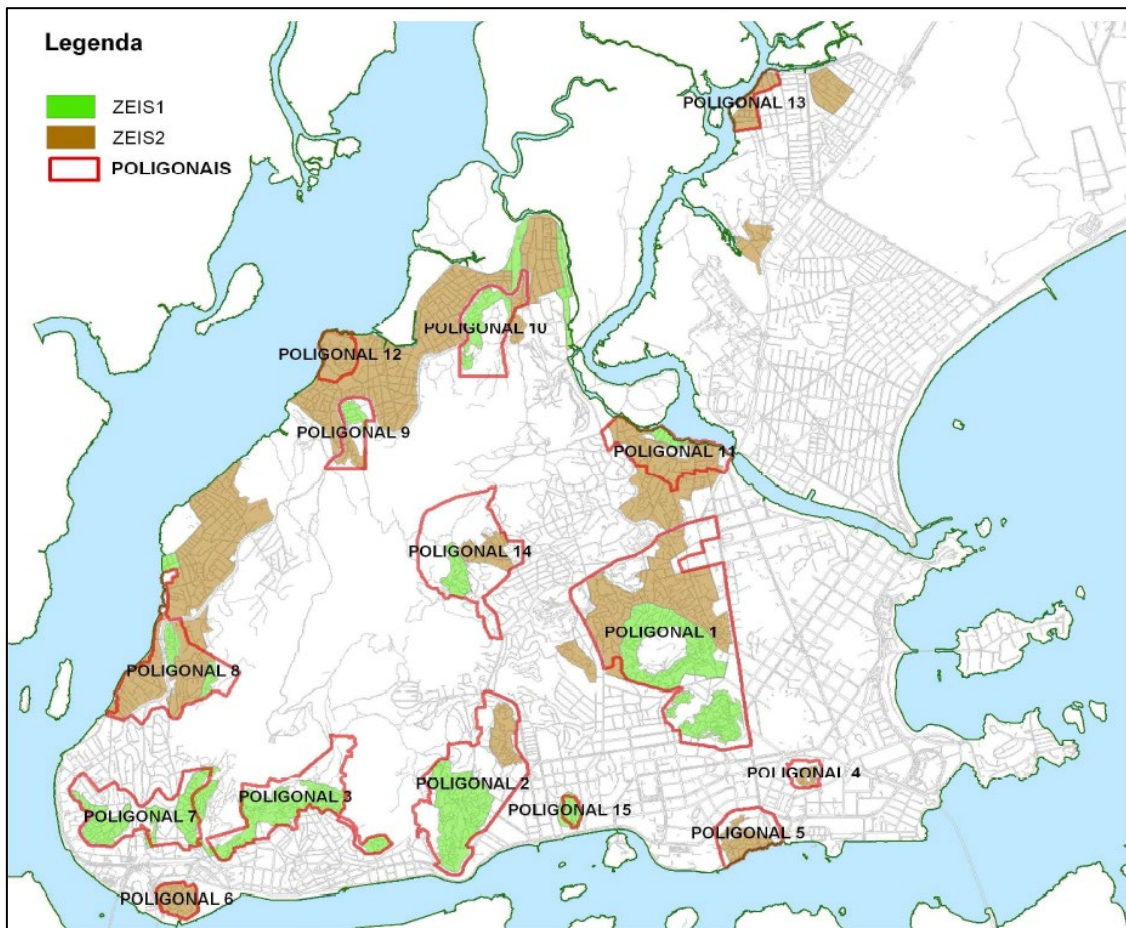
3.1. O território como construção política – atores coletivos e enquadramentos no Território do Bem

Capital do Espírito Santo, Vitória possui 322.869 pessoas residentes em 79 bairros, em uma área territorial de 97 km² (IBGE, 2022), limítrofe com os municípios Cariacica, Serra e Vila Velha. Está entre as capitais brasileiras com o melhor rendimento médio mensal dos trabalhadores formais, porém com elevado índice de Gini, revelando a desigualdade social entre as regiões da cidade (IBGE, 2020).

Os baixos índices sociais, a precariedade das moradias, o risco geológico, a fragilidade ambiental e a carência de equipamentos e serviços urbanos e sociais foram mapeados pela Prefeitura de Vitória. A partir desses dados socioeconômicos, a cidade de Vitória foi delimitada em 15 poligonais que englobam uma população de cerca de 85 mil pessoas de 33 bairros e 12 comunidades, visando a implantação de um projeto integrado de desenvolvimento social, urbano e ambiental, que se iniciou em 1998. Este mapeamento permite identificar a população de baixa renda do município,

localizada nos morros da cidade e próximo aos manguezais, conforme figura abaixo (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2012).

Figura 2 – Mapa do município de Vitória com destaque para as Poligonais do Programa Terra Mais Igual e Zonas Especiais de Interesse Especial – ZEIS 1 e 2



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2012

A poligonal 1 compreende o território analisado neste estudo, denominado pelos moradores de Território do Bem, cujos registros de ocupações datam do final da década de 20 do Século XX, iniciando-se no atual bairro Itararé, que engloba a comunidade de Engenharia, seguido por Bonfim, Consolação e Gurigica nos anos 1940 por famílias do norte do Estado. Os assentamentos mais tardios ocorreram no bairro da Penha e Comunidades Jaburu e Floresta na década de 50 e finalmente em São Benedito na década seguinte por migrantes do sul da Bahia e norte de Minas Gerais (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2012). Esta ocupação nas áreas de morro, assim como na margem dos manguezais, resulta do processo de segregação

socioespacial produzida pelas contradições dos projetos industriais implementados no Estado.

Neste contexto, o associativismo comunitário consolida-se no início dos anos 1980 com a criação de grande parte das associações de moradores e do Conselho Popular de Vitória, fórum de articulação e unificação destas organizações (CARLOS, 2009). Este associativismo está presente em todos os bairros e comunidades do Território do Bem, compondo uma rede de relações entre atores da sociedade civil, organizações religiosas e atores governamentais.

Para identificação desta rede, realizamos entrevistas e pesquisas em publicações em sites das organizações, notícias em jornais e nas redes sociais digitais (Instagram ou Facebook) dos atores entrevistados e de suas organizações. Esta busca documental foi realizada para complementação ou esclarecimento de informações coletadas nas entrevistas e, em alguns casos, para levantamento de registros fotográficos capazes de ilustrar o repertório de ação relatado. Para as entrevistas, foi realizada a técnica de bola de neve, tendo como ponto focal atores do bairro São Benedito e da comunidade Jaburu, coordenadores do Fórum Bem Maior. Na sequência, para cada ator entrevistado, foi solicitada a indicação de seus parceiros e articulações, considerando as ações desenvolvidas, delimitando-se as entrevistas em organizações existentes no Território. Foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas com 13 lideranças, sendo, portanto, três entrevistas com a participação de dois atores do mesmo coletivo, contemplando organizações de sete bairros e comunidades do Território, conforme listadas abaixo (Quadro 1). As entrevistas foram aplicadas no período de 30/11/2022 a 18/05/2023, presencialmente ou remoto.

Quadro 1 – Organizações civis dos atores entrevistados

Organização	Bairro/comunidade da sede
Associação Ateliê de Ideias	São Benedito
Associação de Moradores de Bonfim	Bonfim
Associação de Moradores de Engenharia	Engenharia
Associação de Moradores de Floresta	Floresta
Associação de Moradores de Jaburu	Jaburu
Coletivo Beco	Penha
Fórum Bem Maior	São Benedito
Fórum da Juventude	Itararé
Grupo Nação	Jaburu
Movimento Comunitário de Itararé	Itararé

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das entrevistas aplicadas.

O diálogo com estes atores nos permitiu identificar uma rede de organizações formadas por moradores locais que atuam em defesa de sua comunidade e uma rede de apoiadores localizados ou não no Território do Bem.

Para a classificação dos atores da sociedade civil localizados no Território do Bem e que atuam diretamente em defesa de seus interesses, adotamos a tipologia desenvolvida por Lavallo, Castello e Bichir (2006), que se baseia nos seguintes critérios: a relação com os beneficiários e o tipo de atividade realizada. Os beneficiários podem constituir-se de “i) uma unidade real ou abstrata, ii) cujos componentes são indivíduos, organizações e atores coletivos ou segmentos populacionais, iii) concebidos como membros ou sócios, como público-alvo ou como comunidade”. As atividades são orientadas por i) diferentes estratégias e estão voltadas para “ii) a reivindicação e mobilização, fornecimento de serviços, organização popular ou intermediação entre governo e beneficiários” (LAVALLE, CASTELLO e BICHIR, 2006, 9-10). De acordo com estes critérios, os atores da sociedade civil são classificados em Articuladores, Associações Comunitárias, Associações de Bairro, Entidades Assistenciais, Fóruns, Organizações Não-Governamentais e Organizações Populares.

De acordo com os autores, cunhadas pelos organismos de cooperação internacional, originalmente reconhecidas pelo papel de assessoria aos movimentos sociais, as organizações não governamentais (ONGs) compreendem as entidades voltadas à publicização de causas ou de problemas ou demandas de segmentos populacionais específicos, com protagonismo próprio, assumindo papel assistencial ou de mediadoras, na relação com seus beneficiários. As entidades assistenciais, por sua vez, prestam serviços e assistência direta ao seu público-alvo, apresentando recorrentemente a seguinte característica: prestação de serviços assistenciais de base religiosa, voltados especialmente a populações vulneráveis, com recursos oriundos do setor privado. No entanto, o apelo por uma politização de suas ações, sob o discurso do direito e da cidadania levaram a uma “onguização” destas entidades. Atores voltados à articulação e mobilização coletiva, espontânea e desburocratizada, em torno de demandas populares e construção de novas identidades compreendem as organizações populares, reconhecidas na produção teórica em torno do conceito de movimentos sociais e, mais recentemente, de coletivos. Neste mesmo universo, estão inscritas as associações de bairro, constituídas sob uma identidade territorial,

mobilizam-se a partir de demandas urbanas nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, moradia, transporte, dentre outras. Também de caráter local, nas associações comunitárias seus membros são os agentes e beneficiários de suas ações, ou seja, trata-se de associações de caráter mutualista. Enquanto as ONGs e as entidades assistenciais constituem-se para beneficiar terceiros, sejam pessoas ou segmentos populacionais, as associações de bairro e as associações comunitárias constituem-se sob o signo da identidade entre seus membros e beneficiários. Igualmente rotuladas como ONGs ou como organizações populares, as articuladoras são criadas para coordenar e articular ações de organizações civis, na defesa e representação de seus interesses. Esta também é uma característica dos fóruns, que se diferem por se constituírem ainda como espaço de encontro e coordenação periódica, o que os coloca no status de organização civil (LAVALLE, CASTELLO e BICHIR, 2006).

Considerando esta tipologia, os atores coletivos do Território do Bem identificados nas entrevistas podem ser classificados em Associações de Bairro, Fóruns, Organizações Não-Governamentais e Organizações Populares, conforme quadro abaixo (Quadro 2).

Quadro 2 – Atores da sociedade civil no Território do Bem, segundo a forma organizacional (continua)

Forma organizacional	Nome	Bairro/comunidade	Ano de criação
Associações de bairro	Associação de Moradores de Bonfim	Bonfim	s/d
	Associação de Moradores de Consolação	Consolação	s/d
	Associação de Moradores de Consolação e Gurigica	Consolação	s/d
	Associação de Moradores de Floresta	Floresta	s/d
	Associação de Moradores de Engenharia	Engenharia	s/d
	Associação de Moradores de Itararé	Itararé	s/d
	Associação de Moradores de Jaburu	Jaburu	1962
	Associação de Moradores de São Benedito	São Benedito	s/d
	Associação de Moradores do Bairro da Penha	Penha	s/d
	Movimento Comunitário de Engenharia	Engenharia	s/d
Movimento Comunitário de Itararé	Itararé	s/d	
Fóruns ²	Fórum Bem Maior	Todo o território	2006
	Fórum da Juventude do Território do Bem	Todo o território	2018

Quadro 2 – Atores da sociedade civil no Território do Bem, segundo a forma organizacional (conclusão)

Organizações não governamentais	Associação Ateliê de Ideias	São Benedito	2003
Organizações populares ¹	Coletivo Beco	Penha	2018
	Coletivo Bonde da Praça	Engenharia	2018
	Coletivo Fadas Capixabas	Penha	s/d
	Coletivo Jovens do Bem	Bonfim/Itararé	s/d
	Coletivo Tec Perifa	Itararé	2019
	Coletivo Tour no Farol	São Benedito/Penha	2018
	Coletivo Viela Filmes	Jaburu	s/d
	Coletivo World Dance	Itararé	s/d
	Grupo Nação	Jaburu	2005

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das entrevistas aplicadas.

Nota 1 – Destacados os bairros de origem dos coletivos, porém, muitos têm abrangência em todo o território.

Nota 2 – A organização envolve todos os bairros e comunidades do território.

As 11 associações de bairro, junto ao Grupo Nação, compõem o Fórum de Desenvolvimento Comunitário, também chamado Fórum Bem Maior, espaço de debate e articulação conjunta de ações do Território, constituído no ano de 2006. Deste universo, entrevistamos atores de cinco associações de bairro dentre as quais três declararam que participam do Fórum Bem Maior. São eles: Floresta, Itararé e Jaburu. As associações de Bonfim e Engenharia não têm participação ativa no Fórum. Bonde da Praça, Fadas Capixaba, Jovens do Bem, Tec Perifa, Tour no Farol, Viela Filmes e World Dance são coletivos de jovens criados por moradores dos bairros e comunidades Engenharia, Penha, Bonfim, Itararé, São Benedito e Jaburu que integram o Fórum da Juventude do Território do Bem. Criado por mulheres do Bairro da Penha, o Coletivo Beco desenvolve diversas iniciativas voltadas especialmente para o empoderamento de jovens e mulheres negras do Território. A Associação Ateliê de Ideias é uma ONG que, nesta rede, atua no fomento e apoio aos projetos desenvolvidos no Território.

A construção desta identidade denominada de Território do Bem está conectada com a história do Fórum de Desenvolvimento Comunitário, ou Fórum Bem Maior. Sua história tem início a partir de um grupo de economia solidária formado em 2003 por mães de crianças e adolescentes atendidas por uma Organização da Sociedade Civil, vinculada à Igreja Católica, que atua no bairro São Benedito desde 1988, denominada Serviço de Engajamento Comunitário (Secri). Estas mulheres, que participaram de um projeto de customização de roupas, implementado pelo Secri com apoio do Instituto

C&A, criaram a Associação Ateliê de Ideias e passaram a comercializar suas produções. O lucro produzido foi destinado ao apoio a um empreendimento de um outro grupo de mulheres voltado à culinária, iniciando-se, assim, um sistema de crédito solidário no bairro São Benedito. Desta iniciativa e da troca de experiências com o fundador do Banco Palmas, criado na periferia de Fortaleza, surgiu o Banco Bem e a moeda própria denominada Bem, em alusão ao nome do bairro São Benedito e aos valores e propósitos do grupo. O Banco iniciou com uma linha de crédito produtivo para abertura de pequenos negócios, passando posteriormente a oferecer crédito para consumo no comércio local a fim de fortalecer o comércio endógeno, ampliando sua atuação para as comunidades do entorno de São Benedito. A capacitação e organização de atores locais para o controle social do Banco, responsável por analisar e aprovar as propostas de crédito e definir a política de gestão e operação do Banco, de modo a garantir seu caráter comunitário, resultou na constituição do Fórum Bem Maior em 2006, espaço que reúne lideranças de associações dos bairros e comunidades Bonfim, Consolação, Gurigica, Itararé, Penha, São Benedito, Jaburu, Floresta e Engenharia. A Associação Ateliê de Ideias passou a gerir as operações do Banco conforme as deliberações estratégicas do Fórum (PINTO, 2014).

Este espaço promoveu a integração dos atores locais e consolidou a ideia do Território do Bem. Tendo o banco comunitário como catalisador, o Fórum tornou-se uma rede de atores coletivos que debatem problemas em comum e articulam ações conjuntas, formulam e executam projetos de iniciativa popular e mobilizam estratégias de interação com o Estado para a reivindicação das demandas do território, fomentando a construção de uma nova sociabilidade entre as comunidades, de aproximação, solidariedade e compartilhamento de problemas e soluções. Tornou-se um espaço de promoção do desenvolvimento local. “Passou a ser a principal e mais legítima instância participativa de governança do Território do Bem, com lideranças formais e informais de todas as comunidades do Território reunindo-se periodicamente para discutir os problemas e os desafios locais” (PINTO, 2014, p. 25). Conforme relatos dos entrevistados:

O Fórum vem com o Ateliê de Ideias. Ele vem para viabilizar a circulação das nove comunidades entre si. Criamos um Fórum de moradores para ter essa diversidade de comunicação, porque as comunidades se odiavam.

O Fórum foi para isso, para dar essa mobilidade de comunicação do território, porque as pessoas não dialogavam.

E também o Fórum tinha que criar a política de crédito do banco. Fazer o controle social do recurso.

Era um espaço para todo mundo. Não tinha ali um dono. Não tinha um líder, e sim vários líderes, várias lideranças. Várias pessoas capacitadas para poder contribuir com o desenvolvimento. (Entrevista 3 - 24/03/23)

Uma coisa é a gente ir lá na Prefeitura, reivindicar alguma coisa só a gente sozinho (...). A gente ir com outras lideranças de outros bairros, a gente chegava lá ocupando tudo. A gente solicitava reunião de Jaburu, e chegava lá, Jaburu, Floresta, São Benedito, Itararé. (...) Quando a gente chegava, com esse grupão todo, lá na prefeitura, o peso era outro. (Entrevista 2 - 24/02/23)

Pautas internas de cada comunidade ou pontuais que inicialmente mobilizavam o Fórum Bem Maior, foram, a partir de 2009, substituídas por ações estratégicas para o desenvolvimento local, definidas no Plano Bem Maior – desenvolvido a partir de uma pesquisa realizada pelos próprios moradores em 2008 e atualizada em 2019. A pesquisa denominada “Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem” traçou um perfil das famílias e domicílios, incluindo renda familiar, tipos de moradia e problemas comuns nas residências, tipos de relações de trabalho, atividades geradoras de renda, pontos irregulares de lixo, espaços e atividades de lazer, avaliação dos serviços oferecidos no território, dentre outros indicadores, apresentando um diagnóstico das demandas socioeconômicas, desafios, vocações e potencialidades locais e orientando a elaboração do planejamento estratégico comunitário (BISCOTTO; MOREIRA, 2008; BISCOTTO, 2019). O relato abaixo enfatiza as motivações do Fórum e a importância da formação de lideranças do Território.

Quando ele inicia, ele inicia com pautas internas, e sem muito controle ainda. A gente foi amadurecendo. Primeiro eram só aquelas pautas internas de cada comunidade e a gente ia se aperfeiçoando de que forma a gente ia fazer as cobranças. Depois a gente foi se capacitando com formações para a gente fazer as cobranças dentro dos direitos que a população tinha. Que tem, né. Aí a gente fez um plano, fizemos uma pesquisa, primeiramente.

A gente precisava atender aquelas demandas que tinham nas comunidades. De que forma a gente ia fazer isso? E o que tinha mais, quais eram as potencialidades e quais eram as mazelas que tinha nos bairros? E aí a gente fez a pesquisa e depois a gente fez o planejamento estratégico de como trabalhar essas questões, onde a gente ia trabalhar? Na área ambiental? Na área social? Na área cultural? Na área econômica? Qual a área que a gente ia escolher pra a gente trabalhar com mais afinco? Na época era a área habitacional.

Então a gente tinha que trabalhar essa questão social, das famílias do morro, muita casa de madeira, muita pobreza, falta de saneamento, então precisava de muita, muita coisa mesmo.

A gente começou a trabalhar com mais ousadia. Nós desgarramos. Se libertamos do poderio que tinham os vereadores nas comunidades. Era como fosse senhores e escravos. Escravizavam a população com a pobreza e dominavam. Então a gente começou a entender um pouco mais e começou a se desgarrar desse poderio que eram os vereadores dentro das comunidades do Território do Bem.

A gente começou a se fortalecer, cada vez mais a gente se fortalecia. As lideranças que iam chegando, a gente ia informando e empoderando elas. (Entrevista 3 - 24/03/23)

O Plano Bem Maior estabeleceu objetivos em cinco dimensões – social, política, econômica, ambiental e cultural, conforme transcritos abaixo (Quadro 3), os quais orientaram as ações dos atores que integram o Fórum, voltadas para educação, promoção de uma cultura da paz, incentivo à participação e formação política, geração de trabalho e renda, educação ambiental e fomento e valorização da cultura local, consolidando algumas ações fomentadas pela Associação Ateliê de Ideias.

Quadro 3 – Prioridades do Fórum Bem Maior (continua)

Dimensões	Objetivos	Iniciativas
Social	Buscar a elevação da escolaridade dos moradores/as do Território do Bem.	Mapeamento, apoio, valorização e divulgação da Biblioteca Itinerante e demais espaços e leitura do Território do Bem.
		Mapeamento, apoio, valorização e divulgação dos programas e projetos que oferecem atividades complementares a crianças, adolescentes e jovens no Território do Bem.
		Encontros com conselhos escolares das escolas do Território do Bem.
		Continuidade do Pré-Vest.
	Ampliar o envolvimento e participação das comunidades no Fórum Bem Maior.	Divulgação do FBM para as lideranças comunitárias, as organizações sociais, equipamentos públicos e empreendimentos do Território do Bem. Redimensionamento organizacional do FBM.
Apoiar iniciativas que promovam a cultura da paz.	Participação no projeto Cultura da Paz desenvolvido pela Prefeitura de Vitória.	
Política	Ampliar e fortalecer as parcerias.	Mapeamento dos possíveis parceiros e financiadores.
		Criação do Selo de Parceria Amigos do FBM.
		Gestão profissional na relação com os parceiros e nos projetos e financiamentos.
	Formar lideranças.	Mapeamento das lideranças em potencial do Território do Bem.
		Desenvolvimento de curso de formação política para as lideranças em potencial.
		Elaboração do projeto de formação continuada para as lideranças do FBM focado em: comunicação, expressão, elaboração e gestão de projetos sociais. Acompanhamento e empoderamento das lideranças na representação e atuação do FBM.

Quadro 3 – Prioridades do Fórum Bem Maior (conclusão)

	Assegurar a participação do Fórum Bem Maior nos espaços de articulação política.	Representatividade do FBM nos seguintes espaços: Conselho Popular de Vitória, Comitê de Crédito do Banco Bem, Fórum de Economia Popular Solidária do ES; audiências públicas, Orçamento Participativo, Conselhos (saúde, alimentação, educação, segurança pública, juventude).
Econômica	Articular iniciativas de geração de trabalho e renda.	Implementação do projeto de empreendedorismo solidário em parceria: Prefeitura de Vitória, Sebrae, IMS e Ateliê de Ideias.
		Valorização e apoio ao consumo do serviço e produtos locais.
		Criação de selos para certificar os produtos no Território do Bem.
Ambiental	Fomentar iniciativas de responsabilidade socioambiental, com foco nos resíduos sólidos.	Articulação com parceiros e Prefeitura para instalação de mais Postos de Entrega Voluntária no Território do Bem.
		Disseminação das atividades do Ecos do Bem no Território do Bem a partir dos princípios dos 4Rs (repensar, reduzir, reutilizar, reciclar).
Cultural	Resgatar, compartilhar e divulgar a multiculturalidade e a diversidade do Território do Bem.	Continuidade e fortalecimento do Projeto Nossa História, Nosso Bem.
		Mapeamento, apoio e divulgação dos grupos e projetos culturais do Território do Bem.

Fonte: DANTAS, BISCOTTO, 2009.

Promover a integração das comunidades locais, construir uma identidade coletiva, fortalecer o pensamento comunitário, formar e empoderar as lideranças, são os principais objetivos que mobilizam o Fórum Bem Maior, que na avaliação da maioria dos atores entrevistados, foram alcançados. Porém, conforme relato de uma liderança entrevistada, o contexto político vivenciado durante a última gestão do Governo Federal exige um novo trabalho comunitário.

O Fórum foi uma escola, uma faculdade comunitária. Foi não. É. Ele é importante, mas ele não precisa ser tão atuante mais, porque o papel do Fórum foi feito. Que é criar coletivo, que é criar pessoas empoderadas, que é criar lideranças capacitadas. Porque o Fórum ele não existe, não é uma pessoa. O Fórum é um movimento de todos. Então o Fórum não pode ser uma personalidade jurídica. Ele é do movimento de todos. O Fórum vem só para juntar tudo o que tem e mostrar a força que isso tem. Então ele não tem tanta importância, ele não precisa ser atuante.

Nesse momento agora atual, o Fórum deveria estar mais presente porque com a política do Bolsonaro, desestabilizou algumas coisas. Colocou muita individualidade na cabeça das pessoas. Então está na hora de dar um choque comunitário nas pessoas de novo. Talvez com um formato diferente, mas a gente conseguiu nossos objetivos com o Fórum. (Entrevista 3 - 24/03/23)

Esta mobilização orientou ou fomentou a implantação de vários projetos no Território, muitos em execução em alguns bairros e comunidades, conduzidos pelas associações de bairro ou por outros coletivos criados, ou que se fortaleceram, posteriormente, como o Grupo Nação, o Coletivo Beco e o Fórum da Juventude.

O Grupo Nação, que compõe o Fórum Bem Maior, é uma associação comunitária que nasceu do movimento de alguns moradores da comunidade de Jaburu no final dos anos 1990, que buscavam democratizar os espaços de participação comunitária. O grupo conseguiu articular a primeira eleição para a Associação de Moradores da comunidade, porém, o espaço ainda permaneceu sob a centralização da mesma liderança que não dava abertura à participação dos moradores. Chamado de “grupo dos comunistas” (Entrevista 2 - 24/02/23) por esta liderança, o Grupo Nação constituiu-se formalmente em 2005 com uma diretoria composta, em sua maioria, por comerciantes locais, desenvolvendo diversos projetos na comunidade, de acordo com uma de suas lideranças:

O Grupo Nação surgiu primeiramente como uma alternativa à Associação de Moradores, que era bastante inativa, o presidente centralizador. Então surgiu pra lutar por melhorias pra comunidade. Só que hoje tem um papel um pouco mais diferente. Hoje, como o Grupo Nação trabalha em parceria com a Associação, (...) hoje o Grupo Nação tá mais voltado para os projetos. (Entrevista 2 - 24/02/23)

Os principais problemas ou demandas, apontados nas entrevistas, que mobilizam o Grupo Nação são: comércio fraco; descarte inadequado de lixo; perda da história e da identidade local; acessos viários insuficientes ou precários; infraestrutura urbana deficiente; espaços para lazer e esporte insuficientes; e o acirramento da pobreza e da fome no período da pandemia da Covid-19.

O Coletivo Beco reúne mulheres do Território para articulação de ações voltadas à ampliação de direitos de jovens e mulheres da periferia, com espaços de diálogo e formação cidadã, incluindo atividades de lazer para as crianças. Foi criado em 2018 por mulheres do bairro da Penha, consolidando-se no período da pandemia com ações solidárias e de debates para formação e informação sobre direitos e a crise sanitária.

Esse coletivo, ele foi criado com o intuito de atender mulheres. Atender jovens também da periferia. (Entrevista 8 - 11/04/23)

O propósito dele foi o quê? Ajudar a mulher periférica. Ele é voltado para as mulheres. Aí o que acontece? Logo nós pegamos uma pandemia. E isso aí deu uma fomentada (...) porque a gente falou: a gente precisa captar recursos. (...) Vamos ter que captar recursos, vamos ter que trazer cesta pra cá. O povo tá sem alimento (...). (Entrevista 7 – 11/04/23)

(...) Nós paramos e analisamos que na época da pandemia, não era só levar ali a cesta. Elas precisavam de algo mais, de um apoio, de um aconchego, de um afeto, e também de saber um pouco mais dos seus direitos.

(...) São 50 mulheres que a maioria delas estão no recorte, que sofreram violência doméstica. (...) Essa pandemia foi um dos anos que mais se mataram mulheres. E aí quando criou o Coletivo, também foi por conta da pandemia e também pra poder dar assistência a essas mulheres. (Entrevista 8 - 11/04/23)

A gente tenta se aquilombar, né. (...) Nos ajuntar, nos unir, pra poder conseguir um objetivo, pra gente conseguir respirar melhor. (Entrevista 7 - 11/04/23)

O Fórum da Juventude do Território do Bem foi criado, também, no final de 2018, a partir da iniciativa de mulheres jovens que participavam do Fórum Estadual da Juventude Negra (Fejunes) com o objetivo, conforme relato abaixo, de mobilizar ações no próprio Território e constituir um espaço de diálogo para a juventude, não encontrado nas associações de bairro.

(...) A gente viu a necessidade de também mobilizar e fazer ações dentro da nossa própria comunidade. (..) E aí a gente pensou em criar um fórum só nosso e que trabalhasse só para o nosso Território do Bem. (...) Porque a gente participava de espaços comunitários e que, quando a gente falava sobre juventude, não era ouvido, ninguém dava valor. E aí a gente falou assim, olha, é um espaço importante, mas é um espaço que não está nos ouvindo. E aí a gente passou a pensar que também existem outros jovens que querem falar e também não são ouvidos. Então, cadê esses jovens? Vamos reunir esses jovens. (Entrevista 9 - 11/04/23)

O Fórum é um espaço de formação política e cidadã dos jovens, troca de experiência entre os coletivos existentes no Território e mobilização de ações conjuntas, organizadas pelos coordenadores de cada coletivo, chamados de cogestores. Estas lideranças também articulam e incentivam a formação de novos coletivos, inclusive em outras regiões da cidade.

A gente está com sete. A gente tem nove comunidades. Então ainda a gente não conseguiu chegar até as nove, mas o nosso intuito é ter um coletivo em

cada comunidade e a gente se comunicar sempre, trabalhar em rede, trabalhar em parceria e fazer com que a nossa comunidade cresça cada vez mais, como já vem crescendo.

(...) Os meninos perguntavam: mas para participar do fórum tem que ter um coletivo? Não, não tem que ter, mas a gente induz, claro, sempre criar um coletivo dentro da sua comunidade.

(...) E depois percebemos que o Fórum de Juventude não estava só no Território do Bem, também estava para fora, porque isso induziu outros jovens lá, igual em Romão, que tem um fórum lá também de jovens, e aí eles nos chamaram, perguntaram como foi feito, como foi pensado, como que são as ações, e a gente fez essa conexão com eles e eles criaram o fórum deles lá. (Entrevista 9 - 11/04/23)

Inicialmente com os coletivos Bonde da Praça e Viella Films, hoje reúne mais cinco coletivos de bairros e comunidades do Território: Jovens do Bem, Tour no Farol, Fadas Capixabas, World Dance e Tec Perifa.

Conhecimento, cultura, arte, esporte, lazer, tecnologia e solidariedade são algumas das motivações para a mobilização destes coletivos. O coletivo Bonde da Praça surge em 2018 com um projeto de resgate da história da comunidade de Engenharia a partir do olhar e do protagonismo das mulheres. Busca valorizar e divulgar o conhecimento e a história produzida na favela e promover e incentivar atividades culturais, esportivas e de lazer. O esporte também foi responsável pela formação do coletivo Jovens do Bem, criado por jovens do bairro Bonfim e Itararé, que também passou a atuar na promoção da cultura e do esporte em todo o Território. A cultura também é o foco de ação do coletivo Viella Films, que atua na produção de conteúdos audiovisuais. Jovens do bairro da Penha e de São Benedito criaram, em 2018, o coletivo Tour no Farol, com o objetivo de promover o turismo comunitário no Território e fortalecer o comércio local. O coletivo participa do projeto Rota de São Benedito. Fadas Capixabas e World Dance são coletivos de dança criados por jovens dos bairros da Penha e Itararé. Também por jovens do bairro Itararé foi criado, em 2019, o coletivo Tecperifa, com o objetivo de introduzir a tecnologia digital na formação dos jovens da periferia.

Nos dois anos da pandemia da Covid-19, os projetos do Fórum foram redirecionados para ações solidárias, sendo retomados a partir de 2022 com a mobilização dos jovens que participam dos projetos do Centro de Referência da Juventude (CRJ), equipamento implantado em 2022 pelo Governo do Estado no Território como parte do Programa Estado Presente. Uma de suas lideranças relata:

A gente deu meio que uma parada em 2021. Em 2022 a gente tenta retomar. A gente tá tentando retomar. Agora em 2023 a gente tá voltando. (...) E aí o que a gente tenta agora fazer em 2023 é contemplar essa galera do CRJ, que é uma galera que algumas a gente via nas nossas ações, mas outras não. E aí até assusta a gente, tipo assim, onde estavam esses jovens? Estavam nas suas casas ou estavam em outros lugares? E a gente não encontrava. Hoje no CRJ a gente consegue ver, e aí a gente conseguiu conversar e entrar em um acordo que é preciso a gente retomar tudo, retomar e pegar esse gás dessa galera que tá aí agora chegando, pra tocar também, porque a gente já tá saindo da juventude. (Entrevista 9 - 11/04/23)

O CRJ é um ponto de encontro, de formação cidadã e fomento da cultura, com espaços de dança, gravação musical, laboratório de informática, dentre outros, gerido pela própria comunidade por meio da Associação Ateliê de Ideias. Lideranças do Fórum da Juventude e do Coletivo Beco atuam como educadores sociais neste espaço.

Hoje, no território do bem o CRJ é um ponto de encontro, tanto seja pra trabalho, tanto seja pra oficina, pra mexer no computador, pra conversar, mas é um ponto de encontro (...).
 E é isso, aquele trabalhinho de formiguinha, devagarzinho, a gente não tem pressa, às vezes a gente tem uma pressa, porque enquanto o tempo que a gente está perdendo, e não está falando com esses jovens, eles estão morrendo.
 Então, a gente tem essa pressa de falar, mas a gente sabe que o aprendizado é um processo (...). (Entrevista 9 - 11/04/23)

Violência doméstica contra a mulher; espaços de diálogo, apoio interpessoal e compartilhamento de afetos; debate sobre direitos; violência policial; ausência de espaços e atividades de lazer para crianças e adolescentes; acirramento da pobreza e da fome; resgate e valorização da história, da cultura, da arte e da identidade local são alguns dos problemas ou demandas apontados nas entrevistas, os quais mobilizam o Coletivo Beco e o Fórum da Juventude.

Protagonizado pelo Fórum Bem Maior, o Território do Bem se tornou um espaço de fomento da política, de valorização da cultura e do saber local. Neste processo de mobilização, identificamos os mesmos mecanismos apontados por Tilly e Tarrow (2015): a conexão entre comunidades locais antes desconectadas, a disseminação de repertórios de ação, a coalizão de atores em reivindicações comuns e o reconhecimento dos atores pelas autoridades estatais. A combinação destes mecanismos construiu esta identidade denominada Território do Bem. Um conjunto

de atores compartilham significados e recursos e articulam estratégias de ação constituindo redes de interação informal para o enfrentamento de problemas e demandas coletivas.

Os problemas, classificados no quadro a seguir (Quadro 4) de acordo com as mesmas dimensões adotadas no Plano Bem Maior, não são novos, porém, o contexto pandêmico, associado às restrições políticas cada vez mais acirradas a partir de 2013, exigiu dos movimentos sociais novas estratégias, as quais estão descritas na seção subsequente.

Quadro 4 – Problemas ou demandas, apontados nas entrevistas, que mobilizam a ação coletiva no Território do Bem

Dimensão	Problema/demanda
Ambiental	Descarte inadequado de lixo
	Saneamento básico precário
	Serviço de abastecimento de água precário
	Vias públicas insuficientes ou precárias
Cultural	Ausência de espaços de lazer para crianças e adolescentes
	Resgate e valorização da história, da cultura, da arte e da identidade local
	Socialização do conhecimento tecnológico
Econômica	Capacitação de empreendedores e comerciantes
	Desemprego
	Fomento da economia local
Política	Criação de uma cultura da coletividade
	Debate sobre direitos
	Espaços de diálogo, apoio interpessoal, compartilhamento de afetos
	Formação e empoderamento de lideranças
	Formação política de crianças, adolescentes e jovens
	Integração entre as comunidades do território
	Ocupação dos conselhos
Social	Crescimento da pobreza e da fome
	Falta de cidadania (pessoas sem documentos, sem endereço)
	Falta de proteção sanitária e de informação na pandemia
	Falta de segurança pública
	Gravidez na adolescência
	Infraestrutura urbana deficiente
	Insegurança alimentar na pandemia
	Moradias inadequadas, em área de risco e sem banheiro
	Problemas de saúde mental na pandemia
	Prostituição infantil
	Serviços de saúde insuficientes e precários
	Violência doméstica contra a mulher
Violência policial	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das entrevistas aplicadas.

De acordo com Benford e Snow (2000), a percepção destes problemas, de suas causas e dos fatores ou agentes responsáveis, os prognósticos de ação associados ao desejo por transformações e ao *frame* motivacional organizam e orientam a ação coletiva. Trata-se de um processo dinâmico que se constitui nas interações com apoiadores e opositores.

3.2. Redes de relações – apoiadores e opositores

Buscando compreender a ação coletiva no Território a partir de sua inserção em um contexto relacional e dinâmico, sem ignorar a agência de outros atores, apreendemos nesta rede todos os atores citados pelos entrevistados, incluindo aqueles que compõem o sistema político, porque compõem “estruturas relacionais constituídas por agenciamentos recíprocos”, que se constituem reciprocamente com o contexto político (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018b, 25).

Estas organizações do Território do Bem articulam vários atores em nível municipal, estadual ou nacional para a realização de ações que envolvem reivindicações para o acesso a direitos e políticas públicas em diversas áreas, como habitação, saúde, infraestrutura, segurança, mas especialmente ações de formação política e articulação de parcerias para execução de projetos e iniciativas solidárias. Trata-se da criação de alternativas à prevalência de novas configurações nas relações Estado e Sociedade Civil, que representa efetivamente a substituição de políticas públicas de caráter universalista por projetos pontuais executados por meio de parcerias com organizações da sociedade civil (SILVA; LEITE, 2004). Os atores constroem suas parcerias a partir de determinadas pautas de ação, de determinados enquadramentos.

Sem a pretensão de ser uma relação exaustiva desta rede, o Quadro 5 apresenta os atores citados nas entrevistas e identificados nas publicações nas redes sociais. Trata-se de associações civis e religiosas e atores governamentais apontados como parceiros nas ações empreendidas por atores do Território do Bem.

As associações civis são os parceiros na execução dos projetos ou nas ações solidárias realizadas durante o período da pandemia, as quais mobilizaram, também, a maioria das associações religiosas, sendo que a Paróquia Santa Tereza de Calcutá foi apontada, também, como apoiadora de iniciativas na defesa de direitos. Alguns atores governamentais também compõem esta rede solidária, porém, são

referenciados na condução de editais para repasse de recursos de fundos municipais ou porque respondem às demandas por infraestrutura, como os órgãos estaduais e municipais. A Caixa Econômica Federal é o correspondente bancário do Banco Bem e a Universidade Federal do Espírito Santo, especialmente o curso de design, atua no apoio a projetos de educação ambiental e fomento ao comércio local, na revitalização da fachada dos comércios. A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) atua na intermediação com alguns órgãos governamentais sobre pautas relacionadas à infraestrutura ou habitação por meio do Núcleo Especializado de Defesa Agrária e Moradia. As pautas relacionadas à violência policial são tratadas pelo Núcleo Especializado de Direitos Humanos e Cidadania, também da DPES, por meio de debates e orientações.

Quadro 5 – Rede de relações do Território do Bem – apoiadores (continua)

Forma organizacional	Nome
Associações civis	Central Única das Favelas
	Cidade Quintal
	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
	EDP Brasil
	Fórum Estadual da Juventude Negra
	Fundação Octacílio Coser
	Fundo Casa Socioambiental
	G10 Favelas
	Instituto João XXIII
	Instituto Raízes
	Instituto Unimed Vitória
	Instituto Viva Vida
	Nova Frente Negra Brasileira
	Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura
	Paleta Parque Urbanismo e Arquitetura
	Serviço de Engajamento Comunitário
	Sindicato das Trabalhadoras Domésticas
União BR	

Quadro 5 – Rede de relações do Território do Bem – apoiadores (conclusão)

Associações religiosas	Convento das Irmãs Missionárias de Caridade
	Grupo Vicentinos da Igreja Católica
	Igreja Batista Filadélfia
	Igreja Metodista
	Igreja Presbiteriana
	Padre Kelder Brandão
	Paróquia Santa Rita de Cássia
	Paróquia Santa Teresa de Calcutá
	Paróquia São Pedro
Atores governamentais	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
	Caixa Econômica Federal
	Câmara Municipal de Vitória
	Central de Serviços da Prefeitura Municipal de Vitória
	Centro de Referência da Juventude
	Companhia Espírito Santense de Saneamento
	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
	Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo
	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
	Ministério Público do Estado do Espírito Santo
	Núcleo de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo
	Prefeitura Municipal de Vitória
	Procon Municipal de Vitória
	Secretaria de Estado da Cultura
	Secretaria de Estado de Direitos Humanos
	Universidade Federal do Espírito Santo
	Vereadora Karla Coser
Vereador Luiz Paulo Amorim	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das entrevistas aplicadas.

Ao mesmo tempo em que atores do sistema político são apontados como parceiros, porque apoiam ou executam alguns projetos no Território, são destacados como um dos principais oponentes ou alvo de reivindicações face à morosidade, “porque demora a chegar pra quem mais precisa” (Entrevista 3 – 24/03/2023), ou negligência de sua atuação nas periferias ou à violência policial. Lideranças evangélicas e o comércio ilegal de drogas também se destacam dentre os opositores. De acordo com alguns entrevistados, algumas lideranças evangélicas se opõem ao trabalho social, porque o associam à ação política de partidos de esquerda. O tráfico de drogas também compromete o desenvolvimento social porque restringe o uso dos espaços públicos e espaços de lazer, refletindo também na baixa valorização local.

As características desta rede junto aos processos de enquadramentos interpretativos são fatores que condicionam a escolha dos repertórios que, por sua vez, mobilizam os atores para compor este tecido relacional. Estes repertórios variam entre a ação institucional e as formas extrainstitucionais, que reproduzem as performances mais tradicionais ou apresentam inovações, especialmente nos contextos de crise.

A análise dos repertórios de ação destas organizações - Fórum Bem Maior, Grupo Nação, Coletivo Beco e Fórum da juventude - permite-nos compreender como este Território se mobiliza para a conquista de direitos e acesso a serviços públicos.

3.3. Repertórios de ação no Território do Bem

De acordo com Charles Tilly, repertório é um conjunto de formas de ação ou de performances apreendidas culturalmente, compartilhadas e acionadas nas interações dos confrontos políticos, condicionadas pelas estruturas de oportunidades (TILLY, 1995; TILLY, 2008). Nesta perspectiva, o conflito é o eixo fundamental do repertório tillyano e o contexto político fator estruturante (ALONSO, 2012; NUNES, 2013), ocultando, assim, as ações colaborativas entre Estado e sociedade e alternativas empreendidas pelos atores coletivos frente à ausência de políticas estatais. Desta forma, para análise dos repertórios de ação acionados pelos atores do Território do Bem, apreendemos, também, os estudos de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) e as contribuições de Feltran (2010). Partimos, ainda, de uma abordagem relacional sugerida por Abers, Silva e Tatagiba (2018b) compreendendo que os repertórios não são condicionados por um contexto objetivado, mas por estruturas relacionais construídas por agenciamentos recíprocos.

A partir do relato de lideranças do Fórum Bem Maior, Grupo Nação, Coletivo Beco e Fórum da Juventude, identificamos a presença de repertórios recorrentes que se consolidaram na ação coletiva da periferia e que podem ser agrupados na classificação adotada por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), conforme segue: (i) participação institucional por meio dos conselhos; (ii) política de proximidade por meio da articulação com lideranças governamentais e parlamentares ou da oficialização de demandas; e (iii) protestos e ação direta por meio de abaixo-assinados, passeatas e denúncias públicas. No entanto, a execução comunitária de projetos ou o que Feltran (2010) denominou de “gestão social” e a ação coletiva solidária consolidaram-se

dentre os repertórios de ação da periferia nos últimos anos, expressando a ausência do Estado nestes territórios. A escolha dos repertórios é condicionada pela experiência pregressa, mas também pelos enquadramentos e as interações com parceiros e oponentes.

As ações no Território do Bem podem, portanto, ser agrupadas em cinco tipos de repertórios, conforme quadro abaixo (Quadro 6): participação institucional; política de proximidade; protesto e ação direta; gestão social; e ação solidária.

Quadro 6 – Repertórios de ação do Território do Bem (continua)

Enquadramentos	Tipo de repertório	Ação ou tática
Debate, formulação e acompanhamento de políticas públicas; acesso à informação; defesa de direitos.	Participação institucional	Participação nos seguintes conselhos: Conselho Estadual da Juventude; Conselho Local de Saúde; Conselho Municipal da Juventude de Vitória; Conselho Municipal de Habitação; Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Vitória.
Infraestrutura precária (problemas no abastecimento de água e na iluminação pública, vias de acesso insuficientes, escadarias danificadas); serviços de transporte público insuficiente; moradias precárias, ausência de equipamentos de lazer adequados e unidades de saúde com capacidade e serviços insuficientes; violência policial; defesa de direitos.	Política de proximidade	Audiências com Secretários e chefes do Poder Executivo do Município de Vitória e do Governo do Estado; Articulação de ações com a Defensoria Pública Estadual; Denúncias à Defensoria Pública Estadual; Encaminhamento de demandas a vereadores de Vitória; Encaminhamento de ofícios a secretários municipais e estaduais.
Mudanças no transporte coletivo; Violência policial.	Protesto e ação direta	Abaixo-assinados ao Poder Executivo Municipal; Denúncias da violência policial nas redes sociais; Notas de repúdio coletivas em redes sociais digitais; Passeatas para denúncias da violência policial; Passeatas para protesto de mudanças no transporte coletivo.

Quadro 6 – Repertórios de ação do Território do Bem (conclusão)

<p>Redução dos pontos viciados de lixo; educação ambiental; resgate da história local; melhorias habitacionais; fomento da economia local e do empreendedorismo; enfrentamento à violência policial; formação política de jovens e mulheres; promoção do esporte e do lazer; produção de conrainformação</p>	<p>Gestão social</p>	<p>Banco Bem (crédito produtivo, consumo e habitacional); Caminhadas ecológicas; Central de compras; Cine Ação; Cine Beco; Circuito Verde; Cozinha comunitária; Cursos para formação de empreendedores; Donas; Esporte do Bem; Festa do dia das crianças; Festival de Pipas; Futravinha; Jaburu Feliz; Nossa história, nosso bem; Núcleo de Memória; Oficinas de balé, capoeira e artes marciais; Oficinas do Bem; Programa Bem Morar; Revitalização dos pontos de comércio; Rota de São Benedito; Curso de serigrafia; Turismo comunitário. Açaí com as Pretas; Conectando Mulheres; Dia Delas; Empodera Elas; Incidência Feminina; Julho das Terezas; Realização de lives e programas de rádio comunitária; Rolê das Pretas; Se Conecta Juventude.</p>
<p>Pandemia Covid19 produção de conrainformação</p>	<p>Ação solidária</p>	<p>Campanhas nas redes sociais para doações; Arrecadação e doação de cestas básicas, produtos de higiene, botijas de gás, brinquedos e roupas; Distribuição de álcool em gel nos comércios locais; Produção e distribuição de marmitas; Produção e distribuição de máscaras; Realização de lives e programas de rádio comunitária. Criação do selo “parceiro local” Presidentes de rua</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das entrevistas aplicadas.

Para análise dos repertórios de ação acionados, partimos não dos atores individualmente, mas dos enquadramentos coletivos que orientam sua ação, demonstrando, assim, suas interações e as redes sociais construídas neste processo.

3.3.1. Participação institucional

Este tipo de repertório compreende, conforme Abers, Serafim e Tatagiba (2014), uma forma de interação colaborativa com o Estado, por meio de canais institucionalmente constituídos para a gestão pública compartilhada. As formas predominantes no Brasil, após a abertura política e especialmente com a Constituição de 1988 são os conselhos e conferências de políticas públicas e o orçamento participativo. Nos últimos anos, presencia-se um processo de enfraquecimento destes espaços em nível federal, com ressonância em gestões municipais, como no município de Vitória.

A ocupação dos conselhos foi um dos objetivos traçados no Plano Bem Maior, o que levou ao incentivo à participação nestes espaços por lideranças do Território para o debate de políticas públicas, acesso à informação e defesa de interesses dos bairros e comunidades do Território do Bem. Porém, de acordo com alguns atores entrevistados, nos últimos anos, deixaram de ser espaços deliberativos e tornaram-se espaços apenas para “referendar algum recurso federal”.

Apesar deste processo, muitos atores acreditam que o conselho “sempre” será um canal importante de interlocução e de debate e decisão de políticas públicas. A ocupação destes espaços ainda é, portanto, uma estratégia que orienta a ação dos atores do Território, constituindo-se, ainda que coadjuvante face ao seu esvaziamento, um repertório na ação coletiva da periferia urbana de Vitória.

A maioria dos atores entrevistados participa de algum conselho. Os mencionados foram os conselhos locais de saúde, os conselhos municipais de segurança alimentar e habitação e os conselhos municipal e estadual da juventude. Os relatos a seguir demonstram a articulação e formação dos atores do Território do Bem para ocupação dos conselhos, sua compreensão da importância destes espaços para acesso à informação ou para decisões sobre assuntos de interesse do Território. Porém, também registram seu enfraquecimento nas últimas gestões municipais que deixaram de investir na estrutura necessária para seu funcionamento e limitaram seu poder de deliberação.

Primeiro passo era ocupar os espaços públicos, os conselhos. Então, nós colocamos liderança nossa dentro dos conselhos, moradores e moradoras, nos conselhos de saúde, de educação, nos conselhos ambientais. Todos os conselhos a gente tinha um representante. A partir daí a gente começou a entender o que tinha pra fazer dentro desses conselhos, quais eram as

demandas prioritárias. E aí a gente foi buscando informação, em cima do Conselho Habitacional, em cima dessas informações a gente começou a trabalhar. Tem recurso para fazer tantos módulos habitacionais aqui na região. Secretário, como é isso? Como vai funcionar? Nós íamos na Secretaria de Habitação.

Então a gente começou a se fortalecer, cada vez mais a gente se fortalecia. As lideranças que iam chegando, a gente ia informando e empoderando elas. (Entrevista 3 - 24/03/23).

(...) A outra forma é participar do meio, desses meios de poder. Comjuv, Cejuve. É participar também. (...) Porque a gente também pensa em ocupar os espaços, porque a gente vê que pra gente conseguir coisas, a gente tem que estar nesses espaços. Que é o espaço de decisão, às vezes de averiguar uma parada, ou decidir uma outra. E aí a gente precisa estar nesses espaços também. Não adianta só a gente estar aqui na comunidade. (Entrevista 9 - 11/04/23)

Os conselhos perderam força. A partir do momento que você não tem uma gestão que te dá voz e vez para você agir e falar, acaba esvaziando os conselhos e não dando a ele poder de execução. (...) Foi no caso do conselho de saúde, caiu-se muito. Conselho de alimentação não tem dado tanto resultado. Habitação também está se fazendo muito pouco. (Entrevista 4 - 10/04/23)

A gente participa bastante de conselho. Estou em dois conselhos, mas desmotivado porque, o negócio não anda. Não se delibera nada. Você vê que é só pra referendar algum recurso federal. No passado já participei de muito mais conselhos, de vários conselhos. (...) Acho que até 2012. Porque mesmo com Luciano, eu acho que os conselhos foram sendo enfraquecidos. Com Pazolini foi um tiro de misericórdia. (Entrevista 2 - 24/02/23)

(...) Os conselhos hoje, eles são muito desmobilizados, em geral. Não tem empoderamento, não vale de nada. Não tem poder como tinha. O que o conselho ditava, o prefeito assinava.

Eu sou conselheiro de segurança alimentar. O Prefeito não tá nem aí pra esse conselho. Eu chamei a atenção dele pra contratar, esses dias aí, uma secretária executiva, pra poder articular com a gente, os conselheiros. Entrou aqui, saiu aqui. A gente tá sem secretária executiva desde o início do conselho dessa gestão. O conselho de saúde também, municipal, não dá nada... educação também muito menos. Assim, os conselhos não têm poder, como tinha. Autoridade. O que o conselho ditava ali, ou dissesse, o prefeito assinava e estava falado. Agora não tem, quem manda é o prefeito, ele é a autoridade maior. (Entrevista 3 - 24/03/23)

Acirramento da pobreza, criminalidade, tráfico de drogas, prostituição infantil e gravidez na adolescência foram alguns dos problemas apontados pelos atores entrevistados e que, em sua opinião, requerem políticas públicas para o seu enfrentamento que só podem ser implementadas por meio dos conselhos. Ao serem questionados sobre as estratégias usadas para o diálogo sobre estas demandas com o Estado neste contexto de restrições, os atores enfatizam a ausência do Estado e a necessidade de reconstrução e fortalecimento dos conselhos. Muitos entrevistados enfatizam esses problemas, especialmente a pobreza e a violência e destacam a

importância da elaboração de políticas públicas com participação popular para o seu enfrentamento, com gestores que dialoguem com as demandas da periferia.

(...) Durante a pandemia, eu acho que teve uma regressão. (...) eu peguei tempo de fome aqui, fome mesmo. (...) Com a pandemia eu vi isso voltar aqui um pouco, meio que voltou, as pessoas, apesar de estar numa condição hoje um pouco melhor, as pessoas ficaram mais pobres aqui de novo. A parte da saúde também, eu vejo que as pessoas estão mais doentes hoje. (Entrevista 2 - 24/02/23)

Tem que trabalhar a questão da política pública dessas questões sociais que é gravíssima, né. A pobreza também que a gente tem aqui hoje. Acho que o foco maior nosso enquanto liderança, é trabalhar a questão de diminuir a pobreza, estancar isso, pra acabar com isso, porque é uma coisa que aumentou demais a pobreza das pessoas. Tem casa, mas não tem comida. A ilegalidade, a falta de cidadania para essas pessoas que vivem a margem da sociedade, muitas pessoas sem documentos, muitas pessoas sem endereços... acho que essa ilegalidade também, trazer cidadania pra essas pessoas é uma ferramenta que a gente tem que trabalhar (Entrevista 3 - 24/03/23)

(...) Acho que só com um trabalho social muito forte aqui no bairro pra mudar essa realidade. Polícia não adianta vir aqui confrontar. O que tem é qualificar essa galera que está crescendo, essa molecada que está crescendo aí. Porque polícia não vai resolver o problema, não. Não vai resolver. (Entrevista 13 - 18/05/23)

(...) Para as políticas públicas, a gente está perdido. Te falo, estamos perdidos. Por que eu falo estamos perdidos? A gente tem que resgatar as lideranças comunitárias para trabalhar a coletividade. Se não tiver essa coletividade não tem políticas públicas que vão atender essas demandas. Primeiro a gente tem que botar um político que dialoga, né. Não tem jeito, tem que colocar um político que dialoga essas pautas. Segundo a gente tem que voltar a empoderar os conselhos. Eu acredito que é através dos conselhos que a gente consegue implementar políticas públicas. (Entrevista 3 - 24/03/23)

Além dos conselhos, Vitória também perdeu o espaço de debate popular do orçamento, o chamado Orçamento Participativo, implementado em gestões anteriores a 2013, exigindo dos atores maior dispêndio de energia na política de proximidade.

3.3.2. Política de proximidade

A política de proximidade compreende as interações pessoais entre atores da sociedade civil e agentes estatais, seja do executivo ou do legislativo, como forma de apresentação de demandas coletivas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Pode ser facilitada quando militantes ocupam cargos na burocracia, quando compartilham

do projeto político do governante ou participam de organizações reconhecidas pelas autoridades.

Este repertório é acionado especialmente para o enfrentamento de problemas de infraestrutura ainda presentes nos bairros e comunidades do Território, como no abastecimento de água, na iluminação pública, vias de acesso insuficientes, escadarias danificadas, serviços de transporte público insuficiente, moradias precárias, ausência de equipamentos de lazer adequados e unidades de saúde com capacidade e serviços insuficientes. A reivindicação de demandas por serviços e equipamentos à Prefeitura de Vitória e ao Governo do Estado ou concessionárias é realizada por meio dos canais de comunicação telefônica existentes ou por documentos para oficialização das demandas, audiências com os secretários e/ou chefes do executivo, ou por meio do Núcleo Especializado de Defesa Agrária e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. A Defensoria tornou-se um canal para reivindicação de problemas relacionados à infraestrutura e moradia e de mediação com os órgãos governamentais estaduais e municipais, demonstrando não apenas a ausência de interações colaborativas, mas restrições institucionais que retomam práticas de um Estado autoritário.

Para as coisas estruturais a gente aciona a Defensoria. (...) Para as coisas estruturais - Cesan, Escelsa, esgoto, uma obra, aí a gente aciona a Defensoria. Chama o doutor, aí ela chama as partes, a gente conversa com as partes, entra em um acordo e dá um prazo. (Entrevista 3 - 24/03/23)

Nós já temos uma parceria pelo Fórum Bem Maior com a Defensora Pública, que até já nos auxiliou em algumas demandas, como troca de poste, a linha de ônibus que passou muito tempo, principalmente durante a pandemia, que eles retiraram os ônibus, aí ficou sem ônibus. (...) aí eles mandam, por exemplo, fazem o comunicado, mandam o protocolo, mandam um documento para lá, pedindo explicações. (Entrevista 2 - 24/02/23)

O canal da Defensoria Pública, por meio do Núcleo Especializado de Direitos Humanos e Cidadania também é acionado para debates ou ações de enfrentamento à violência policial, problema citado pela maioria dos atores entrevistados. Em um encontro realizado na Igreja Católica localizada no bairro Itararé, a Defensoria Pública apresentou orientações sobre direitos diante de uma abordagem policial (Figura 3). Esta aproximação com a Defensoria ampliou o canal de denúncias sobre abordagens violentas e ilegais, pois, conforme enfatizado no depoimento de uma liderança do

Fórum da Juventude, os moradores pouco recorriam à Corregedoria de Polícia por medo de represálias, já vivenciadas no Território.

A gente fez uma parceira muito boa com a Defensoria Pública. Eles vieram aqui e falaram sobre abordagem, falaram qual era o correto de fazer uma reivindicação na hora que um policial está dentro da sua casa ou na hora que o policial for para agredir você.

Então, a gente trabalha também nisso, porque a galera que está recebendo essa represália é uma galera que não sabe. (...) Por que o que acontece? (...) Você vai na Corregedoria, o policial vai saber o nome, vai vir na casa. A maioria da galera do território, tem medo disso. Então, quando a gente dá um outro caminho, que é chegar até o Defensor Público, não precisa ir até a Corregedoria, já é uma possibilidade de ter mais denúncias, como aconteceu realmente. Depois que a Defensoria Pública se aproximou ainda mais da periferia, foi que conseguiu ter mais denúncias de policiais que faziam abordagens não legais dentro do nosso território. (...) E aí aqui, a gente vem de todas as formas trabalhando na conscientização, trabalhando também na questão do direito, do poder. Então, a gente trabalha tanto fora, tanto dentro, é muita coisa. (Entrevista 9 - 11/04/23)

Figura 3 – Convite para encontro com a Defensoria Pública do Espírito Santo para debate sobre a abordagem policial publicado no Instagram do Fórum da Juventude em 28/07/21



Fonte: <https://www.instagram.com/fjtb.oficial/>

A articulação com partidos políticos ou vereadores é um repertório presente, ainda que citado por poucos atores, para reivindicação de demandas por obras públicas, face à atual ausência de espaço de debate popular do orçamento municipal, implantado por meio do orçamento participativo em gestões anteriores, ou para o apoio ao enfrentamento à violência policial, conforme relato de alguns entrevistados:

Algumas demandas a gente leva através de ofício, do próprio movimento comunitário. E algumas demandas, vamos dizer assim, obras grandes, por

exemplo, têm que passar por orçamento, esse negócio todo assim, e já passa pelo gabinete do vereador. A gente passa a indicação pra ele, ele faz a indicação pro prefeito. (...) Ao invés do que era antigamente. O orçamento participativo, né? Que convocava cada região, cada regional. Participava do orçamento participativo, botava lá as demandas, né? Agora aí, no caso, é diferente. (Entrevista 5 - 10/04/23)

Se tiver alguém do partido, por exemplo, (...) a gente aciona. (...) Então, a gente também faz aqui fora, mas também faz dentro. Porque não adianta só fazer fora, porque fora a gente recebe represália, recebe tiro, recebe bomba. (Entrevista 9 - 11/04/23)

3.3.3. Protestos e ação direta

O protesto é uma forma de ação voltada à publicização de conflitos e ao fortalecimento de identidades. No Território do Bem, o repertório de ação direta se traduz na forma de abaixo-assinados, denúncias em jornais ou programas de televisão, marchas ou passeatas e notas de repúdio. De acordo com os relatos, os primeiros são acionados para reivindicar serviços públicos.

(...) A gente oficializa, por meio de ofício, abaixo-assinado. A gente faz solicitação via 156, no caso da Cesan via o 115. No caso, lá da EDP, o telefone deles é muito burocrático. Mas a gente solicita também troca de poste. A troca de lâmpada é com a Prefeitura. Inclusive, nós estamos quase chamando uma outra matéria para a EDP, porque tem muitos postes que precisam ser trocados. (Entrevista 2 – 24/02/23)

As marchas ou passeatas, estratégia já usada para questionar a implementação de políticas no Território como mudanças nas linhas de transporte público sem o diálogo com os moradores, são realizadas especialmente para denunciar a violência policial no Território. Estas ações confrontacionais são articuladas com coletivos do Território e a Igreja Católica e têm o apoio da Defensoria Pública para retaguarda de defesa de direitos frente à violência policial. A Figura 4 exemplifica as mobilizações para estas iniciativas.

Estas manifestações envolvem não apenas denúncias da violação de direitos pelo Estado na periferia da cidade, mas desconstrução da correlação, feita pelos agentes estatais e a população, entre periferia e criminalidade, e, portanto, valorização da identidade deste Território. De acordo com Tilly e Tarrow (2015), a afirmação e reconhecimento de sua identidade e de sua posição e legitimidade nas relações

políticas, sociais e culturais também são fatores que mobilizam os movimentos sociais, além de reivindicações programáticas.

Já fizemos manifestação sobre a linha de ônibus, porque na época eles fizeram mudanças bruscas, sem consultar a comunidade. (...) Mas, só que assim, a gente chamou algumas instituições como coletivos, a própria Defensoria Pública, a Paróquia, pra dar apoio legal, porque senão, fazer manifestação em área de periferia, no lado, assim, na frente de um morro, a polícia chega quebrando, chega, dando tiro. Chega batendo, quebrando tudo. (Entrevista 2 - 24/02/23)

Nós fizemos uma vez um protesto sobre um jovem que foi baleado aqui na comunidade de Jaburu. (...) Quase que sai todo mundo morto desse lugar. Porque a polícia já chegou agindo com truculência, dando tiro em todo mundo, bala de borracha cantando pra todo lado.

A gente precisava fazer aquela ação naquele momento, para dizer, ei, nós estamos aqui, nem todos que moram no morro são bandidos. Tem trabalhador na comunidade, tem criança na comunidade. Então a polícia estava invadindo as casas, chutando porta, entrando sem mandado. Porque se você, lá na parte de baixo da cidade onde moram os doutores, tem que ter um mandado, tem que ter um horário. Por que nessa comunidade é diferente? Aqueles que poderiam nos guardar são aqueles que estão muitas das vezes atrapalhando a vivência das famílias, até mesmo tirando vida de inocentes. Mesmo assim conseguimos dar o recado. Saiu na mídia, que foi importante, moradores do Jaburu descem a avenida para criticar atos envolvendo os policiais da cidade (Entrevista 4 - 10/04/23)

Uma coisa que é muito gritante do nosso território é a questão da violência policial (...). A gente sabe que na baixada ele age de uma forma, na praia, vamos dar o nome, na Praia do Canto ele age de uma forma, mas quando ele chega aqui na periferia ele age de outra forma. A gente sabe que lá ele age com muita educação, ele vai conversar. Aqui não. Aqui é a base do grito, aqui é a base da porrada. (Entrevista 8 - 11/04/23)

A gente fez uns três, quatro manifestos do morro pra avenida, ou na Leitão da Silva, ou na Maruípe. Sempre em questão da segurança pública. (...) Sempre vai ser segurança pública, que é o que a gente mais sofre. Desde 2018, quando eu entrei, eu vi que não era só uma abordagem, entendi que não era só uma abordagem. Tem endereço, tem cor. (Entrevista 9 - 11/04/23)

Figura 4 – Convites para reunião e atos contra a violência policial publicados no Instagram do Coletivo Beco em 22/06/20 e 25/06/21 e no Facebook do Fórum da Juventude em 18/02/20



Fontes: <https://www.instagram.com/coletivo.beco/> e <https://www.facebook.com/fjtb.oficial>

A tradicional marcha contra o extermínio da juventude negra, que está em sua décima quinta edição sob a organização do Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes), foi realizada no ano de 2021 no Território do Bem (Foto 1), face ao crescimento da violência policial neste Território.

Foto 1 – Marcha contra o extermínio da juventude negra no Território do Bem publicada no Instagram do Grupo Nação em 19 e 20/11/21.



Fonte: <https://www.instagram.com/nacaogruppo>

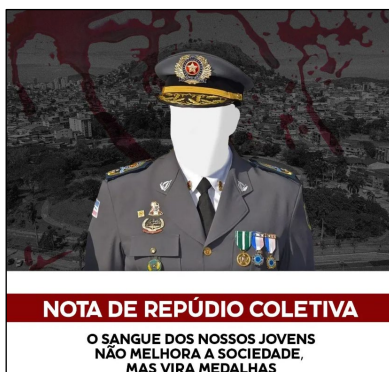
As denúncias e notas de repúdio nas redes sociais passaram a compor o repertório de ação do Território, quando este canal se popularizou especialmente no período da pandemia da Covid-19. As ações disruptivas ganham novas configurações com a disseminação destes mecanismos de comunicação. Em maio de 2020, o Coletivo Beco lançou, com o apoio do Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes) e da Nova Frente Negra Brasileira, uma campanha denominada “Periferia sem Mãe”, voltada à denúncia da violência policial na periferia (Figura 5). Em junho de 2023 publicou, em conjunto com outras organizações, nota de repúdio sobre a declaração pública, em junho de 2023, do atual Secretário de Estado de Segurança Pública criminalizando a juventude e defendendo a punição severa como solução principal para a melhoria da segurança pública (Figura 6).

Figura 5 – Campanha do Coletivo Beco para denúncia da violência policial publicada no Instagram em 15/05/20



Fonte: <https://www.instagram.com/coletivo.beco/>

Figura 6 – Nota de repúdio publicada no Instagram do Coletivo Beco em 27/06/2023



Fonte: <https://www.instagram.com/coletivo.beco/>

(...) Então quando você pergunta pra mim de poder público eu quero entender que poder público é esse porque eu desconheço. Eu não conheço esse poder público. Eu trabalho pra um tal de Estado Presente, mas eu desconheço esse Estado Presente. Porque o Estado Presente chega pra matar a gente. É isto que o Estado Presente faz aqui pra gente. Ele não chega pra salvar vidas, ele chega pra tirar vidas. E é o que sempre acontece. Quantas mães do nosso Coletivo Beco enterrou filhos. Não foi nem uma, nem duas. Dentro do nosso coletivo nós temos sete mulheres que perderam seus filhos por conta da polícia. Nós temos sete mulheres que estão precisando de ajuda psicológica que a gente conseguiu por parceria, porque o poder público não trouxe essa assistência pra gente. Eu sou uma dessas mulheres vítimas da polícia. A polícia entrou na minha casa e quebrou tudo. (Entrevista 8 - 11/04/23)

Enquanto os protestos dos anos 80 eram marcados por reivindicações por direitos de cidadania, direito à moradia, à saúde, ao transporte, nas últimas décadas a violência passa a ser a principal pauta dos protestos da periferia. De um lado, a denúncia à violência policial e, de outro, a denúncia de um Estado que criminaliza o morador da periferia e negligencia seus direitos de cidadania. Conforme os relatos, o Estado está a serviço “da parte baixa da cidade” e não protege o morador periférico porque não o reconhece como indivíduo inscrito no ordenamento do direito e da cidadania.

3.3.4. Gestão social

A gestão social ganhou centralidade entre os repertórios de ação coletiva no Território do Bem e foi aprofundada no período da pandemia, quando ações solidárias também foram mobilizadas. Em um estudo realizado em 2002 sobre as dinâmicas de interação de organizações da sociedade civil em São Paulo, Lavallo, Castello e Bichir (2006, p. 7) já identificavam novas tendências na construção de vínculos que traduzem “um descolamento da lógica do protesto e da mobilização de massas para a lógica do projeto”, um indício das “transformações amplas na lógica da intervenção do Estado” e da capacidade de adaptação das formas de ação coletiva.

Conforme estudo de Feltran (2010), as organizações das periferias passam a concentrar-se na elaboração de projetos para responder a uma demanda negligenciada pelo Estado. Os recursos oriundos de editais públicos são, muitas vezes, sua principal fonte de financiamento, que é intermitente e com delimitação de pautas de acordo com os interesses estatais, o que corrobora com a contenção do público às fronteiras da periferia. Esta nova lógica exige novas estruturas burocráticas de gestão, novos conhecimentos e esforços, principalmente na captação de recursos para, inclusive, manter a disponibilidade daqueles que se dedicam a este trabalho. Para Feltran (2020), estas novas atividades podem comprometer parte do tempo das lideranças nas atividades políticas. Como também destacam Silva e Leite (2004, p. 64), a expansão destes projetos produz novas configurações nas relações Estado e sociedade civil, prevalecendo a “ideologia da ‘parceria’ e da ‘governança’”, conduzindo-se ações setorializadas e pontuais “em detrimento da execução de políticas públicas articuladas como um conjunto orgânico de caráter universalista”. A ação

coletiva na periferia busca responder às demandas não atendidas pelo Estado. Conforme depoimento de uma liderança do Coletivo Beco, sua presença é percebida somente por meio dos agentes policiais, que violam seus direitos e não protegem o morador pobre.

Pra mim o poder público nunca chegou. Toda vez que o poder público chega na minha vida só chega pra me prejudicar. Só isso. Então o Coletivo Beco ele tenta fazer o pouco que ele consegue porque ainda ele não consegue fazer tudo e nenhum dos nossos coletivos que temos dentro do nosso território não consegue fazer tudo que tem vontade de fazer. Faz o pouco que pode porque quem tem o poder não faz.

(...) A gente sabe que o nosso governo não dá esse acesso pra gente. Então os nossos coletivos estão aí pra poder ajudar. Quem tinha que dar toda essa segurança, dar toda essa assistência, seriam os nossos governadores. E a gente não tem. (Entrevista 8 - 11/04/23)

O planejamento realizado pelo Fórum Bem Maior, em 2009, direcionou a execução de vários projetos no Território, ganhando ressonância nos bairros e comunidades locais que recriam estas iniciativas de acordo com suas especificidades locais, seus problemas e potencialidades.

Nesta pesquisa, foi possível apreender iniciativas conduzidas por associações de bairros que compõem o Fórum Bem Maior, pelo Grupo Nação, Coletivo Beco e o Fórum da Juventude. São projetos voltados para a geração de trabalho e renda, fortalecimento do comércio local, melhorias habitacionais, educação ambiental, valorização da história e da cultura local, promoção do esporte e da cultura e formação política. Iniciativas que compõem o enquadramento prognóstico da ação coletiva delimitado a partir da identificação compartilhada dos problemas locais e o desejo de transformação, como explica um dos entrevistados:

Geralmente a gente parte de tentar resolver um problema que exista na comunidade. Por exemplo, a Central de Compras do Bem, era a questão do comércio ser muito fraco, do comércio ser praticamente inexistente, na época. Depois que a gente começou o projeto, teve um momento que o comércio meio que bombou aqui, né? Com a pandemia, deu uma caída de novo. Jaburu tem uma particularidade. (...) Apesar de ser alto, é perto de tudo. (...) Ao mesmo tempo que isso é uma comodidade, acaba atrapalhando o desenvolvimento local, porque o comércio acaba ficando fraco, acaba não desenvolvendo, porque a tendência das pessoas é comprar fora, porque fora tem o preço melhor, porque fora tem mais variedade. (...) Por isso que surgiu a Central de Compras do Bem. O Cine Ação é por causa da questão do lixo, porque é um problema sério aqui, essa questão do lixo. o Nume é por causa de um problema que nós temos, da perda da memória, da identidade local.

(...) A gente está perdendo a história. O Circuito Verde surgiu da necessidade de eliminar alguns pontos, outros pontos de lixo, que a gente já vinha acabando com alguns, mas tem outros pontos, mas também do potencial das pessoas, de algumas pessoas gostarem de plantar, e gostar de cultivar também. Tudo parte de um problema, mas também parte do querer das pessoas. (Entrevista 2 - 24/02/23).

O Banco Bem (Foto 2), a moeda própria, a Central de Compras, ações de capacitação, a revitalização dos pontos de comércio e o turismo comunitário são projetos realizados para o fortalecimento do comércio local. O projeto Central de Compras, criado em 2012, consiste na organização dos comerciantes locais em grupos de cooperação para compras coletivas em fornecedores cadastrados, o que lhes permite negociações mais vantajosas, ampliação da variedade de produtos e, desta forma, oferta de melhores preços, atraindo e fortalecendo o comércio endógeno. O Banco Bem oferece linhas de crédito para consumo no comércio local e para abertura de pequenos negócios, a fim de dinamizar o desenvolvimento econômico no Território.

Nas primeiras reuniões do Fórum Bem Maior, a precariedade das moradias foi apontada como a problemática comum das comunidades do Território, o que suscitou a implantação de uma nova linha de crédito do Banco Bem, o crédito habitacional para construção ou reforma de casas. Junto ao crédito, é disponibilizado ao morador a assistência técnica para elaboração de projetos, orçamento e acompanhamento de obras, além da oferta de tecnologias sustentáveis, compondo, assim, o Programa Bem Morar, coordenado pela Associação Ateliê de Ideias. Com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) e parceria da Cidade Quintal, as comunidades vêm investindo em diagnósticos para avaliação das condições de moradias no Território e formação sobre tecnologias para habitação de interesse social.

Foto 2 – Banco Comunitário de Desenvolvimento – Banco Bem localizado no bairro São Benedito



Fonte: Autoria própria em 06/05/23

As comunidades também investem em muitas iniciativas para formação de empreendedores, voltadas à geração de renda. São Benedito possui uma cozinha comunitária, onde são realizados cursos em parceria com o Governo do Estado, e uma serigrafia que oferece oficinas com o apoio da Associação Ateliê de Ideias. São várias ações de formação articuladas pelo Fórum Bem Maior e o Ateliê de Ideias, realizadas nos bairros e comunidades do Território: cursos de informática, porteiro, cabeleireiro, corte e costura, cuidador de idosos, dentre outros. Ações para geração de renda e fomento e valorização da economia local são pautas que mobilizam a ação coletiva no Território, conforme alguns relatos:

A gente empoderou, nesse tempo todo, a gente conseguiu empoderar os empreendimentos. Hoje os empreendedores são muitos. As pessoas sabem fazer, sabem prestar serviço. As pessoas sabem administrar seu negócio. Então a gente tem um empoderamento gigantesco de empreendimento no território, num todo. E é isso que faz gerar a economia local e valorizar também o produto local. Isso a gente capacitou, a gente direcionou, a gente assistiu. Cada comerciante desses. Foram mais de 500 comerciantes capacitados por nós. (Entrevista 3 - 24/03/23).

O Fórum foi uma porta de entrada e foi uma aprendizagem pra todos nós. O Fórum veio, ajudou nós a fazer vários cursos. (...) Depois que nós fizemos o curso através do Fórum, de captação de recursos, o movimento comunitário mesmo conseguiu, junto com a Secretaria de Cultura do Estado, captamos 30 mil reais na época pra fazer um projeto. (...) Beco de Todas as Cores, por exemplo, onde nós demos oficina de grafite (...). Quem executou foi a comunidade. (Entrevista 5 - 10/04/23)

A redução dos pontos viciados de lixo foi a prioridade definida na área ambiental e mobilizou a disseminação do Projeto Ecos do Bem, voltado à realização de campanhas de educação ambiental, mutirões de limpeza e ocupação destes espaços com equipamentos e atividades de esporte, cultura e lazer.

O descarte de lixo em locais inadequados, um dos principais problemas da comunidade de Jaburu, mobilizou os moradores para a implantação de hortas comunitárias nestes pontos viciados e a revitalização das áreas verdes e de lazer, com a criação, em 2022, do chamado “Circuito Verde” (Foto 3). As hortas são construídas em mutirão pelos moradores, com o apoio técnico e financeiro de Organizações da Sociedade Civil – OSC, como a Associação Onze8 e o Instituto Unimed, a partir da articulação do Grupo Nação e da Associação de Moradores de Jaburu. A comunidade realiza várias iniciativas de educação ambiental com os moradores, como caminhadas ecológicas e mutirões de limpeza. Desde 2017, a

comunidade já realizava estes mutirões em diferentes locais, seguidos de atividades de lazer para crianças e adultos, iniciativa denominada hoje de Cine Ação, também realizada com o apoio da OSC Fundo Casa Ambiental. Os atores coletivos buscam realizar um trabalho educativo e apelam pela cooperação e a ação fiscalizadora dos moradores para o controle de um problema que atinge o cotidiano das comunidades e impacta na saúde de sua população, substituindo a ação estatal que não chega na periferia.

A gente tinha o Eco Ação. Agora estamos com o Cine e Ação, que é um projeto que a gente faz, por exemplo, cada mês num ponto da comunidade, onde a gente vai ali, faz uma ação de limpeza. Faz a ação junto até com as crianças. Coloca ali brinquedo para as crianças, pula-pula, pipoca, algodão doce. Aí mais tarde a gente coloca um filme pra eles, assim, tem cine e tal, e fecha mais tarde com forró para os adultos. (Entrevista 2 - 24/02/23).

Foto 3 – Hortas comunitárias na comunidade de Jaburu



Fonte: <https://www.instagram.com/nacaogrupo>, publicado em 20/01/23 e autoria própria em 24/02/23

Também proveniente do Plano Bem Maior, o projeto “Nossa história, nosso bem” buscou a valorização da identidade do Território por meio do resgate da história das comunidades e registro das vocações locais pelos próprios moradores. O resultado deste trabalho deu origem a uma cartilha ilustrada por jovens das comunidades e impulsionou iniciativas semelhantes em bairros e comunidades do Território, voltadas à ressignificação do território na disputa pelo reconhecimento de sua potencialidade, frente às narrativas de violência, como relatam dois atores entrevistados:

Além do comércio local, a gente também trabalhou a questão da potencialidade da região, do nome, da identidade do nome, da memória das pessoas, do local onde a gente vive, que era feio, tinha vergonha de falar o

nome. Eu não moro no São Benedito não, porque eu tenho vergonha. Então, eu falava que eu morava na Leitão da Silva, inventava o nome de uma rua, de um bairro, mas não falava que eu morava em São Benedito, não falava que eu morava em Jaburu, nem em Bairro da Penha, porque era um nome que remetia ruim, então a pessoa não dava emprego. Então, a gente valorizou isso. A identidade do bairro, onde eu moro, porque eu moro aqui, quem foram os protagonistas desse local, então a gente criou a história do bairro, a gente resgatou a história do bairro, resgatou as memórias que estavam na cabeça das pessoas, criamos uma história, nossa história é nosso bem. E com isso deu a identidade, que a prefeitura chama de Poligonal 1 e nós demos de Território do Bem.

A gente tentou pleitear um projeto de Lei que unificasse esse nome. E através desse pleito do Território do Bem, hoje a gente pode falar que a gente tem uma identidade. (Entrevista 3 - 24/03/23)

As pessoas na época tinham até vergonha de falar onde moravam. Hoje não. A pessoa fala, eu moro no Território do Bem. E isso dá uma dignidade a mais às pessoas. E assim a gente vai conseguindo quebrar aquele paradigma das regiões só de violência. (Entrevista 4 - 10/04/23)

Em vez de ser visto assim como... algumas pessoas falam, ah, complexo da Penha, complexo Itararé, aglomerado de Itararé, aglomerado de São Benedito. Nós não queremos isso. Queremos que seja o Território do Bem. (Entrevista 5 - 10/04/23)

O bairro São Benedito criou, em maio de 2022, um projeto de turismo comunitário denominado “Rota de São Benedito”. Trata-se de um trajeto que passa por oito pontos que marcam a história e a cultura do bairro, identificados com murais produzidos pelos moradores (Foto 4), onde o visitante pode ouvir, a partir de códigos para leitura digital e de informações repassadas pelo guia, narrativas dos desafios da ocupação do bairro, algumas conquistas que marcam as transformações no território e histórias de vida. A rota leva a um dos pontos mais altos da cidade, onde se localiza um farol da Marinha e de onde se tem uma vista panorâmica de Vitória e municípios vizinhos, podendo ser contemplada no banco feito de resíduos plásticos coletados na comunidade (Foto 5). A criação do “áudio *tour*”, dos murais, da sinalização e do mobiliário, que envolveu a participação de lideranças e moradores do bairro, e a formação dos guias turísticos foram coordenadas pela Associação Ateliê de Ideias, em parceria com a OSC Cidade Quintal e com recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor do Procon municipal de Vitória.

Pontos de comércio localizados no trajeto também tiveram suas fachadas revitalizadas com o apoio da Cidade Quintal e do curso de design da Universidade Federal do Espírito Santo. Este projeto, também realizado na comunidade Jaburu, tem como objetivo a dinamização do comércio do bairro e valorização e fortalecimento da identidade local.

Foto 4 – Murais e paradas para o áudio tour no bairro São Benedito



Fonte: Autoria própria em visita com estudantes do curso de Design da Ufes em 06/05/23

Foto 5 – Rota de São Benedito e ponto mais alto do bairro



Fonte: Autoria própria em visita com estudantes do curso de Design da Ufes em 06/05/23

Também voltado à preservação da história local, o coletivo Bonde da Praça, da comunidade Engenharia, que integra o Fórum da Juventude, desenvolveu o projeto denominado “Donas”, voltado ao resgate da história da comunidade Engenharia a partir do olhar das mulheres. Foram realizadas rodas de conversa e a produção de documentários apresentados na praça da comunidade e disponibilizados no YouTube. A comunidade de Jaburu implantou em dezembro de 2022, com recursos do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (Funcultura) e do Instituto Unimed, o Núcleo de Memória - Nume, espaço destinado ao acervo de fotos, vídeos e documentos para resgate da história da comunidade (Foto 6).

Foto 6 – Núcleo de Memória em Jaburu



Fonte: Autoria própria em 24/02/23

As ações na comunidade de Jaburu são articuladas pela Associação de Moradores e o Grupo Nação. As chamadas Oficinas do Bem é o projeto mais recente da comunidade, que, por meio da realização de oficinas de produção fotográfica e audiovisual, música e esporte, busca fomentar a formação de um coletivo de adolescentes. O projeto também foi selecionado no edital do Fundo Estadual de Cultura e tem parceria da agência de comunicação do Ateliê de Ideias e outras organizações da sociedade civil. O Movimento Comunitário do bairro Itararé, participante do Fórum Bem Maior, também executa projetos esportivos com crianças e adolescentes, com recursos captados e parcerias com Organizações da Sociedade Civil, como os Institutos Unimed e Viva Vida, o chamado Esporte do Bem. A Associação de Moradores de Bonfim, apesar de não se integrar às ações do Fórum, está articulando a criação de uma organização para execução de projetos sociais. Atualmente, moradores voluntários realizam oficinas, com crianças e adolescentes, de balé, jiu-jitsu, karatê e capoeira, em um espaço da escola pública municipal do bairro. De acordo com uma liderança local, as ações da associação de bairro limitam-se à articulação para execução de serviços básicos na comunidade, sendo necessário avançar para novos repertórios.

Nós estamos montando um projeto social. A ideia aqui é de qualificação para as pessoas, é trazer curso de qualificação para as pessoas. Tudo que a gente puder agregar para a comunidade, a nossa ideia é essa. (...) Vai ser aberto como se fosse uma Ong com os amigos aqui e a gente vai correr atrás de parceiros. (...) O movimento comunitário é legal, é. Mas chega uma hora que fica saturado. Chega uma hora que você já está só pedindo para desentupir esgoto, limpar a rua, podar árvores. Assim, é o serviço básico da comunidade,

né? Eu pensei que através de um projeto social aqui dentro do bairro a gente poderia fazer mais. (Entrevista 13 - 18/05/23)

Muitas ações voltadas para os jovens do Território são realizadas pelos coletivos que compõem o Fórum da Juventude. “Açaí com Bate-Papo” é um dos projetos que mais mobiliza os jovens (Figura 7). Compreende um espaço de debate sobre temas escolhidos pelos participantes. Uma temática sempre presente é a violência policial com os moradores do Território do Bem. Para realização de seus projetos, o Fórum tem o apoio de comerciantes locais, que passam a receber um selo denominado “Parceiro Local”.

(...) O projeto do Fórum que a gente mais realiza e que a gente consegue garantir e contemplar muitos jovens do Território é o nosso Açaí com Bate-Papo. (...) A gente sempre pensa no tema que a comunidade mesmo que nos fala, que normalmente o que a gente vê na nossa comunidade é tipo agressão de abordagem policial. Então a comunidade mesmo diz o que está sendo preciso falar para que não fique desinformado quando acontecer, por exemplo, uma abordagem na casa de um morador.

(...) E a gente também tem um selo chamado Parceiro Local. A gente pega o selo, é como se fosse assim, esse comércio patrocina ou ajuda o Fórum de Juventude do Território do Bem. E aí a gente tem alguns comerciantes já com esse selo. E todo mundo que tem esse selo é uma galera que sempre ajuda quando precisa. (Entrevista 9 – 11/04/23)

Figura 7 – Primeiro “Bate Papo com Açaí” realizado em 07/06/2009, publicado no Instagram em 10/06/19 e 02/07/21



Fonte: <https://www.instagram.com/fjtb.official/>

Atividades esportivas e recreativas com crianças, adolescentes e jovens e eventos que valorizam as questões de gênero e raça (Futravinha, Dia das Crianças, Festival de Pipas, Cine Beco, Julho das Terezas, Açaí com as Pretas e Dia Delas) também

são promovidas pelo Coletivo Beco. Muitas ações concentram-se no bairro da Penha, onde está localizada sua sede, mas mobiliza a participação de moradores de todo o Território do Bem e são realizadas em parceria com organizações da sociedade civil ou com recursos captados em processos de seleção do Governo do Estado do Espírito Santo.

O Coletivo Beco consolidou e ampliou suas ações no período da pandemia, partindo da formação de uma rede solidária para distribuição de cestas básicas, e especialmente por meio da formação de grupos de apoio com os projetos Conectando Mulheres, Se Conecta Juventude (Figura 8), Rolê das Pretas, Incidência Feminina (Figura 9), Empodera Elas e voltados à formação política, formação para ocupação de espaços de poder de mulheres negras, LGBTQIA+, indígenas e quilombolas; debate sobre políticas públicas que promovam a igualdade racial e o enfrentamento do racismo e do sexismo; debate sobre prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres; e rodas de conversa com jovens sobre temáticas relacionadas à negritude.

Logo nós pegamos uma pandemia. E isso aí deu uma fomentada (...), porque a gente falou, a gente precisa captar recursos. De onde? E a gente começou a trabalhar o nosso Instagram. (...) Vamos ter que captar recursos, vamos ter que trazer cesta pra cá. O povo tá sem alimento.

Nós paramos e analisamos que na época da pandemia, não era só levar ali a cesta. Elas precisavam de algo mais, de um apoio, de um aconchego, de um afeto, e também de saber um pouco mais dos seus direitos. Aí o que a gente fez? Atrelou a cesta básica na época a essas mulheres que estão fazendo palestras, assistindo a essas palestras. (...) Muitas vezes as mulheres iam pra lá, não por causa da cesta. Elas queriam uma palavra. (Entrevista 7 - 11/04/23)

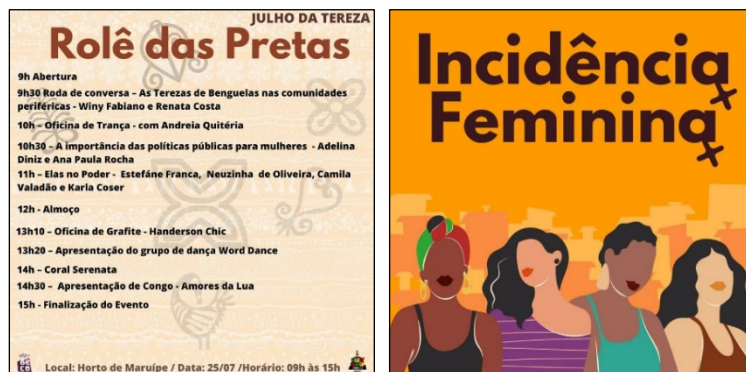
São 50 mulheres que a maioria delas estão no recorte, que sofreram violência doméstica. (...) Num período de dois anos dessa pandemia, foi um dos anos que mais se mataram mulheres. (...) E aí quando criou o Coletivo, também foi por conta da pandemia e também pra poder dar assistência a essas mulheres. (...) São mulheres de bairros diferentes que se conectam por uma via só: afeto. (Entrevista 8 - 11/04/23)

Figura 8 – Divulgação dos projetos “Conectando Mulheres” e “Se Conecta Juventude” do Coletivo Beco no Instagram em 05/02/21 e 15/05/21



Fonte: <https://www.instagram.com/coletivo.beco/>

Figura 9 – Divulgação dos projetos “Rolê das Pretas” e “Incidência Feminina” do Coletivo Beco no Instagram em 08/07/21 e 06/06/22



Fonte: <https://www.instagram.com/coletivo.beco/>

A divulgação de muitos projetos tem o apoio da Varal Agência de Comunicação, criada pela Associação Ateliê de Ideias, que atua na formação de jovens da região para produção de estratégias e ferramentas de comunicação e publicidade. A Varal é um espaço de produção de cultura que contribui para a integração das comunidades do Território.

Este conjunto de iniciativas no Território do Bem que envolvem um número expressivo de atores que conhecem suas comunidades e têm capacidade de mobilização possibilitou a rápida resposta às demandas emergenciais impostas pela pandemia da Covid-19, que se concretizaram em uma rede de ação solidária.

3.3.5. Ação solidária

Corroborando com os estudos empíricos de Della Porta (2022) que identificaram intensas mobilizações no período pandêmico, a pandemia potencializou a ação coletiva no Território do Bem e recrudescer as narrativas por direitos, recolocando no debate público as desigualdades de classes, porque os mais afetados pela crise sanitária foram aqueles que vivem nas periferias das cidades.

No período da pandemia da Covid-19, as ações do Fórum Bem Maior, Grupo Nação, Fórum da Juventude e Coletivo Beco concentraram-se na articulação de uma rede solidária para o enfrentamento de problemas vivenciados pela periferia, mas aprofundados neste momento, como a fome, o desemprego, a violência doméstica contra as mulheres e as condições precárias de moradia. As articulações foram feitas com aquelas organizações já parcerias e comerciantes locais, mas também por meio das redes sociais digitais, para arrecadação e doação de cestas básicas, produtos de higiene, máscaras, botijas de gás, brinquedos, roupas, bem como a formação de grupos de apoio, produção e distribuição de marmitas e melhorias de habitações inadequadas (Figura 10).

O projeto Jaburu Feliz foi readequado ao novo contexto. Os parceiros que eram mobilizados para realização de atividades recreativas com as crianças da comunidade foram demandados a contribuir com recursos ou bens às famílias mais vulneráveis, criando, assim, alternativas adaptadas às novas condições, conforme pontuado por Della Porta (2022). O Coletivo Beco mobilizou a arrecadação de recursos para construção de uma casa a um morador em situação de risco, em parceria com o Grupo BRCidades e o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo. Além disso, sob a coordenação da Associação Ateliê de Ideias, algumas casas foram reformadas neste período.

Figura 10 – Campanhas para arrecadação de recursos do Fórum da Juventude, Grupo Nação e Coletivo Beco publicadas no Instagram em 05/04/21, 25/04/21 e 28/08/20



Fontes: <https://www.instagram.com/fjtb.official/>, <https://www.instagram.com/nacaogrupoe> e <https://www.instagram.com/coletivo.beco/>

Poucos atores mencionaram a atuação do Estado para garantir a segurança alimentar e as condições mínimas de higiene durante o isolamento social. A distribuição de bens contou com doações de igrejas, organizações da sociedade civil e voluntários individuais. A identificação das demandas, distribuição do material arrecadado e orientação aos moradores quanto às maneiras de prevenção e controle da Covid-19 contou, além da atuação das lideranças destas organizações, com os chamados “presidentes de rua”. Realizado pelo Fórum Bem Maior e o Ateliê de Ideias, em parceria com o G10 Favelas e o Instituto Unimed, este projeto criou uma rede de moradores locais para a ajuda mútua e disseminação de informações. Este grupo foi capacitado e se reunia por meio de plataformas online e utilizava o WhatsApp para comunicação.

“O Fórum criou o presidente de rua. Todo mundo estava perdido, não sabia o que fazer, porque todo mundo mora muito junto, muito misturado, então o vírus circulava com mais velocidade. E aí a gente chamou alguns parceiros, a Unimed Vitória para nos capacitar, médicos da área, de que forma a gente atuasse sem que a gente colocasse em risco as nossas vidas. E aí nós criamos os presidentes de rua. Então a gente pegou pessoas, moradores, pessoas bem comunicativas de cada ponto, da extremidade das comunidades e através de videoconferência a gente fez esta capacitação. A gente identificava quem era o idoso, como que esse idoso estava sendo tratado, se ele estava fazendo isolamento correto, se ele estava precisando de ajuda para fazer compra, porque tinha nosso pessoal que podia tá contribuindo, ir à feira, padaria, comprar pão pra essa pessoa que estava no isolamento. Então a gente atuou dessa forma, distribuindo alimentos, distribuindo kit higiene, máscara (...). Também passando informações da Secretaria de Saúde, o uso correto de utilizar o álcool, o uso correto de usar máscara. (Entrevista 3 - 24/03/23)

Tinha o papel de orientar as pessoas na rua. Orientar, por exemplo, se percebesse alguém resfriado, ou reclamando de febre, ou alguma coisa assim, orientar que tinha que procurar o posto de saúde, tinha que usar máscara, não sair de casa. E também de identificar as pessoas que estavam passando dificuldades. Porque tem aquelas pessoas que às vezes estão passando dificuldades, mas não sabem a quem recorrer. Ou às vezes, tem vergonha também.

Tinha um grupo no WhatsApp. E tinha também as reuniões semanais. (...) Esse projeto foi bastante importante, porque numa hora, a gente também não estava podendo circular, porque a gente estava com medo. Esse projeto é uma forma de você revelar novos líderes. (Entrevista 2 - 24/02/23)

Esta iniciativa permitiu o recrutamento de novos atores, muitos sem envolvimento com ações coletivas, e que fortaleceram e ampliaram esta rede de ajuda mútua, ressignificando relações comunitárias e contribuindo com a produção e disseminação de conhecimento alternativo às narrativas negacionistas.

A produção de conhecimento e de contrainformação também era realizada por meio de *lives* e programas em rádio comunitária sobre temas relacionados à prevenção e os desafios da periferia na pandemia (Figura 11). Conforme estudo de Della Porta (2022), o uso das tecnologias digitais foi usado para produzir narrativas alternativas à disseminação de informações falsas e para denúncia à omissão do Estado.

Figura 11 – Convites para live e programa de rádio publicados no Instagram do Coletivo Beco em 21/03/20 e 26/05/20



Fonte: <https://www.instagram.com/coletivo.beco/>

As redes sociais digitais foram o principal meio de comunicação, divulgação e mobilização das ações no Território para conexão com doadores, beneficiários e os atores envolvidos nas ações, prática que se consolidou dentre as estratégias de comunicação na periferia. Conforme Abers e Von Bülow (2021), trata-se de novas

iniciativas que se conjugam com performances tradicionais e ressignificam os repertórios de ação.

De acordo com as autoras, ocorre, também, uma ressignificação dos enquadramentos. Ao acentuar as desigualdades sociais, étnicas e de gênero, a crise sanitária mobilizou pautas históricas da periferia, fortalecendo as redes de ação coletiva (ABERS; VON BÜLOW, 2021). As respostas à pandemia também publicizaram problemas que antes eram tratados na esfera privada ou por instituições filantrópicas. Ações antes tratadas sob o signo da caridade foram politizadas (MARTINEZ, 2020), porque compreendem a expressão da exclusão social e da ausência de políticas públicas estatais e esta rede de atores engajados na produção de informação e formação política na periferia da cidade contribui para a construção deste novo paradigma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a ação coletiva se mobiliza na periferia urbana para a conquista de direitos e acesso a serviços públicos especialmente em contextos de restrições políticas e de crise sanitária? Quem são e como se constituem os atores coletivos? O que motiva sua ação e quais os repertórios acionados? Com quem se relacionam? Estas foram as questões que este trabalho procurou debater, a partir de um olhar sobre um conjunto de bairros e comunidades da periferia urbana da cidade de Vitória denominado Território do Bem.

Partimos do diálogo conciliatório entre categorias analíticas da Teoria do Processo Político e da Teoria dos Novos Movimentos Sociais para apreender os repertórios numa perspectiva relacional, como produto, não de um contexto estanque, mas que se constituem mutuamente com a agência dos atores em interação. Porque produto de processos culturais, estes repertórios constituem-se a partir dos significados das pautas que motivam a ação e dos prognósticos para seu enfrentamento, resgatando a experiência já vivenciada.

Por meio da técnica da bola de neve, identificamos uma rede composta de associações de bairro, fóruns, organização não governamental e organizações populares que atuam em defesa dos interesses do Território. Com exceção das associações de bairro, que têm sua origem com a história de ocupação das comunidades, consolidadas há mais de 40 anos, as demais organizações são mais recentes, algumas criadas no final dos anos 2000. A conexão entre as comunidades locais e a construção da identidade do Território do Bem ocorre com a constituição do Fórum Bem Maior a partir de 2006, com o apoio da Associação Ateliê de Ideias, tornando-se um espaço de compartilhamento de problemas e articulação de ações conjuntas que permitiu a construção de uma nova sociabilidade entre as comunidades. A partir de 2018, novos coletivos surgem neste novo ambiente político e organizacional, especialmente coletivos jovens que se articulam por meio do Fórum da Juventude do Território e coletivos de mulheres. O processo de mobilização neste território pode ser explicado pela combinação de mecanismos identificados nos estudos de Tilly e Tarrow (2015): comunidades antes adversárias se conectam e passam a compartilhar enquadramentos e articular repertórios, ganhando legitimidade política e social.

A escolha dos repertórios é condicionada pelos enquadramentos, as redes de interações construídas no Território e pelo contexto que se constitui pela interação de um conjunto de atores, incluindo as instituições políticas que, de acordo com Abers, Silva e Tatagiba (2018b), assumem distintas configurações de poder conforme o subsistema de políticas públicas. Nestas interações, estas organizações produzem uma combinação de repertórios tradicionais e inovadores que busca produzir efeitos, conforme Della Porta (2022), sobre seus próprios atores, a opinião pública, aliados e oponentes. São os seguintes os repertórios acionados: a ação política por meio da participação institucional, a política de proximidade, os protestos públicos, a gestão social e a ação solidária.

Sendo um repertório difundido no Brasil desde a CF/88, os atores organizados do Território do Bem reconhecem a importância da participação institucional, porque entendem que os conselhos são os espaços mais adequados para a disputa por políticas públicas. No entanto, a aproximação com a Defensoria Pública para mediação com o poder executivo municipal e estadual parece demonstrar que não presenciamos apenas um processo de enfraquecimento dos espaços de participação, como os conselhos e o orçamento participativo, fenômeno não deslocado do contexto nacional, mas uma restrição do diálogo com os movimentos sociais, especialmente aqueles que manifestam oposição ao projeto político do governo. A política de proximidade com o executivo é mais eficaz quando os atores compartilham o projeto do governo e vice-versa.

Acionam os repertórios de ação reconhecidos historicamente, ou seja, aqueles repertórios modulares como as passeatas e os abaixo-assinados, mas também ações confrontacionais adequadas ao novo contexto, com performances inovadoras, como a denúncia pública ou notas de repúdio em redes sociais digitais. Diferente dos anos 1980, quando os protestos tinham como pauta a reivindicação por direitos à cidade e aos serviços públicos, nos últimos anos as ações confrontacionais têm predominantemente uma pauta específica: a denúncia à violência policial na periferia que representa mais que a violação de direitos da população periférica, mas a negação do direito a ter direitos, o não reconhecimento do pobre na perspectiva dos direitos de cidadania. As denúncias publicizam a desigualdade de classe e raça porque reconhecem que “não é só uma abordagem. Tem endereço, tem cor”. As periferias não apenas são excluídas da proteção estatal, mas sua população é

criminalizada, ampliando-se, assim, a repressão em suas fronteiras, conforme análise de Feltran (2010). Trata-se de uma agência estatal que produz violência e restrição de direitos que perdura há décadas no estado do Espírito Santo e que se legitima no contexto de consolidação da ultradireita em nível nacional.

De um lado, a violência estatal atua na contenção do pobre nos limites do território permitido e, de outro, na ausência de políticas públicas capazes de responder às demandas coletivas e almeçadas pela periferia. Nesta dinâmica neoliberal, a ação coletiva retoma a linguagem de classe em seus protestos e denúncias, mas também busca alternativas para resposta às demandas da população mais pobre e se mobiliza para o empoderamento de atores historicamente excluídos dos espaços de debate público e de poder. Não por acaso o Estado é destacado como o principal oponente dos atores coletivos do Território do Bem, de um lado face à omissão em responder às demandas da periferia e, de outro, às ações violentas de sua política de segurança que criminaliza o morador da periferia.

O mutirão dos anos 1980, apreendido, conforme Miagusko (2011), como um repertório emancipatório e de participação autônoma, é ressignificado pela gestão de projetos sociais, que, em uma perspectiva relacional, de acordo com Oliveira e Dowbor (2021), não se trata de uma não relação com o Estado, mas de uma autonomia que denuncia as políticas públicas negligenciadas pelo Estado por meio da elaboração e implementação de ações independentes. Esta privação de direitos e o aumento da violência exige criatividade das organizações que passam a atuar na mesma lógica da estrutura de políticas focalizadas e disputam principalmente os jovens com o mundo do crime, o que ratifica estudos de Galdeano (2013). São novas estratégias de ação que também exigem novos saberes, subordinando, por vezes, a luta política ao empreendedorismo social. A construção de conhecimento para a gestão social vem sendo difundida nas comunidades locais e ganhando legitimidade. Trata-se de um frame prognóstico com grande capacidade de ressonância, ainda que incapaz de responder a todas as demandas. Observa-se uma ressignificação das iniciativas antes apreendidas sob o signo da caridade para uma politização e denúncia da pobreza e da ausência do Estado na periferia urbana.

Fortalecimento e valorização da identidade local, formação política e produção de um conhecimento independente e criação de espaços de sociabilidade são frames motivacionais que orientam o repertório de gestão social. Projetos voltados ao

fomento da economia local e ao empreendedorismo, revitalização dos pontos de comércio e áreas de convivência, resgate da história local, criação do turismo comunitário, promoção de atividades de lazer, convivência comunitária, debate e formação política buscam valorizar as potencialidades locais e ressignificar o Território na disputa com as narrativas que o associam à violência.

Esta ação coletiva no Território do Bem envolve a articulação com uma densa rede de apoiadores que inclui associações civis especialmente no apoio à gestão social e às iniciativas solidárias, as quais também são apoiadas por associações religiosas e atores governamentais referenciados especialmente na assessoria técnica ou no repasse de recursos para a execução de projetos. Dentre estes atores, destaca-se a atuação da Defensoria Pública na mediação de conflitos com o Estado e retaguarda na defesa de direitos violados pela violência policial. Uma questão que permanece para estudo é a análise de redes sociais para compreensão da dinâmica de interação entre os atores do Território e destes com seus parceiros.

As bases organizacionais e a estrutura das redes de relações existentes no Território do Bem constituíram-se em terreno sólido para catalisar a ação coletiva no cenário de restrições políticas e de crise pandêmica com a conjugação de rotinas pretéritas e ações inovadoras. A produção de conhecimento alternativo e de contrainformação às narrativas dominantes se destaca dentre as ações ou táticas dos atores coletivos, especialmente com a consolidação das tecnologias digitais, alternativa disseminada com as restrições do período pandêmico. As redes sociais digitais tornaram-se o novo espaço público de debate, mobilização e produção de conhecimento a partir das experiências da periferia. Atores se fortaleceram e novos foram recrutados com as ações solidárias empreendidas durante a pandemia e a gestão social se legitimou e se difundiu no Território. A mobilização e organização para respostas às demandas daqueles mais afetados pela crise sanitária publicizaram e politizaram problemas antes tratados na esfera privada, ressignificando narrativas por direitos associadas a agendas programáticas e recolocando as desigualdades de classes no debate público. Presencia-se a construção de uma nova sociabilidade no Território e o fortalecimento de suas redes sociais e de sua identidade coletiva. Esta conjuntura de crise teve, portanto, efeito ascendente sobre a ação coletiva no Território do Bem, corroborando com estudos de Almeida (2016), Osa (2003), Abers, Rossi e Von Bülow (2021) e Della Porta (2022).

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; ROSSI, F. M.; VON BÜLOW, M. State–Society Relations in Uncertain Times: Social Movement Strategies, Ideational Contestation and the Pandemic in Brazil and Argentina. **International Political Science Review**. 42(3), p. 333-349, 2021.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, 2014.

ABERS, R.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea/Enap, 2018a.

_____. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, São Paulo, 105, p. 15-46, 2018b.

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, 2011.

_____. Solidarity during the Pandemic in Brazil: Creative Recombinations in Social Movement Frames and Repertoires. In: FERNANDEZ, M; MACHADO, C. **COVID-19's Political Challenges in Latin America**. Cham: Springer, p. 87-101, 2021.

ABREU, K. C.; AMÂNCIO, J. M. Na periferia tem gente, sim: um estudo sobre atuação dos bairros no acesso ao poder público no município de Lavras-MG. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 1, 2017.

ALMEIDA, P. The role of threats in popular mobilization in Central America. ROSSI, F. M.; VON BÜLOW, M. **Social movements dynamics. New Perspectives on theory and research from Latin American**. Ashgate Publishing, p. 105-126, 2015.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.

_____. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 03, 2012.

AMÂNCIO, J. M. **Dinâmicas políticas microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na periferia de São Paulo**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2013.

AMÂNCIO, J. M.; SERAFIM, L; DOWBOR, M. Microterritorialidade e controle societal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, 2011.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, 2008.

_____. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 3, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 611-639, 2000.

BISCOTTO, D. B. (coord.). **Pesquisa saberes, fazeres e perfil dos moradores do Território do Bem**. Vitória: Ateliê de Ideias; Fórum de Desenvolvimento Comunitário do Território do Bem, 2019. Disponível em <<https://calangonoticias.com.br/pesquisa-territorio-do-bem-2019/>>. Acesso em 11 dezembro 2022.

BISCOTTO, D. B.; MOREIRA, J. V. P. (coord.). **Pesquisa saberes, fazeres e perfil dos moradores do Território do Bem**. Vitória: Ateliê de Ideias; Fórum de Desenvolvimento Comunitário do Território do Bem, 2008.

BOSCHI, R. R.; VALLADARES, L. P. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In: BOSCHI, R. R. (org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BRANT, V. C. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CAMPANÁRIO, M. A. O mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo. In: KRISCHKE, P. J. (org.). **Terra de habitação X terra de espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

CARDOSO, R. C. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

_____. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 17 n. 1, 2015.

_____. O Orçamento Participativo em Vitória: sob o signo de diferentes visões ideológico-normativas. In: SILVA, M. Z; BRITO JUNIOR, B. T. (org.). **Participação social na gestão pública: olhares sobre as experiências de Vitória – ES**. São Paulo: Annablume, 2009.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. C. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2017.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CORTÉS, A. The Theoretical Construction of Pobladores and Favelados as Social Movements in Latin America. **Latin American Research Review** 56(1), p. 82-97, 2021.

CUNHA, N. V.; FELTRAN, G. S. Novos conflitos nas margens da cidade. In: CUNHA, N. V.; FELTRAN, G. S. (org.) **Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina & Faperj, 2013.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, jan-abr/2020.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DANTAS, V. R.; BISCOTTO, D. B. (Org.). **Plano Bem Maior do Território do Bem**. Vitória: Ateliê de Ideias; Fórum de Desenvolvimento Comunitário do Território do Bem, 2009.

DELLA PORTA, D. **Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis**. Cambridge: Polity, 2015.

_____. **Contentious Politics in Emergency Critical Junctures: Progressive Social Movements during the Pandemic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social movements: an introduction**. UK: Blackwell, 2006.

DIANI, M. Networks and Social Movements: a Research Program. In: DIANI, M.; MCADAM, D. **Social Movements and Networks. Relational Approaches to Collective Action**. Oxford: Oxford University, 2003.

_____. The Concept of Social Movement. **Sociological Review**, Oxford, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

DOIMO, Ana Maria. **Movimentos social urbano, igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, 1997.

EVERS, T.; MULLER-PLANTENBERG, C.; SPESSART, S. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J. A. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FELTRAN, G. S. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, 79, p. 201-233, 2010.

_____. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, 72, 2007.

GALDEANO, A. P. A gestão social da violência: de como ativistas de direitos humanos, líderes de associação de bairro e evangélicos se mobilizam. In: CUNHA, N. V.; FELTRAN, G. S. **Sobre a periferia: novos conflitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina & Faperj, 2013.

GOHN, M. G. **Reivindicações populares urbanas**. São Paulo: Cortez, 1982.

GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G; BICHIR, R. M. **Os bastidores da sociedade civil: protagonismos, redes e afinidades no seio das organizações civis**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2006.

GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, Cedec, 2011.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. **Introduction to social network methods**. Riverside, CA: University of California. Disponível em: <<http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/>>. Acesso em 26 mar 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

JACOBI, P. R. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. Cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. R. (org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. Movimentos sociais: teoria e prática em questão. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. (org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JASPER, J. M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KOWARICK, L. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 1, n. 3, 1987.

_____. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo, Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KRISCHKE, P. J. Os loteamentos clandestinos e os dilemas e alternativas democráticas dos movimentos de bairro. In: KRISCHKE, P. J. (org.). **Terra de habitação X terra de espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

MAGALHÃES, A. A. Críticas e denúncias: a configuração da ação coletiva contra a remoção de favelas do Rio de Janeiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 60, n. 1, pp. 209-238, 2017.

MARQUES, E. C. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E. C.; TORRES, H. (org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

MARTÍNEZ, M. A. Mutating mobilisations during the pandemic crisis in Spain. **Interface: a journal for and about social movements**. v. 12(1), p. 15-21, jul, 2020.

MELUCCI, A. **A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MIAGUSKO, E. Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, jan/abr. 2011.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MISCHE, A. Cross-Talk in Movements: Reconcepting the Culture-Network Link. In: DIANI, M., MCADAM, D. **Social Movements and Networks. Relational Approaches to Collective Action**. Oxford: Oxford University, 2003.

MOISÉS, J. A. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, J. A. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NUNES, J. H. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, 2013.

OLIVEIRA, G. M.; DOWBOR, M. W. Dinâmicas de ações autônomas nos movimentos sociais: da negação à construção. In: FERRAINI, A. V et al (org.). **Temas emergentes das ciências sociais**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

OSA, M. Networks in Opposition: Linking Organizations through Activists in the Polish People's Republic. In: DIANI, M. & MCADAM, D. **Social Movements and Networks. Relational Approaches to Collective Action**. Oxford: Oxford University, 2003.

PINTO, M. M. (org.). **Redes de colaboração para inovação: a experiência do Living Lab Habitat**. Vitória: Edufes, 2014.

POLLETA, F.; JASPER, J. Collective Identity and Social Movements. **Annual Review of Sociology**, 27, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Relatório de Transição: Programa Terra Mais Igual. Vitória, out/2012.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, L. A. M.; LEITE, M. P. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: SILVA, I. (org.). **Rio: a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

SILVA, M. K. Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

SNOW, D. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, 1986.

STANDING, G. **The precariat: the new dangerous class**. New York: Bloomsbury Academic, 2011.

SZWAKO, J. Participar vale a pena, mas...: a democracia participativa brasileira vista pelas lentes da utopia. In: SOUTO, A. L. S.; PAZ, R. D. O. (Org.). **Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

TARROW, S. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, L. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: PIRES, R. **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.

_____. Movimentos sociais e sistema político. Um diálogo (preliminar) com a literatura. **6º Encontro da ABCP**. Campinas: Unicamp, 2007.

TELLES, V. S. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. (org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

TILLY, C. **Contentious performances**. New York: Cambridge University Press, 2008.

_____. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, M. (org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, p. 15-42, 1995.

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious politics**. New York: Oxford University Press, 2015.

TRINDADE, T. A. Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 97, 2018.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, 25 (71), 2011.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ATIVISTAS DO TERRITÓRIO DO BEM PESQUISA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Esta entrevista é parte da pesquisa em desenvolvimento pela estudante Luciane Aparecida Bolda do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, intitulada “Ação coletiva na periferia urbana de Vitória/ES”, sob a orientação da Professora Euzeneia Carlos.

A pesquisa tem como objetivo analisar como a ação coletiva se mobiliza na periferia urbana para a conquista de direitos e acesso a serviços públicos, tendo como dimensão de análise os repertórios de interação com o Estado acionados nos últimos 10 anos, a partir de um estudo no chamado Território do Bem, com foco na comunidade de Jaburu e bairro São Benedito. Pretende-se examinar as transformações na ação coletiva considerando o contexto da pandemia do Covid-19.

DATA E LOCAL DA ENTREVISTA:

1. IDENTIFICAÇÃO DO ATIVISTA

- 1.1. Nome
- 1.2. Idade
- 1.3. Naturalidade
- 1.4. Há quanto tempo reside na comunidade/bairro?
- 1.5. Há quanto tempo reside no município de Vitória?

2. TRAJETÓRIA ASSOCIATIVA DO ATIVISTA

- 2.1. Quando e onde começou sua militância?
- 2.2. Há quanto tempo participa deste coletivo?
- 2.3. Por que entrou para este coletivo?
- 2.4. Qual sua função neste coletivo?
- 2.5. Participa ou participou nos últimos 10 anos de outros coletivos?
- 2.6. Participa ou participou nos últimos 10 anos de espaços de participação institucional?
- 2.7. É ou já foi nos últimos 10 anos filiado a algum partido político?
- 2.8. Ocupa ou já ocupou nos últimos 10 anos cargo no governo?

3. IDENTIFICAÇÃO DO COLETIVO

- 3.1. Nome/Sigla:
- 3.2. Tipo de coletivo:
- 3.3. Em que ano foi criado?
- 3.4. Quais os antecedentes e motivações de sua criação?
- 3.5. Quem participou de sua criação?
- 3.6. Qual a sua área de abrangência?
- 3.7. Quais os propósitos deste coletivo?
- 3.8. Quem participa deste coletivo?

4. ATUAÇÃO E REDE DE RELAÇÕES DO COLETIVO

- 4.1. Quais os principais problemas e demandas da comunidade/bairro? Houve mudanças na pandemia?
- 4.2. Quais ações realizadas para enfrentamento destes problemas e demandas?
- 4.3. Quais as principais áreas / pautas de atuação deste coletivo? Como são debatidas e definidas? Houve mudanças com a pandemia? Quais e por quê?
- 4.4. Como os participantes são mobilizados? O que mudou durante a pandemia?
- 4.5. Quais os principais projetos implementados por este coletivo? Houve novos projetos na pandemia? Quais?
- 4.6. Para quais órgãos são dirigidas as demandas por acesso a direitos e/ou melhoria dos serviços públicos relacionadas às principais áreas de atuação do coletivo? Houve mudanças na pandemia?
- 4.7. Contam com o apoio de algum agente público ou liderança para acesso ao governo?
- 4.8. Quais as formas de reivindicação das demandas por acesso a direitos e/ou melhoria dos serviços públicos para a comunidade/bairro? Houve mudanças no período da pandemia? Quais e por quê?
- 4.9. São realizadas articulações / debates / parcerias com outros coletivos ou lideranças? Houve mudanças na pandemia? Novos parceiros?
- 4.10. Quais outros coletivos ou lideranças têm atuação importante no Território do Bem?
- 4.11. Quais atores você considera que atrapalham ou se opõem ao trabalho desenvolvido por este coletivo? Como?
- 4.12. Identifica algum tipo de repressão ou intimidação das autoridades públicas ou outros atores contra as atividades deste coletivo? Como?
- 4.13. Quais os principais impactos da pandemia na comunidade/bairro e nas ações deste coletivo?

ANEXO 2
ENTREVISTADOS

Ator	Data da entrevista	Organização	Sexo
Entrevista 1	30/11/22	Associação Ateliê de Ideias	F
Entrevista 2	24/02/23	Grupo Nação	M
Entrevista 3	24/03/23	Fórum Bem Maior	M
Entrevista 4	10/04/23	Associação de Moradores de Jaburu	M
Entrevista 5	10/04/23	Movimento Comunitário de Itararé	M
Entrevista 6	10/04/23	Movimento Comunitário de Itararé	M
Entrevista 7	11/04/23	Coletivo Beco	F
Entrevista 8	11/04/23	Coletivo Beco	F
Entrevista 9	11/04/23	Fórum da Juventude	F
Entrevista 10	19/04/23	Associação de Moradores de Engenharia	M
Entrevista 11	19/04/23	Associação de Moradores de Engenharia	F
Entrevista 12	21/04/23	Associação de Moradores de Floresta	F
Entrevista 13	18/05/23	Associação de Moradores de Bonfim	M